

RELATÓRIO DE GESTÃO 2022

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL



SUMÁRIO

Mensagem do Ministro.....	2
Capítulo I - Visão geral organizacional e ambiente externo.....	3
Identificação, Missão, Visão e Valores.....	3
Estrutura Organizacional.....	5
Estrutura de Governança.....	7
Modelo de Negócio.....	9
Cadeia de Valor.....	11
Políticas e Programas de Governo.....	12
Ambiente Externo.....	13
Materialidade das Informações.....	14
Capítulo II - Riscos, Oportunidades e Perspectivas.....	15
Riscos.....	15
Integridade.....	18
Correição.....	21
Capítulo III - Governança, Estratégia e Alocação de Recursos.....	22
Governança.....	22
Estratégia e Alocação de Recursos.....	23
Mapa Estratégico.....	24
Capítulo IV - Resultado e Desempenho da Gestão.....	25
Resultado Integrado.....	25
Segurança Hídrica.....	26
Habitação.....	33
Saneamento Básico.....	38
Proteção e Defesa Civil.....	40
Mobilidade e Desenvolvimento Urbano.....	44
Planejamento e Desenvolvimento Produtivo e Regional.....	49
Parcerias e Fomento.....	53
Governança e Gestão Corporativa.....	64
Capítulo V - Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis....	86
Evolução da Execução Orçamentária.....	86
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas.....	91
Lista de Siglas e Abreviações.....	110

MENSAGEM DO MINISTRO

Em cumprimento ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição da República Federativa do Brasil, apresento a prestação de contas do extinto Ministério do Desenvolvimento Regional, na forma de Relatório de Gestão Integrado, de acordo com as orientações constantes na Instrução Normativa TCU nº 84, de 22 de abril de 2020 e Decisão Normativa TCU nº 198, de 23 de março de 2022.

Com a edição da Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023, houve a reorganização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, que culminou na extinção do Ministério do Desenvolvimento Regional, dando origem a outras duas importantes pastas: o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) e o Ministério das Cidades (Mcid).

O MIDR é hoje o órgão responsável pelas políticas de proteção e defesa civil, desenvolvimento regional, ordenamento territorial, irrigação, bem como pelos planos, programas e ações de infraestrutura e garantia da segurança hídrica. Além disso, o MIDR estabelece as diretrizes e prioridades para os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste e dos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia, do Nordeste e do Centro-Oeste (FDA, FDNE, FDCO).

O Ministério das Cidades, por sua vez, executa as políticas de saneamento ambiental urbano e rural, habitação, mobilidade urbana e desenvolvimento urbano.

Assim, este relatório publicado por este Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, na função de apresentador de contas, resulta da consolidação de informações prestadas pelas unidades desses dois Ministérios acerca dos trabalhos realizados em 2022 e tem como objetivo oferecer uma visão clara para a sociedade brasileira e aos órgãos de fiscalização e controle acerca do desempenho e dos resultados obtidos pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Regional ao longo do exercício de 2022, cujas principais entregas estão resumidas a seguir.

- 54,3 bilhões de reais aplicados em mais de 750 mil operações de crédito contratadas por meio dos Fundos Constitucionais (FNO, FNE e FCO);
- Mais de 2,5 mil entes federativos capacitados em Proteção e Defesa Civil;
- 148 empreendimentos de saneamento básico concluídos;
- Mais de 430 mil famílias beneficiadas com a entrega de unidades habitacionais e com urbanização de assentamentos precários;
- Mais de 9,3 mil empreendimentos de mobilidade urbana concluídos e 512 empreendimentos de desenvolvimento urbano concluídos;
- Avanços no Eixo Leste do Projeto de Integração do Rio São Francisco, que viabilizaram a entrega de 152.060 milhões de m³ água aos Estados de Pernambuco e da Paraíba.

Antônio Waldez Goés da Silva
Ministro de Estado da Integração e do Desenvolvimento Regional

CAPÍTULO I – VISÃO GERAL

ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

Identificação, Missão, Visão e Valores

O Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) foi, até 31 de dezembro de 2022, o órgão da Administração Pública Federal Direta responsável pela formulação, coordenação e supervisão das seguintes políticas:

- de desenvolvimento regional;
- de desenvolvimento urbano;
- de proteção e defesa civil;
- de recursos hídricos;
- de segurança hídrica;
- de irrigação, observadas as competências do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- de habitação;
- de saneamento;
- de mobilidade urbana;
- de subsídio à habitação popular, ao saneamento e à mobilidade urbana; e
- de ordenamento territorial.

Principais normas direcionadoras de sua atuação

O MDR foi instituído pela Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 e sua estrutura regimental se encontrava disposta no Decreto nº 11.065, de 6 de maio de 2022.

Com relação às ações finalísticas, o MDR teve como principais normas direcionadoras:

- Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021, que institui o Programa Casa Verde e Amarela;
- Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, que atualiza o Marco Legal do Saneamento Básico;

- Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil;
- Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos;
- Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação;
- Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana;
- Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

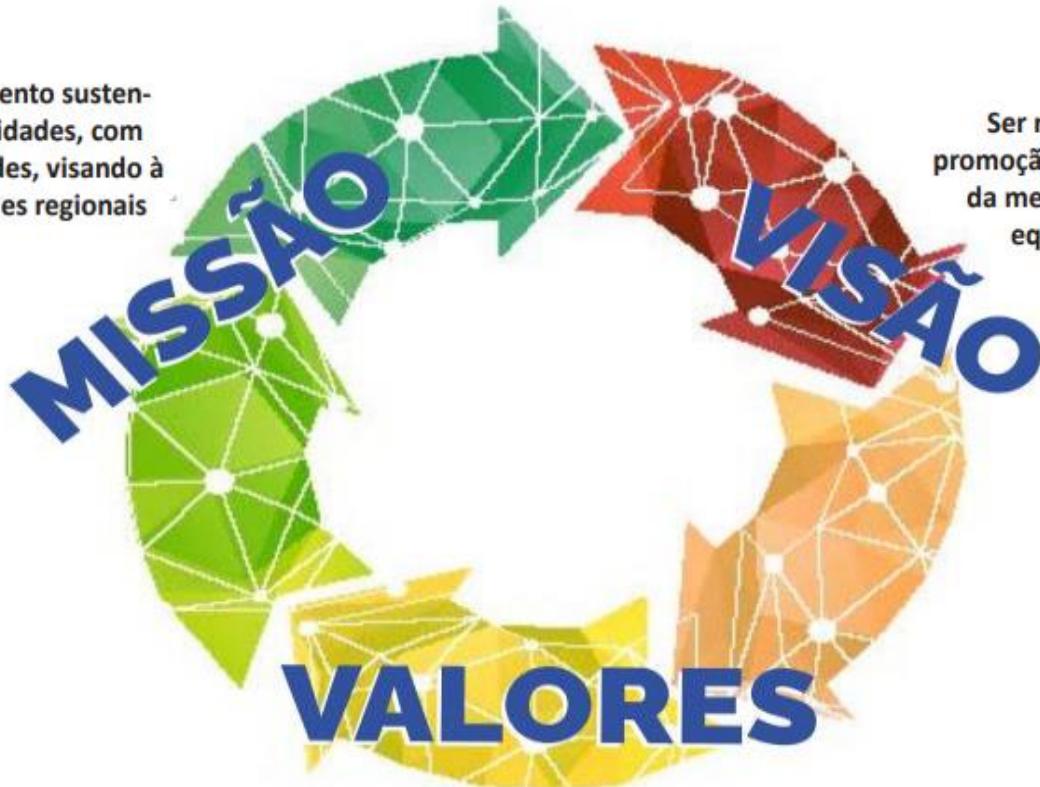
A atuação do MDR contou com a contribuição de suas 8 entidades vinculadas – autarquias e empresas públicas – que, em coordenação com o Ministério, desenvolveram as políticas públicas oferecendo produtos e serviços essenciais que contribuem para a qualidade de vida dos brasileiros nos mais variados setores.

O MDR atuou, ainda, na promoção do desenvolvimento das regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, ao administrar os Fundos Constitucionais de Financiamento e os Fundos de Desenvolvimento Regional, principais instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).



Como base para sua atuação, o Ministério do Desenvolvimento Regional adotou os seguintes orientadores estratégicos, definidos no âmbito do seu Planejamento Estratégico.

Promover o desenvolvimento sustentável das regiões e das cidades, com ampliação de oportunidades, visando à redução das desigualdades regionais



Ser reconhecido pela excelência na promoção do desenvolvimento sustentável, da melhoria da qualidade de vida e da equidade nas regiões e cidades

Estrutura organizacional

Em 30 de maio de 2022 entrou em vigor o [Decreto nº 11.065, de 6 de maio de 2022](#), que aprovou a Estrutura Regimental do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR).

Com a publicação do Decreto, a instituição passou a ter uma nova estrutura organizacional, com a seguinte caracterização:

Órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional:

- Gabinete;
- Assessoria Especial de Comunicação Social;
- Assessoria Especial Internacional;
- Assessoria Especial de Relações Institucionais;
- Assessoria Especial de Controle Interno;
- Consultoria Jurídica; e
- Secretaria-Executiva.

Órgãos específicos singulares:

- Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil;
- Secretaria Nacional de Segurança Hídrica;
- Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano;
- Secretaria Nacional de Habitação;
- Secretaria Nacional de Saneamento; e
- Secretaria de Fomento e Parcerias com o Setor Privado.

Órgãos Colegiados:

- Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - Conpdec;
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano - CNDU;
- Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social;
- Conselho Nacional de Recursos Hídricos;
- Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Polo Petrolina e Juazeiro - Coaride Petrolina e Juazeiro;

- Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina - Coaride da Grande Teresina;
- Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - Coaride;
- Conselho Nacional de Irrigação; e
- Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional.

Autarquias:

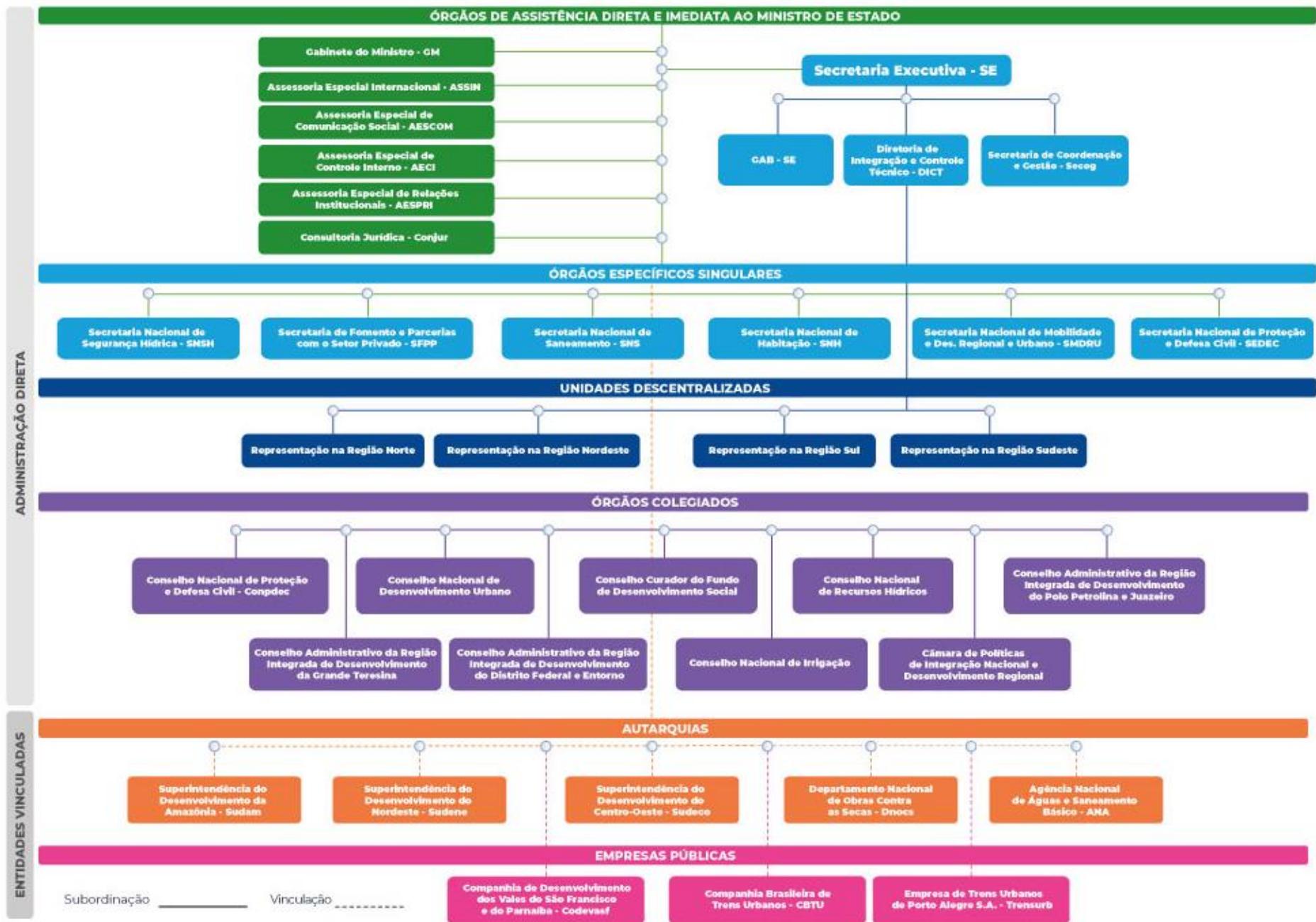
- Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam;
- Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene;
- Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - Sudeco;
- Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - Dnocs; e
- Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA.

Empresas Públicas:

- Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf;
- Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU; e
- Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - Trensurb.

A seguir, apresenta-se o organograma com a estrutura do MDR.

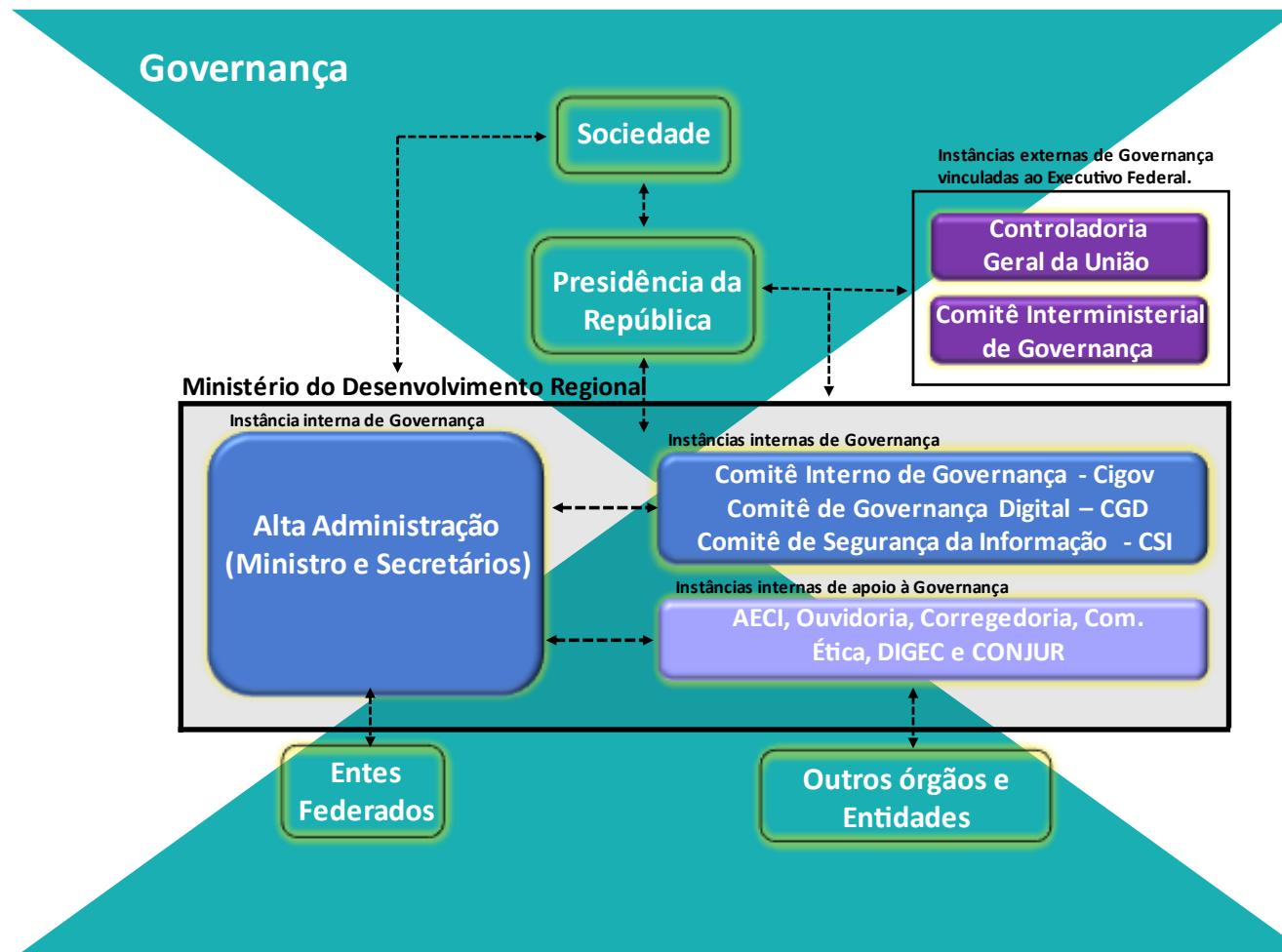
Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional



Estrutura de Governança

De acordo com o Referencial Básico de Governança Organizacional, do Tribunal de Contas da União, a governança pública organizacional consiste na “aplicação de práticas de liderança, de estratégia e de controle, que permitem aos mandatários de uma organização pública e às partes nela interessadas avaliar sua situação e demandas, direcionar a sua atuação e monitorar o seu funcionamento, de modo a aumentar as chances de entrega de bons resultados aos cidadãos, em termos de serviços e de políticas públicas” (TCU, p.15, 2020).

No MDR, instâncias internas e externas de governança contribuíam na melhoria do desempenho e no aumento da efetividade de seus processos, qualificando as entregas aos cidadãos. Essas instâncias são apresentadas, esquematicamente, na figura abaixo:



Principais Instâncias Internas de Governança no Âmbito do MDR

a) Alta Administração

A Alta Administração era composta pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional e pelos ocupantes de cargos e funções comissionados executivos – CCE e FCE 17 em diante.

Com a finalidade de assessorar o Ministro na execução da política de governança da administração pública federal, foi instituído, em abril de 2019, o Comitê Interno de Governança - Cigov, regido pela [Portaria MDR nº 1.509, de 31 de maio de 2022](#). O Cigov foi responsável por promover e acompanhar a implementação das medidas, dos mecanismos e das práticas organizacionais de governança, além de orientar a estratégia do Ministério a partir da aprovação e monitoramento do planejamento estratégico.

O Cigov possuía a seguinte composição: Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional; Secretário-Executivo, coordenador do Comitê; Secretário de Coordenação e Gestão; titulares das Secretarias Nacionais de Proteção e Defesa Civil, Segurança Hídrica, Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano, Fomento e Parcerias com o Setor Privado, Habitação e Saneamento.

Já o Comitê de Governança Digital – CGD, instituído pela [Portaria nº 1.522, de 31 de maio de 2022](#), tinha como finalidade deliberar sobre os assuntos relativos à implementação das ações de governo digital e ao uso de recursos de tecnologia da informação e comunicação, sendo responsável pela aprovação e monitoramento do Plano de Transformação Digital, do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação e do Plano de Dados Abertos.

O CGD era composto por representantes do Gabinete do Ministro, da Secretaria-Executiva e das Secretarias Nacionais de Proteção e Defesa Civil, Segurança Hídrica, Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano, Habitação, Saneamento e Fomento e Parcerias com o Setor Privado; pelo Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Tecnologia da

Informação e pelo encarregado do tratamento de dados pessoais, nos termos do disposto na [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#).

O Comitê de Segurança da Informação – CSI foi instituído pela Portaria nº 1.521, de 31 de maio de 2022, publicada no Boletim de Serviços Eletrônicos em 01/06/2022, com a finalidade de assessorar a Secretaria-Executiva nas atividades relacionadas à segurança da informação, no qual tem como objetivo viabilizar e assegurar a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e autenticidade das informações, abrangendo a segurança e defesa cibernética, segurança física e a proteção de dados organizacionais.

O CSI tinha a seguinte composição: o Gestor de Segurança da Informação, o Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação, representantes da Secretaria-Executiva, das Secretarias Nacionais de Proteção e Defesa Civil, Segurança Hídrica, Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano, Habitação, Saneamento e Fomento e Parcerias com o Setor Privado, da Assessoria Especial de Controle Interno, da Ouvidoria-Geral e da Corregedoria-Geral.

b) Instâncias de apoio à governança

O MDR contou com as seguintes instâncias internas de apoio à governança: a Assessoria Especial de Controle Interno; a Ouvidoria-Geral; a Corregedoria-Geral, a Comissão de Ética; a Diretoria de Gestão Estratégica e a Consultoria Jurídica.

Essas unidades realizavam a comunicação entre partes interessadas internas e externas à administração, promoviam o processo de governança, de gestão de riscos e controles internos, comunicando à alta administração os resultados. Além disso, elaboravam e desenvolviam projetos, processos e estruturas de governança necessários ao aprimoramento do funcionamento da instituição.

Principais Instâncias Externas de Governança Vinculadas ao Poder Executivo Federal

a) Controladoria-Geral da União

A Controladoria-Geral da União - CGU é o órgão do Governo Federal responsável por realizar atividades relacionadas à defesa do patrimônio público e ao incremento da transparência da gestão, por meio de ações de controle interno, auditoria pública, correição, prevenção e combate à corrupção e ouvidoria.

b) Comitê Interministerial de Governança

O Comitê Interministerial de Governança - CIG é o colegiado responsável pelo assessoramento do Presidente da República na condução da política de governança da administração pública federal.

O CIG foi criado pelo [Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017](#), que também instituiu a Política de Governança da Administração Pública Federal. Essa política estabeleceu princípios, diretrizes e práticas de governança pública voltadas à melhoria da prestação de serviços e à redução de custos com foco no cidadão.

Modelo de Negócio

O modelo de negócio do Ministério em 2022 foi orientado para o alcance dos objetivos estratégicos e para a geração de valor público, com a **promoção do desenvolvimento sustentável das regiões e das cidades, com a ampliação de oportunidades visando à redução das desigualdades regionais**.

Apresenta-se na página a seguir o referido modelo com nossos capitais, nossas políticas, algumas das nossas entregas, os impactos e os destinatários.

Modelo de Negócio do Ministério do Desenvolvimento Regional



Impactos

Moradia digna;
 Saneamento básico para todos;
 Proteção da população frente à desastres;
 Ampliação da segurança hídrica;
 Ampliação da área total irrigada;
 Melhoria da mobilidade urbana e
 Efetivação do desenvolvimento das regiões e das cidades.

Aos destinatários

População dos municípios e regiões brasileiras

Cadeia de Valor

A Cadeia de Valor do Ministério do Desenvolvimento Regional foi aprovada pelo Comitê Interno de Governança (Cigov) mediante a Resolução nº 1, de 22 de outubro de 2021 e a sua definição contou com a participação de técnicos e gestores dos órgãos e entidades do Ministério. Trata-se de ferramenta estruturada que representa macroprocessos finalísticos, gerenciais e de suporte, podendo ser compreendida como o conjunto de ações realizadas em uma sequência definida ponta a ponta a fim de gerar resultados e agregar valor para a sociedade.



Políticas e Programas de Governo

O Ministério do Desenvolvimento Regional mobilizou-se a fim de referenciar o seu Planejamento Estratégico às macropolíticas do MDR e aos objetivos, metas e indicadores do Plano Plurianual (PPA).

A imagem a seguir apresenta, de forma resumida, as macropolíticas do MDR e seus vínculos com o PPA 2020-2023 e o Plano Estratégico do MDR.

Macropolítica	Segurança Hídrica	Proteção e Defesa Civil	Planejamento e Desenvolvimento Produtivo e Regional	Saneamento Básico	Mobilidade e Desenvolvimento Urbano	Habitação
Vínculo com o Plano Plurianual	2221 – Recursos Hídricos	2218 – Gestão de Riscos e de Desastres	2217 – Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano	2222 – Saneamento Básico	2219 – Mobilidade Urbana 2217 – Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano	2220 – Moradia Digna
Vínculo com o Planejamento Estratégico Institucional	Eixo Estratégico Segurança Hídrica Subeixos Estratégicos - Gerenciamento de Recursos Hídricos - Infraestrutura Hídrica - Revitalização de Recursos Hídricos	Eixo Estratégico Proteção e Defesa Civil Subeixos Estratégicos - Gestão de Riscos de Desastres - Gestão de Desastres	Eixo Estratégico Planejamento e Desenvolvimento Produtivo e Regional Subeixos Estratégicos - Planejamento do Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial - Fomento ao Desenvolvimento Produtivo - Irrigação	Eixo Estratégico Saneamento Básico Subeixos Estratégicos - Infraestrutura em Saneamento Básico - Planejamento, Regulação e Gestão dos Serviços de Saneamento Básico	Eixo Estratégico Mobilidade e Desenvolvimento Urbano Subeixos Estratégicos - Mobilidade Urbana - Desenvolvimento Urbano	Eixo Estratégico Habitação Subeixos Estratégicos - Provisão Habitacional - Urbanização de Assentamentos Precários - Qualidade e Modernização Produtiva da Construção Civil

Dessa forma, apresentamos os links de acesso aos Programas do PPA com seus objetivos, metas e ações orçamentárias, bem como ao Planejamento Estratégico do MDR, com objetivos, indicadores, metas, programas e iniciativas da Pasta e os Painéis de Informações do MDR.

Programas e Ações do PPA: https://www.gov.br/mdr/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/PPA_espeelho_programa_acoes_orcamentarias_2022.pdf.

Plano Estratégico do MDR: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/planejamento-estratetico-institucional>.

Painéis de Informações do MDR: <http://paineis.mdr.gov.br/>.

Ambiente Externo

Todos os órgãos públicos e as entidades estão sujeitos a variáveis econômicas, políticas e legais que influenciarão direta ou indiretamente nos resultados a serem apresentados à sociedade.

Nesse contexto, o ano de 2022 foi desafiador, com a inflação em uma crescente, juros elevados e desaquecimento do nível econômico.

Logo, com a inflação impactada pela alta dos custos de produção, tendo como base os preços internacionais e também, pelos efeitos climáticos e da guerra que afetaram a produção, destaca-se os índices elevados para transportes e habitação o que interferiu diretamente nas políticas públicas do MDR, como Habitação e Saneamento.

Outro ponto a ser destacado foram os juros altos, que contribuíram para a ampliação do endividamento das famílias e das empresas, diminuindo sua capacidade para obtenção de financiamentos e realização de investimentos, respectivamente, afetando parte das políticas públicas do MDR.

A fim de superar essas dificuldades, na área de habitação, por exemplo, foram adotadas medidas como: i) aumento do limite de renda das famílias, em que a faixa de renda familiar do Grupo 1 passou de R\$ 2 mil para R\$ 2,4 mil, o Grupo 2 de R\$ 4 mil para R\$ 4,4 mil e o Grupo 3, de R\$ 7 mil para R\$ 8 mil; ii) incremento do montante de desconto complemento concedido; e iii) ampliação do prazo máximo de amortização, que passou de 30 para 35 anos; iv) normatização da possibilidade de utilização do recolhimento mensal de FGTS para apurar capacidade de pagamento; e vi) redução temporária da taxa de juros do Grupo 3 e do programa Pró-Cotista.

A carência de orçamento foi outro fator desafiador para o ano de 2022, de forma que uma importante solução foi o fortalecimento de parcerias com o setor privado. Nesse sentido, um importante mecanismo de alavancagem dos investimentos privados foram as debêntures incentivas. Exemplo disso foi a aprovação do projeto da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A (Embasa) (Portaria MDR nº3.641, de 20 de dezembro de 2022).

Com ele, o estado da Bahia poderá contar com até R\$ 319,9 milhões para investir no mercado privado, por meio da emissão de debêntures incentivadas. No total, cerca de 800 mil pessoas serão beneficiadas com ações de abastecimento de água em nove cidades baianas: Conceição da Feira, Feira de Santana, Itiruçu, Jaguaquara, Lajedo do Tabocal, Planaltino, Santa Bárbara, Santanópolis e Tanquinho. Essas debêntures permitem acesso a recursos de forma mais direta, porque têm menos burocracia e, com isso, dá mais celeridade à captação dos recursos.

Outro fator de destaque frente aos desafios para realização de investimentos, foram as outorgas asseguradas por meio de concessões para implantar, ampliar ou aperfeiçoar os serviços de saneamento básico em mais de 225 cidades.

Por fim, outras regulamentações que influenciaram de forma positiva as políticas do MDR ao longo de 2022, foram:

- **Decreto nº 11.064/2022** - Autorização aos bancos administradores dos Fundos Constitucionais para realizarem acordos de renegociação extraordinária de operações de crédito
- **Decreto nº 11.219/2022** - Transferência de recursos da União para ações de defesa civil

Materialidade das Informações

A materialidade das informações está relacionada aos temas relevantes que afetam ou podem afetar a geração do valor público pelo Ministério do Desenvolvimento Regional.

Nesse contexto, a seleção de temas foi norteada pelo Planejamento Estratégico Institucional (PEI) e os resultados da gestão serão apresentados ao longo do relatório demonstrando a evolução de indicadores, programas e iniciativas realizadas no âmbito dos eixos e subeixos estratégicos do PEI, que representam as políticas públicas mais relevantes da Pasta e as principais linhas de atuação nas perspectivas vinculadas a parcerias e fomento e à governança e à gestão corporativa.

Cumpre destacar que o Planejamento Estratégico do MDR foi elaborado de forma alinhada aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável na Agenda 2030 (ODS), demonstrando a importância dada pela pasta à agenda internacional de planejamento do desenvolvimento sustentável. A imagem a seguir apresenta a relação dos ODS mais impactados pelos eixos estratégicos de atuação do MDR.



- Saneamento básico
- Segurança Hídrica
- Habitação
- Proteção e Defesa Civil
- Planejamento e Des. Produtivo e Regional
- Mobilidade e Des. Urbano
- Governança e Gestão Corporativa
- Parcerias e Fomento

ODS



CAPÍTULO II – RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

Riscos

No planejamento estratégico do Ministério, a perspectiva de Governança e Gestão Corporativa estabelece como um dos objetivos estratégicos a consolidação de um modelo de governança e gestão estratégica pautado pela integração e inovação, com foco em resultados.

Vinculado a esse objetivo, foi definido como um dos indicadores o Índice de Maturidade em Gestão de Riscos. Para avaliação desse indicador, foi utilizada a metodologia do Tribunal de Contas da União (TCU), com adaptações, de modo que foi desenvolvido um questionário eletrônico para buscar a percepção do gestor sobre a gestão de riscos.

A partir das respostas, foi calculado o nível de maturidade da gestão de riscos, que reflete, segundo o TCU, as capacidades existentes na organização em termos de liderança, políticas e estratégias, e preparo das pessoas para a gestão de riscos; bem como o emprego dessas capacidades a processos e parcerias e os resultados obtidos com a gestão de riscos na melhoria do desempenho organizacional.

O resultado apontou nível intermediário, com evolução constante desde 2020, cujo nível foi o básico, conforme a seguir: 2020 = 32,96%, 2021 = 52,68% e 2022 = 56,26%.

Em 2022, foi realizada a revisão da Política e da Metodologia de Gestão de Riscos, que culminou com a aprovação pelo Comitê Interno de Governança (Cigov) da Resolução nº 1, de 23 de março de 2022. Uma nova revisão já foi iniciada com foco no aperfeiçoamento da avaliação dos controles.

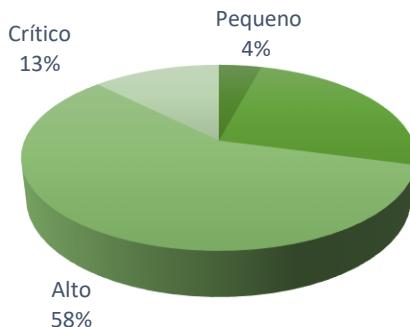
Ao todo, 34 Oficinas de Gestão de Riscos foram realizadas, com a avaliação de 24 riscos, resultando em proposição de implementação ou melhoria de 50 controles, nos seguintes processos.

PROCESSOS	UNIDADES	TOTAL DE RISCOS	TOTAL DE CONTROLES PROPOSTOS
Riscos à Integridade - Nepotismo	SE – Coordenação Geral de Gestão de Pessoas	1	3
Riscos à Integridade - Fiscalização de Contratos	SE – Coordenação Geral de Serviços e Logística	3	4
Sistema Nacional de Informações em Mobilidade Urbana (SIMU)	SMDRU – Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano	4	7
Contratos de Repasse - Celebração	SMDRU – Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano	4	10
Contratos de Repasse - Acompanhamento da Execução		6	11
Convênios	SNSH – Secretaria Nacional de Segurança Hídrica	6	15
TOTAL		24	50

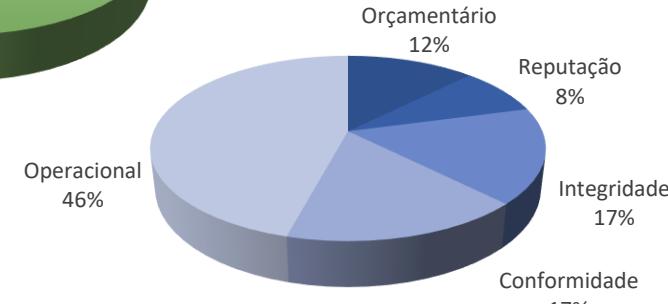
Fonte: AECI/MDR (2022)

Os riscos avaliados estão distribuídos por nível e por categoria, conforme gráficos abaixo:

Nível dos Riscos



Categoria dos Riscos



Fonte: AECI/MDR (2022)

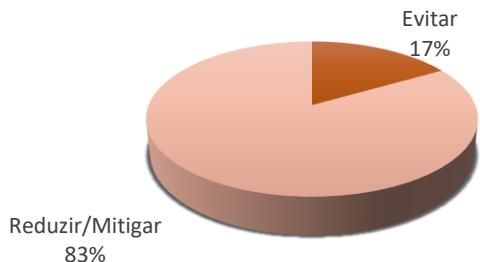
No processo de gerenciamento de riscos também é feita a avaliação quanto ao desenho e à operação dos controles existentes. No tocante aos processos descritos na tabela, foram identificados 47 controles, conforme a seguir.

PROCESSOS	UNIDADES	TOTAL DE CONTROLES AVALIADOS
Riscos à Integridade - Nepotismo	SE – Coordenação Geral de Gestão de Pessoas	02
Riscos à Integridade - Fiscalização de Contratos	SE – Coordenação Geral de Serviços e Logística	10
Sistema Nacional de Informações em Mobilidade Urbana (SIMU)	SMDRU – Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano	04
Contratos de Repasse - Celebração		11
Contratos de Repasse - Acompanhamento da Execução		09
Convênios	SNSH – Secretaria Nacional de Segurança Hídrica	11
TOTAL		47

Fonte: AECI/MDR (2022)

Como resultado das avaliações, tanto dos riscos quanto dos controles, foram definidas as respostas aos riscos, da seguinte forma:

Respostas aos Riscos



Fonte: AECI/MDR (2022)

Dessa forma, dentre as ações que visaram a mitigação do risco, cabe destacar algumas de extrema relevância para o Ministério:

- Declarações de Vínculos Familiares para Estagiários e Terceirizados;
- Capacitação dos municípios;
- Criação e Revisão de normativos;
- Criação e Revisão de manuais;
- Elaboração de cartilhas;
- Melhorias de sistemas e fluxos;

- Ação Continuada de Capacitação para fiscais e gestores do contrato de repasse;
 - Sensibilização dos gestores por meio do Programa de Integridade (Progride);
 - Proposta de Alteração da Plataforma + Brasil quanto aos valores mínimos e máximos de contrapartida financeira, conforme a LDO;
 - Alteração da Plataforma + Brasil para geração das declarações de contrapartida e de capacidade técnica;
 - Gestão individualizada junto a cada proponente para solucionar dúvidas;
 - Criação de sistema para avaliação de orçamentos.

Ademais, foi realizado um trabalho específico para a identificação dos Riscos Estratégicos do Ministério, gerando um inventário de 27 riscos e respectivos indicadores de riscos (KRI) para monitoramento. Esse inventário foi aprovado pelo Comitê Interno de Governança (Cigov) por meio da Resolução Cigov nº 4, de 07 de novembro de 2022.

A Assessoria Especial de Controle Interno (AECI), no cumprimento das atribuições de segunda linha, promoveu diversas ações de capacitação sobre gestão de riscos descritas nas figuras abaixo:



Gestão de Riscos à Integridade

Palestrantes:

- Mariângela Mattia Moreira
- Fabiana Vieira Lima
- Matheus Fornara

Temas abordados:

- A Importância da Ética no Serviço Público e os Programas de Integridade
- Programa de Integridade do MDR - Progride
- Modelos Comportamentais
- Cases - com dolo e sem dolo
- Gestão de Riscos à Integridade



A Importância da Gestão de Riscos

Palestrantes:

- Dacy Bastos Ribeiro da Costa Claudino
- Diogo Rodrigues

Temas abordados:

- A Importância e aplicação da Gestão de Riscos nos processos de trabalho
- Controles Internos eficientes e eficazes



Governança e Gestão de Riscos

Palestrante:

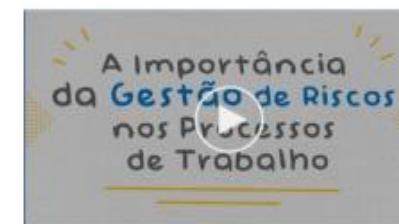
- Flávia Amaral Silva de Sousa

Temas abordados:

- Conceitos de Governança e Gestão de Riscos
- Como o tema é trabalhado no MDR
- Controles Internos e monitoramento

Ainda, foi desenvolvido um Plano de Comunicação com o objetivo de informar e apoiar as ações de gestão de riscos, de modo a sensibilizar os gestores para a importância da implementação em seus processos. Seguem alguns exemplos dos materiais elaborados.

Edição 1º / Setembro de 2022



- A importância da Gestão de Riscos:
<https://www.youtube.com/watch?v=fs71L7j5jDY>
- Etapas da Gestão de riscos:
<https://www.youtube.com/watch?v=ra4z3abv4ZY>
- TV MDR – Sobre a Gestão de Riscos: <https://www.youtube.com/watch?v=xQ-QSwas0dg>

Integridade

O Programa de Integridade do Ministério do Desenvolvimento Regional foi instituído por meio da Portaria 1.927, de 12 de agosto de 2019, que definiu a estrutura de funcionamento do mencionado Programa, como também previu a criação periódica de Planos de Integridade.

Assim, o Plano de Integridade de 2022 foi executado por meio de um conjunto de ações, atividades e eventos voltados tanto para o público interno do MDR, quanto para os colaboradores das entidades vinculadas, com uma participação significativa de todos esses servidores.

Ainda sob a cautela de um cenário de pandemia, os eventos aconteceram virtualmente, especialmente na plataforma Microsoft Teams, o que em nada impediu a interação ativa de todas essas plateias com intervenções, perguntas e observações que muito enriqueceram o conteúdo e a busca pela excelência.

O Plano de 2022 foi elaborado por meio de uma construção coletiva junto com todas as áreas meio e finalística do MDR, bem como participação ativa de todas as instâncias internas de integridade.

Foram consideradas a percepção e sugestões de todos os servidores e colaboradores que responderam ao Questionário de Percepção da Integridade. Dessa forma, após a compilação dos resultados, foram projetadas mais de 100 ações que foram executadas em 2022.

A tipologia utilizada nos eventos foi em formato de Palestras, Webinários e Treinamentos com temas abordando os mais importantes e diversos aspectos da Integridade.

Além desses, outras ações igualmente importantes foram realizadas como campanhas publicitárias por meio de informes, vídeos, fundo de tela e e-mails institucionais. Assim, em busca de motivar o envolvimento dos servidores e reforçar a divulgação, criou-se uma dinâmica de informes periódicos onde a parceria e o olhar técnico da Assessoria Especial de Comunicação Social (Aescom) foram fundamentais na criação de

ferramentas de comunicação de forma a atingir eficientemente todo o público-alvo pretendido pelo Plano e tornar atraente e motivador o convite para a participação e o engajamento em cada ação.

Todos os eventos geraram certificado de participação, validados pela Chefia da Assessoria Especial de Controle Interno, em um total de 2.580 certificados emitidos ao longo de 2022, número esse, que também contabiliza o total de participações.

Como professores e palestrantes dos eventos foram convidados técnicos de diversos órgãos, tais como Controladoria-Geral da União (CGU); Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Ministério da Economia (ME), Universidade de Brasília (UNB), Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), entre outros, contabilizando mais de 30 experts dos assuntos tratados.

Foram efetivamente realizados 29 eventos de capacitação ao longo de 2022. Abaixo, segue planilha de ações realizadas em 2022 com as atividades, o período de sua realização e número de participações.

TREINAMENTOS				
Mês	Dia	Título	Instrutor(a)	Nº participantes
Março	28 a 30	Ética em Contratações Públicas	Sérgio Tadeu Neiva (CGU)	27
Maio	25 a 27	Riscos à Integridade	Mariângela Mattia (ME)	128
Agosto	22 a 24	Prestação de Contas e Tomada de Contas Especial	Aderaldo Tiburtino Leite (TCU) e Márcia Núbia Lopes (TCU)	133
Outubro	3 a 5	Instrumentos de Repasse	Silvestre Cerejo (CGU)	75
Total de Participantes				363

Fonte: AECI/MDR (2022)

WEBINÁRIOS				
Mês	Dia	Título	Instrutor(a)	Nº de participantes
Fevereiro	23	Programa de Gestão	Lucíola Arruda (ME) e Elise Sueli (ME)	72
Abril	07	Comunicação não violenta e os Benefícios para a Integridade e Conflito de Gerações	Paulo Grazziotin (CGU) e Josabé Guerra (ME)	100
Maio	12	Segurança da Informação	Cláudio Branco (TCU); Harley Ferreira (TCU); Mônica Chaves (TCU); Leonardo Ferreira (ME); e Matheus Rezende (CGU)	163
Junho	06 e 08	Técnicas de Comunicação	Rodrigo Mota Narcizo (ANAC)	141
Setembro	21	Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD	Marcos Lindenmayer (CGU)	101
Outubro	17	Tratamento de Denúncias de Políticas Públicas	Pedro Batelli (MDR) e Fernanda Muniz (MDR)	65
Total de Participantes				642

Fonte: AECI/MDR (2022)

PALESTRAS				
Mês	Dia	Título	Instrutor(a)	Nº de participantes
Janeiro	27	Carta de Serviços e Código de Defesa do Usuário	Pedro Batelli (MDR)	28
Fevereiro	24	Dados Abertos	Cibele Brasil (CGU)	32
Março	08	Trabalho Feminino. Desafios e Perspectivas	Carla Sabrina (UNB)	26
Abri	20	Liderança e Integridade	Francisco Eduardo Bessa (ME) e Vladia Pompeu (AGU)	96
Junho	14	A Importância da Gestão de Riscos	Diogo Rodrigues (BACEN) e Dacy Bastos (colaboradora)	106
Julho	07	Controle de Tempo, de Demandas e de Produtividade	Gabriel Fiúza (UNB)	145
Total de Participantes				1.575

Julho	12	Segurança Logística e Espaço Físico	Bruno Ribeiro (ABIN)	101
Julho	19	Segurança TI – Como se comportar diante de um computador - gestores	Edgar Júnior (ABIN)	13
Julho	20	Regras do Período Eleitoral	Cristiane Costa (MDR)	108
Julho	28	Análise do Impacto Regulatório	Kélvia Albuquerque (ME)	118
Agosto	03	Segurança TI – como se comportar diante de um computador	Edgar Júnior (ABIN)	91
Agosto	16	Segurança voltada para a documentação	Bruno Ribeiro (ABIN)	103
Agosto	17	Delegação ao exterior e recebimento de delegações estrangeiras e demais riscos que podem envolver a alta administração	Cesar Luiz (ABIN)	30
Agosto	23	Segurança voltada para as Pessoas	Bruno Ribeiro (ABIN)	104
Setembro	13	Segurança na Utilização de Equipamentos Eletrônicos	Edgard Júnior (ABIN)	69
Setembro	15	Princípios que regem a Administração Pública	Flávio Dematté (CGU)	86
Outubro	06	Engenharia Social	André Nicoletti (ABIN)	65
Outubro	27	Gestão para Chefias	Fabiana Lima (MDR), Pedro Batelli (MDR) e Matheus Fornara (MDR)	64
Dezembro	01, 02 e 05	Semana de Promoção à Integridade e Combate à Corrupção	Renato Capanema (Autor do livro “Muitos”) e Marcelo Zenkner (autor do livro “Integridade Governamental e Empresarial) e Flávia Sousa (MDR)	190
Total de Participantes				1.575

Fonte: AECI/MDR (2022)



Acrescenta-se que o Programa de Integridade (Progride) não ficou preso às ações previstas somente em seu plano de ação. Quando identificada a necessidade de atuar em outras situações não previstas, a Unidade de Gestão da Integridade (UGI) adaptou a agenda para englobar as atividades necessárias.

Este é o caso do Sistema e-Agendas, plataforma em que são divulgadas as agendas de compromissos públicos dos agentes públicos do Poder Executivo Federal, que foi implementado no Ministério com a realização de ações de capacitação para os agentes públicos e para as secretárias. Além disso houveram as seguintes iniciativas:

- definição de fluxo, prazos e responsabilidades, por meio da Portaria 3.010, de 05 de outubro de 2022; e
- elaboração de Guia para Interação entre o Agente Público e Privado e de diversos informes explicitando os conceitos e regras do Decreto 10.889, de 9 de dezembro de 2021.

Além disso, foi feito levantamento junto a todas as unidades quanto à existência de agentes que não seriam obrigados a publicarem suas agendas, mas que participam de forma recorrente de audiências.

Importante também registrar que foram implementadas diversas ações no tocante à transparéncia ativa e passiva.

As bases do Plano de Dados Abertos estão sendo publicadas, em sua maioria, em conformidade com o cronograma.

Quanto à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), foi criada uma Comissão com a participação de unidades importantes do Ministério, a qual já iniciou o Inventário de Dados Pessoais e os Termos de Uso.

Outra atividade não prevista, mas que ocupou grande parte da grade de palestras para 2022 foram os temas ministrados pelo Programa Nacional de Proteção do Conhecimento Sensível (PNPC), de competência da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), que visava estabelecer, junto às instituições públicas e privadas, uma cultura de proteção dos conhecimentos sensíveis, cujo acesso possa comprometer os objetivos nacionais e resultar em prejuízos.

Assim, no que diz respeito a primeira etapa (conscientização) realizada em 2022, foram sete palestras: 1. Engenharia Social; 2. Segurança na utilização de equipamentos eletrônicos; 3. Segurança Logística e Espaço Físico; 4. Segurança voltada para as Pessoas; 5. Segurança voltada para a Documentação; 6. Delegação ao exterior e recebimento de delegações estrangeiras e demais riscos que podem envolver a alta administração; e 7. Segurança TI – Como se comportar diante de um computador.

Também foi elaborado, em parceria com o Tribunal de Contas da União, o treinamento de Tomada de Contas Especial (TCE), que abordou, inclusive, questões referentes à análise técnica da prestação de contas. O treinamento realizado entre 22 e 24 de agosto, foi customizado para atender as necessidades do MDR. O diferencial deste treinamento foi que, diferentemente de outros cursos outrora realizados que contavam com procedimentos padronizados, a pedido do Progride, o Órgão de Controle aceitou mobilizar uma equipe para elaborar material ajustado às dificuldades e questionamentos dos nossos técnicos, com destaque a eventuais entendimentos do Tribunal.

Correição

A Corregedoria-Geral do Ministério do Desenvolvimento Regional era a unidade responsável pela atividade correcional do Ministério do Desenvolvimento Regional e integra o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal liderado pela Corregedoria-Geral da União (CRG/CGU).

A Corregedoria-Geral integrava o Gabinete do Ministro e teve como principais competências a gestão dos feitos disciplinares (investigação preliminar, juízo de admissibilidade, instauração e acompanhamento das comissões de Processo Administrativo Disciplinar), manifestações técnicas em penas administrativas capitais, ações de promoção da ética e disciplina funcional, orientação dos servidores e gestores sobre a matéria disciplinar, promoção de ações preventivas, entre outras atividades de integridade e correição.

Em 2022, a Corregedoria-Geral do MDR fortaleceu medidas de transparência ativa, consolidando seu portal na internet como um centro de informações correcionais com manuais, dados abertos, estatísticas e orientações aos servidores e à sociedade.

Além disso, investiu em medidas de prevenção correcional. Nesse sentido, aumentou o número de recomendações proferidas aos servidores do MDR com base nas denúncias recebidas e infrações apuradas.

Por fim, cumpre destacar que foi realizada, em conjunto com a Assessoria de Comunicação do órgão, ampla campanha de conscientização sobre os direitos e deveres no período das Eleições Gerais de 2022.

Denúncias Recebidas em 2022

Entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2022, a Corregedoria do MDR recebeu 34 novas denúncias e/ou representações. Desses, 13 foram arquivadas, houve 7 celebrações de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), 2 Recomendações Correcionais (RC), 2 instaurações de Processos Administrativos Disciplinares (PAD).

Ao final do ano, restaram 16 denúncias ainda em análise em processo de Juízo de Admissibilidade ou análise de Relatório Final da Comissão de PAD.

Destaca-se que, a partir de uma denúncia, pode-se derivar mais de um resultado. Por exemplo, uma denúncia recebida em 2022 resultou na instauração de um PAD, 4 TACs, uma recomendação e ao final do ano o referido PAD estava em análise para julgamento.

Desfecho das Denúncias Recebidas em 2022

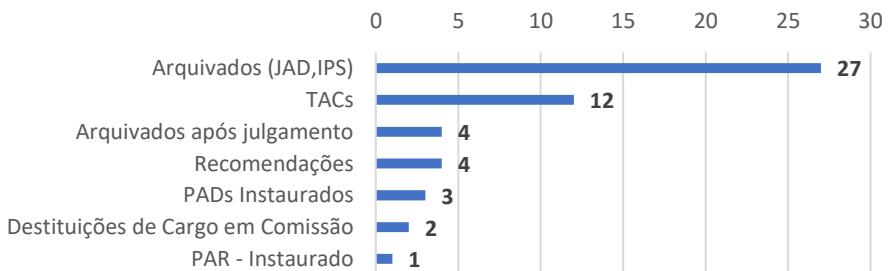


Fonte: Ouvidoria/MDR (2022)

Ao todo, em 2022, houve 4 instaurações de processos: 3 PADs (2 relativos a denúncias de 2022 e 1 quanto à denúncia de ano anterior) e 1 Processo Administrativo de Responsabilização de Empresa (PAR). Em complemento, no total, foram celebrados 12 Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) e emitidas 4 Recomendações Correcionais (RCs).

Além disso, houve julgamento de outros 5 Processos Administrativos Disciplinares que já haviam sido instaurados em anos anteriores, os quais ensejaram em 2 casos de Destituições de Cargo em Comissão e 4 arquivamentos.

Balanço Total de Processos - 2022



Fonte: Ouvidoria/MDR (2022)

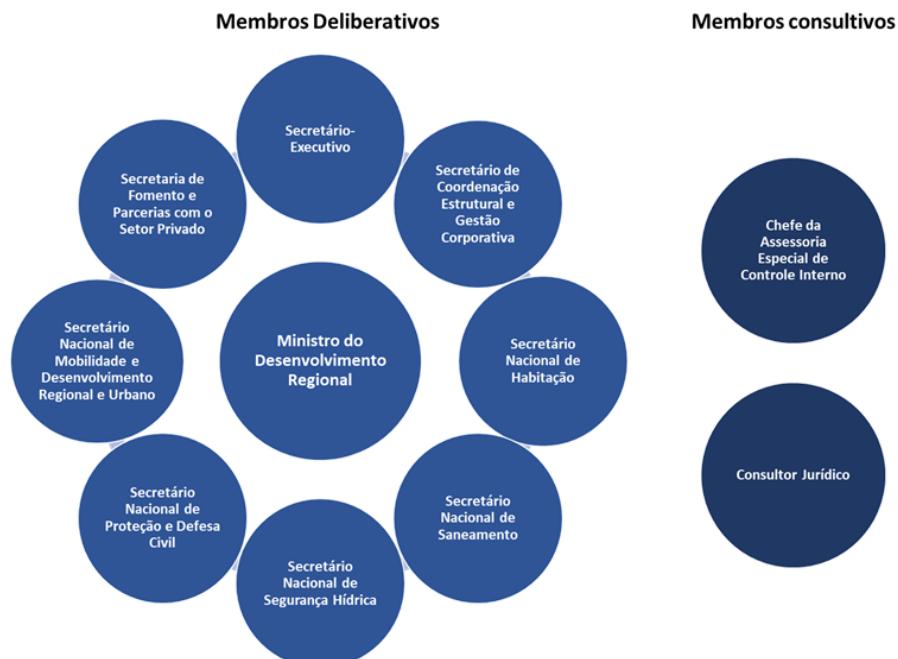
CAPÍTULO III – GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Governança

Em abril de 2019, foi instituído o Comitê Interno de Governança (Cigov), de caráter consultivo e deliberativo, com a finalidade de assessorar o Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional na execução da política de governança da administração pública. O Cigov é regido pela Portaria MDR nº 1.509, de 31 de maio de 2022.

A seguir, a estrutura do Comitê:

Estrutura do Comitê Interno de Governança do MDR – Cigov



Fonte: Diretoria de Gestão Estratégica -Digec (2022)

Nos termos da Portaria MDR nº 1.509, de 31 de maio de 2022, o Cigov possuía competências intimamente relacionadas ao processo de governança do Ministério e do direcionamento do planejamento e da gestão estratégica, com destaque para as seguintes:

- incentivar e promover iniciativas que busquem implementar o acompanhamento de resultados no Ministério do Desenvolvimento Regional, que promovam soluções para melhoria do desempenho institucional ou que adotem instrumentos para o aprimoramento do processo decisório;
- aprovav, monitorar e avaliar o planejamento estratégico; e
- aprovav políticas, diretrizes, planos, metodologias e mecanismos para comunicação e institucionalização da Gestão de Riscos, dos Controles Internos, da Transparência e da Integridade, buscando seu aprimoramento contínuo.

Apoio da estrutura de governança à capacidade de gerar valor

Em 2022, foi instituído o Programa de Fortalecimento da Governança (PFG) com o objetivo de planejar ações visando à melhoria da governança organizacional do ministério e foi estabelecida uma rotina de monitoramento dos resultados e do desempenho e elaborado e monitorado o Plano de Fortalecimento da Governança – 2022.

O Programa objetivou atuar em três frentes: liderança, estratégia e controle. A partir do desenvolvimento das iniciativas, esperava-se fortalecer a integridade, a capacidade de liderança e a capacidade técnica institucional; aperfeiçoar a estratégia; fortalecer a gestão estratégica; monitorar o alcance dos resultados organizacionais, o desempenho das funções de gestão e as tecnologias empregadas; fortalecer a Gestão de Riscos, a transparência e os controles internos; garantir a *accountability* (prestação de contas); e avaliar a satisfação das partes interessadas.

O Plano de Fortalecimento da Governança foi elaborado e monitorado desde agosto/2022 mediante relatórios bimestrais encaminhados para acompanhamento pelo Cigov.

A evolução do desempenho do MDR em governança foi sendo avaliada por meio de indicador próprio (iGG-MDR), criado com base no Perfil Integrado de Governança Organizacional e Gestão Públicas do Tribunal de Contas da União. Considerando a última resposta oficial do iGG, em setembro de 2021, avaliada por meio do indicador próprio, o MDR teve 45 pontos. Após esforços no aprimoramento da governança em 2021 e o lançamento do PFG, o cálculo do indicador chegou a 70 pontos (em outubro/2022). O Plano de Fortalecimento da Governança - 2023 está em fase de pré-elaboração.

Ainda com o apoio da Alta Administração, foi iniciado o desenvolvimento de um novo sistema de gestão de carteira de investimentos (MDR Investe) e de painéis gerenciais, bem como o de sistemas corporativos de gestão de informações (MDR Entregas).

Estratégia e Alocação de Recursos

A Estratégia do MDR foi consubstanciada no Plano Estratégico Institucional (PEI).

O processo de revisão do PEI, ocorrido em 2021, foi realizado por meio de diversas oficinas virtuais com a participação direta de gestores e servidores do MDR e de suas entidades vinculadas, num processo de reflexão crítica e debate participativo acerca dos elementos fundamentais da estratégia do MDR.

Como resultado, foram revistos missão, visão, valores do MDR, identificados os principais eixos e subeixos estratégicos de atuação do MDR e suas sinergias, realizada análise SWOT, construído o mapa estratégico, além de revistos todos os elementos específicos do PEI, como objetivos estratégicos, indicadores estratégicos, metas, programas e iniciativas.

O mapa estratégico e os objetivos estratégicos do novo PEI, foram aprovados por meio da Resolução Cigov nº 1, de 22 de outubro de 2021.

No mês de dezembro de 2021 foram lançados o Sumário Executivo, que apresenta os pontos fundamentais da nova metodologia do PEI, bem como um panorama dos indicadores estratégicos, programas e iniciativas. Além disso, foram lançados os Cadernos Estratégicos, que apresentam os problemas, desafios, objetivos estratégicos, indicadores, metas, programas e iniciativas relacionados a cada Eixo Estratégico.



Fonte: Digec (2022)

Em 2022, foi implantado o Modelo de Excelência em Planejamento e Gestão Estratégica que consistiu em modelo inovador de gestão do PEI a partir do uso do Sistema de Gerenciamento do Planejamento Estratégico (Sisplan), desenvolvido pela CGPGE no PowerApps para monitoramento do PEI, do Painel Estratégico (relatórios gerenciais no Power BI) e da realização mensal de Reuniões de Gestão Estratégica em cada Secretaria do MDR e trimestral da Reunião de Avaliação da Estratégia no Comitê Interno de Governança (Cigov).

O modelo foi um sucesso, tendo sido selecionado pelo Centro Latino Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD) para apresentação de painel e artigo no seu XXVII Congresso Internacional sobre a Reforma do Estado e da Administração Pública, realizado na Bolívia entre 22 e 25 de novembro. Ainda em 2022, o Sistema de Gerenciamento do Planejamento Estratégico (Siplan) foi premiado com o Selo Bronze de Modernização do Estado pelo Fórum Nacional de Modernização do Estado.

Mapa Estratégico

O Mapa Estratégico reflete a missão, a visão e os valores, além dos objetivos estratégicos. É uma ferramenta de comunicação que reúne em um único ambiente os principais objetivos do Ministério. A revisão do Planejamento Estratégico no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Regional foi aprovada pela Resolução nº 1, de 23 de outubro de 2021, do Comitê Interno de Governança (Cigov).



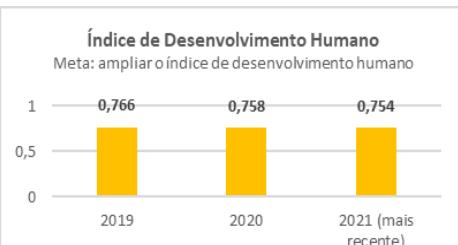
CAPÍTULO IV – RESULTADO E DESEMPENHO DA GESTÃO

Resultado Integrado

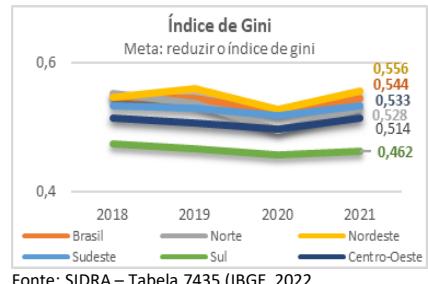
O Plano Estratégico do MDR, explicado nos capítulos anteriores, dispôs de perspectiva específica sobre o resultado integrado do MDR, com objetivo estratégico sintetizador da estratégia do MDR e com a utilização de indicadores macroeconômicos e sociais mais relevantes relacionados ao desenvolvimento regional e a redução das desigualdades regionais, sem prejuízo dos indicadores setoriais para cada política pública. Nesse sentido, foi estabelecido o objetivo de “promover o desenvolvimento sustentável, a emancipação das pessoas e a redução das desigualdades regionais”.

Essa dimensão, se caracteriza pelo alto nível de complexidade e de interdependência com as diversas políticas públicas do governo federal (não só as do MDR). Assim, os indicadores estratégicos de resultado integrado possuem sua meta estabelecida em termos de diretriz geral de evolução, não se fixando valores numéricos, uma vez que não é possível definir com nível de precisão adequado o impacto da atuação do Ministério nos resultados desses indicadores.

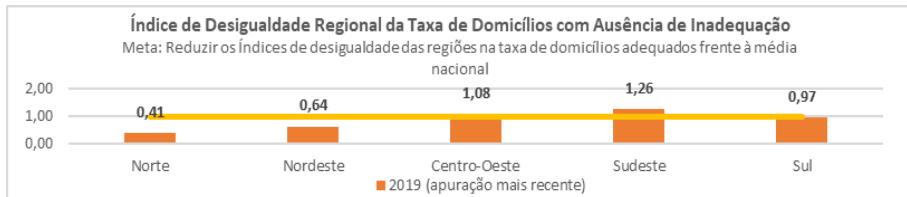
Os indicadores de resultado integrado não devem ser entendidos como medida de desempenho propriamente dito do Ministério, mas como balizadores da formulação e da execução das políticas públicas, tendo o condão de direcionar o estabelecimento de estratégias para redução das desigualdades e melhoria da qualidade de vida nas cidades. Os resultados verificados reforçam a importância da atuação do Ministério. A seguir, resumo da evolução dos indicadores estratégicos.



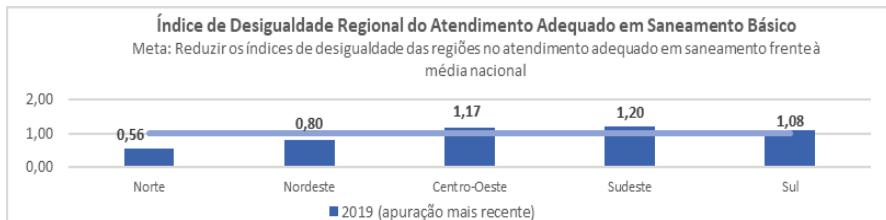
Fonte: (PNUD, 21/22)



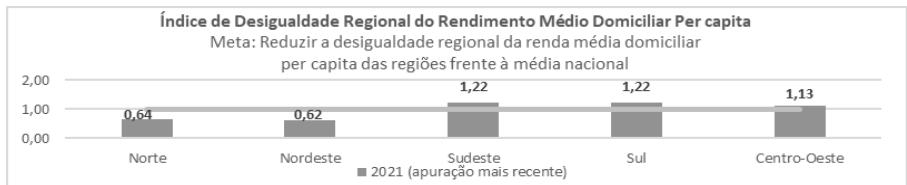
Fonte: SIDRA – Tabela 7435 (IBGE, 2022)



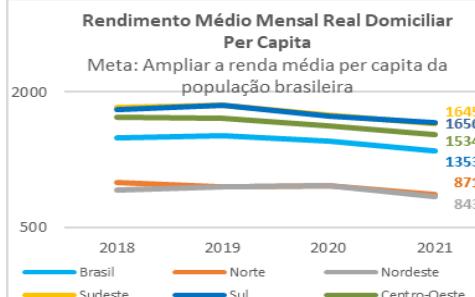
Fonte: CGPGE/DIGEC/SECOP/SE/MDR, a partir de SNS (2022)



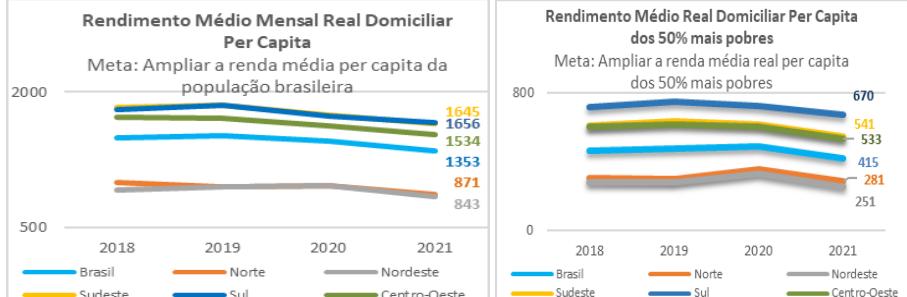
Fonte: CGPGE/DIGEC/SECOP/SE/MDR, a partir de SNS (2022)



Fonte: SIDRA – Tabela 7534 (IBGE, 2022)



Fonte: SIDRA – Tabela 7534 (IBGE, 2022)



Fonte: SIDRA – Tabela 7534 (IBGE, 2022)

Nos próximos tópicos deste capítulo serão apresentados os avanços dentro de cada política pública do MDR, apresentando indicadores setoriais, bem como os principais resultados dos programas e iniciativas do MDR para a sociedade.

Segurança Hídrica

A água é um elemento fundamental para a vida e constitui recurso estratégico para atividades produtivas que garantem o bem-estar social, como agricultura, saneamento, geração de energia elétrica, transporte hidroviário, produção industrial.

Nesse sentido, a Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, tem como fundamentos que a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico, sendo um bem de domínio público e que a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e sempre proporcionar o uso múltiplo das águas, devendo ser priorizados o consumo humano e a dessedentação de animais em situações de escassez.

No MDR, esta macropolítica está organizada em três subeixos: i) infraestrutura hídrica; ii) gerenciamento de recursos hídricos; e iii) revitalização de bacias hidrográficas.

O primeiro representa os esforços de implantação de infraestruturas hídricas no País a fim de reverter situações de insegurança hídrica.

O segundo corresponde às atividades voltadas ao gerenciamento dos recursos hídricos nacionais e transfronteiriços, de forma planejada e integrada, considerando as diversidades regionais e a promoção da segurança à atual e às futuras gerações.

O terceiro, por sua vez, representa a atuação do Ministério no que se refere à preservação e à conservação das bacias hidrográficas, além da recuperação daquelas cujos recursos hídricos se encontram em situação de vulnerabilidade.

SUBEIXO ESTRATÉGICO: INFRAESTRUTURA HÍDRICA

OBJETIVO ESTRATÉGICO	AMPLIAR A SEGURANÇA HÍDRICA, EM BASES SUSTENTÁVEIS, ESPECIALMENTE EM REGIÕES EM SITUAÇÃO CRÍTICA	META 2020-2023	META 2022	VALOR APURADO
INDICADORES ESTRATÉGICOS				
Quantidade de municípios com Índice de Segurança Hídrica - ISH, na dimensão humana, mínimo ou baixo beneficiados com a ampliação da oferta hídrica	Ampliar a oferta hídrica em 132 dos 717 municípios com Índice de Segurança Hídrica, na dimensão humana, mínimo ou baixo	122	75	
Incremento da oferta hídrica em áreas com Índice de Segurança Hídrica, na dimensão humana, mínimo ou baixo	Incrementar 132,53 m ³ /s de oferta hídrica em áreas com Índice de Segurança Hídrica, na dimensão humana, mínimo ou baixo.	17,35	10	

Em 2022, de forma cumulativa, 75 municípios em situação crítica de segurança hídrica (ISH, na dimensão humana, mínimo ou baixo) foram beneficiados com ampliação de oferta de água por meio da implantação de infraestruturas hídricas pelo MDR. Assim, alcançou-se 61,5% da meta, fator que se justifica pelo atraso na execução de obras contratadas. Cumpre registrar que dentre esses, 14 tiveram obras concluídas no exercício de 2022.

Quanto ao incremento da oferta hídrica, foi entregue o Lote 1 da Vertente Litorânea, atendendo 12 municípios, sendo 5 com ISH na dimensão humana mínimo ou baixo, aumentando o incremento da oferta hídrica em áreas prioritárias em 10 m³/s alcançando, portanto, 57,63 % da meta.

RESUMO DE RESULTADOS - PROGRAMAS E INICIATIVAS

PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO SÃO FRANCISCO – PISF



INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2021	META 2022	APURAÇÃO
Implementação do Eixo Norte	% de Execução	99,51%	98,35%	99,78%
Implementação do Eixo Leste	% de Execução	97,13%	98,21%	97,13%
Recuperação de reservatórios estratégicos do PISF	Qtd de reservatórios recuperados	0	3	0
Ramal do Agreste Pernambucano	% de Execução	99,12%	100%	100%
Ramal do Apodi	% de Execução	0%	41%	11,69%
Contratação do Ramal do Salgado	% de Execução	0%	80%	77,5%
Efetivação do sistema de gestão do PISF	% de Execução	60,25%	100%	69,5%
Programa de Implantação de Infraestrutura de Abastecimento de Águas ao Longo dos Canais - PBA 15 - PISF	Nº de sistemas implantados	8	36	31
Contratação da duplicação da capacidade de bombeamento do PISF - Eixo Norte	% de Execução	-	100%	9%
Contratação da duplicação da capacidade de bombeamento do PISF - Eixo Leste	% de Execução	-	60%	1,2%

PRINCIPAIS AVANÇOS E PERSPECTIVAS

No Projeto de Integração do São Francisco (PISF), em 2022 foram concluídas obras físicas do Eixo Norte que alcançou 99,78% e as águas chegaram ao estado do Rio Grande do Norte, deixando todo o eixo funcional e beneficiado pelas águas do São Francisco. As entregas realizadas pelo Eixo Norte totalizaram 321.416 milhões de m³ de água.

No Eixo Leste, a execução física da obra alcançou 97,13% e promoveu a entrega 152.060 milhões de m³ água aos Estados de Pernambuco e da Paraíba.

Já o Ramal do Agreste Pernambucano, associado ao PISF, se encontra 100% operacional desde 2021 e permite o enchimento do reservatório Ipojuca, em Pernambuco.

Em 2022, foi emitida ordem de serviço para a execução de serviços especializados de engenharia consultiva para implantação do Ramal do Apodi - Trecho IV do PISF.

No que diz respeito à Contratação do Ramal do Salgado, 2022 finalizou com a adjudicação e homologação do RDC nº 02/2022 para execução das obras civis, aquisições, montagens, comissionamento e pré-operação do Trecho III.

Quanto à recuperação de reservatórios estratégicos do PISF, em setembro de 2022, foi entregue o reservatório São Gonçalo/PB, que se encontra em fase de recebimento definitivo, e houve andamento das obras dos seguintes reservatórios, com a seguinte evolução até o ano de 2022: i) Engenheiros Ávidos/PB, com 55,02% de execução física, representando um aumento de 162% em relação a 2021; e ii) Banabuiú/CE, com 69,24% de execução física, representando um aumento de 130,8% em relação à 2021.

As demais iniciativas, a saber, tiveram os seguintes avanços:

- Efetivação do Sistema de Gestão do PISF: proposta de inclusão das atribuições de prestador de serviço de adução de água bruta no rol da SNSH foi concluída e, atualmente, consta no Decreto nº 11.347/2023. Quanto a restituição do Conselho Gestor do PISF (Decreto nº 5.995/2006) está em processo de Análise de Impacto Regulatório;
- Programa de Implantação de Infraestrutura de Abastecimento de Águas ao Longo dos Canais – PBA 15: foram realizados novos processos licitação para implementação das obras;

- Contratação da duplicação da capacidade de bombeamento do PISF
 - Eixo Norte: realizado o levantamento das obras, serviços e equipamentos necessários para contratação com estimativa preliminar de custo; elaborado o Estudo Técnico Preliminar; e iniciada a elaboração do Termo de Referência; e
- Contratação da duplicação da capacidade de bombeamento do PISF
 - Eixo Leste: realizado o levantamento das obras, serviços a serem contratados.

PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL SOBRE INFRAESTRUTURAS HÍDRICAS



INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2021	META 2022	APURAÇÃO
Elaboração do marco legal e normativo do serviço público prestado pelas infraestruturas hídricas	% de Execução	100%	100%	100%
Elaboração de estudo de avaliação estratégica integrada e planejamento de intervenções hídricas para o desenvolvimento sustentável	% de Execução	0%	40%	33%

PRINCIPAIS AVANÇOS E PERSPECTIVAS

No Programa de Planejamento e Desenvolvimento Institucional da Infraestrutura Hídrica, em 2021 foi elaborada minuta de Projeto de Lei que trata da instituição da Política Nacional de Infraestrutura Hídrica, da indicação do âmbito de aplicação da legislação sobre a exploração e a prestação de serviços hídricos resultantes do conjunto de atividades realizadas por meio de infraestruturas hídricas de interesse coletivo, a organização da exploração e da prestação do serviço hídrico público (PL nº 4.546/2021). Durante o exercício de 2022, não ocorreram avanços na tramitação da proposição no Congresso Nacional.

Em 2022, foi contratado serviço especializado de consultoria para a elaboração de estudo de avaliação estratégica integrada e planejamento de intervenções hídrica para o desenvolvimento sustentável. O objetivo do estudo é a verificação dos cenários de desenvolvimento econômico e a proposição de um conjunto de intervenções para contribuir com a segurança hídrica e promover esse desenvolvimento de maneira sustentável nas bacias contempladas nas áreas de abrangência. Como resultado inicial da consultoria, foi entregue relatório parcial de caracterização da área de abrangência.

OBRAS HÍDRICAS ESTRUTURANTES



INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2021	META 2022	APURAÇÃO
Implantação da Barragem da Arvorezinha	% de Execução	15,95%*	15,33%	16,47%
Implantação da Barragem Jaguari	% de Execução	71,33%	100%	81,53%
Implantação do Canal do Sertão Alagoano (Treichos I a IV)	% de Execução	100%	100%	100%
Implantação do Cinturão das Águas do Ceará - CAC - Trecho 1	% de Execução	71,38%	87,75%	74,47%
Implantação do Sistema Adutor do Agreste - Fase 1	% de Execução	70,93%	100%	77,54%
Implantação das Vertentes Litorâneas Trechos 1 e 2 e derivações de Gurinhém e Araçagi	% de Execução	85,96%*	100%	90,36%**
Conclusão das barragens Gatos e Panelas II	% de Execução	0%	18,75%	0%

*Valor de apuração retificado ao final de 2022, impossibilitando ajuste da meta

** Percentuais referem-se apenas aos lotes 1 e 2

PRINCIPAIS AVANÇOS E PERSPECTIVAS

Quanto ao Programa Obras Hídricas Estruturantes, obtivemos avanços na execução das obras a seguir:

- Canal do Sertão Alagoano até o Trecho IV, entregue, ainda, em 2021;
- Implantação da Barragem da Arvorezinha: formalização de novo Plano de Trabalho contemplando o término da execução da barragem, Plano Básico Ambiental (PBA) e supervisão e fiscalização da obra. Execução do empreendimento retomada em março de 2022, após embargo em 2013;
- Implantação da Barragem Jaguari: longo período de chuvas intensas, que se estendeu de abril de 2022 a agosto de 2022, prejudicou demasiadamente a execução dos serviços relacionados às obras de conclusão da Barragem de Jaguari, finalmente, com as condições climáticas favoráveis, a execução da parte central do barramento foi plenamente retomada em novembro de 2022. A despeito da obra ainda não se encontrar no ritmo adequado de execução física, observou-se, nos últimos meses de 2022, uma retomada considerável na execução dos serviços. Pendências de ordem contratual impossibilitaram a retomada do repasse de recursos no exercício;
- Implantação do Cinturão das Águas do Ceará (CAC) - Trecho 1: os 4 lotes em execução tiveram algum avanço na execução física. O Lote 5 (túneis) encontra-se concluído desde 2019. Foi priorizado o chamado Trecho emergencial do CAC, que consiste nos primeiros 53 Km de obras (Lote 1 e partes do Lote 2 e Lote 5) que capta as vazões na Barragem Jati transpõe água para o Riacho Seco, conduzida pelo leito natural até o Rio Salgado, fluindo em sequência até o Açude Castanhão, trecho concluído em 2021. Em fevereiro de 2022, houve a inauguração dos Lotes 1, 2 e 5. O escasso volume de repasse financeiro federal, devido à baixa disponibilidade orçamentária existente no exercício, prejudicou o regular andamento da obra;
- Implantação do Sistema Adutor do Agreste - Fase 1: Lote 01: Captação no Reservatório de Ipojuca – Avanço físico: 75,87%. Lote 2: Estações elevatórias, reservatórios e adutoras para Arcos, Arcoverde, Alagoinha, Venturosa, Pedra e Buíque - Avanço físico: 92,11%.

Lote 3: Estações elevatórias, reservatórios e adutoras para Tupanatinga, Itaíba, Águas Belas e Iati - Avanço físico: 89,18%. Lote 4: Adutoras para atender Toritama, Santa Cruz do Capibaribe e Caruaru - Avanço físico: 84,45%. Lote 5: Adutora de água tratada para São Bento do Una, Lajedo, Brejo da Madre de Deus, Cachoeirinha, Bezerros e Gravatá - Avanço físico: 51,23%. O escasso volume de repasse financeiro federal, devido à baixa disponibilidade orçamentária existente no exercício, prejudicou o regular andamento da obra;

- Implantação das Vertentes Litorâneas Trechos 1 e 2 e derivações de Gurinhém e Araçagi: Lote 1: Açude Acauã até Sifão Curimataú – Avanço físico: 96,8%. O Lote 1 foi entregue em maio de 2022. Lote 2: Sifão Curimataú até Açude Araçagi – Avanço físico: 84,66%. O escasso volume de repasse financeiro federal, devido à baixa disponibilidade orçamentária existente no exercício, prejudicou o regular andamento da obra; e
- Barragens de Gatos e Panelas II para contenção de cheias na Bacia do Rio Una: Aguarda-se a conclusão dos processos licitatórios de Gatos e Panelas II para início da execução das obras.

ÁGUA DOCE

INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2021	META 2022	APURAÇÃO
Implantação de sistemas de dessalinização de águas salobras e salinas	Nº de sistemas implantados	21	100	20



PRINCIPAIS AVANÇOS E PERSPECTIVAS

No Programa Água Doce, foram implantados 20 sistemas de dessalinização de águas salobras e salinas, sendo: 3 sistemas na Bahia, 10 sistemas em Minas Gerais, 1 sistema no Rio Grande do Norte, 2 sistemas no Piauí e 4 sistemas na Paraíba.

Observa-se que a meta não foi atingida por diversas razões como, por exemplo, problemas na rede pública de energia elétrica que impediram a conclusão das obras e início da operação dos sistemas objeto dos convênios e contratos e dificuldade na obtenção dos documentos que comprovam a titularidade pública das áreas dos sistemas.

SUBEXO ESTRATÉGICO: GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS

OBJETIVO ESTRATÉGICO	REALIZAR O EFETIVO GERENCIAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS NACIONAIS E TRANSFRONTEIRIÇOS, DE FORMA PLANEJADA E INTEGRADA, CONSIDERANDO AS DIVERSIDADES REGIONAIS E A PROMOÇÃO DA SEGURANÇA HÍDRICA		
INDICADORES ESTRATÉGICOS	META 2020-2023	META 2022	VALOR APURADO
Total de Unidades da Federação com planos estaduais de recursos hídricos vigentes	Aumentar o número de planos estaduais e distritais de recursos hídricos vigentes para 24 até 2023	23	20
Número de bacias hidrográficas federais com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos implementada	Efetivar a implementação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas 10 bacias hidrográficas federais com comitês instituídos	8	6
% de recursos da CFURH aplicado nas prioridades definidas no Plano Nacional de Recursos Hídricos- PNRH	Alcançar alocação de 70% dos recursos da CFURH nas prioridades definidas no PNRH até 2023.	60	71*

*Valor referente a 2021. Dados de 2022 ainda não disponibilizados pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico

De forma a apoiar os Estados e o Distrito Federal na implementação das políticas estaduais de recursos hídricos e dos seus sistemas de gerenciamento, o MDR apoiou a elaboração e/ou revisão de planos estaduais de recursos hídricos. Em 2022, de forma cumulativa, chegou-se a 20 unidades da Federação com planos estaduais vigentes, conforme [Relatório Conjuntura ANA 2021](#).

A elaboração/revisão do Plano de Segurança Hídrica do Amapá, iniciado em 2021, obteve avanços importantes em 2022, mas não foi finalizado influenciando, assim, no não atingimento da meta.

Já o Plano do Estado do Rio Grande do Norte e o da Paraíba foram atualizados e aprovados pelos respectivos Conselhos Estaduais dos Recursos Hídricos.

Em relação à cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União, até 2022 a cobrança estava implementada em 6 Unidades de Gestão de Recursos Hídricos: Paraíba do Sul, Consórcio PCJ (Piracicaba, Capivari e Jundiaí), São Francisco, Doce, Verde Grande e Paranaíba, conforme Relatório Conjuntura dos Recursos Hídricos do Brasil 2021: <https://relatorio-conjuntura-ana-2021.webflow.io/capitulos/gestao-da-agua>.

Em 2022, o Comitê Piancó-Piranhas-Açu concluiu estudos sobre a implantação da cobrança na Bacia que será enviado para deliberação do Comitê. O Comitê foi convidado para apresentação dos estudos na Câmara Técnica de Outorga e Cobrança (CTOC).

RESUMO DE RESULTADOS – PROGRAMAS E INICIATIVAS

PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

RECURSOS HÍDRICOS		INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2021	META 2022	APURAÇÃO
Elaboração do Plano Nacional dos Recursos Hídricos 2022-2040	% de Execução	25%	100%	100%		
Elaboração do Painel de Segurança Hídrica	% de Execução	75%	100%	77,5%		
Revisão e atualização dos planos estaduais de recursos hídricos	PERH elaborado, atualizado ou revisado	0	2	1		
Revisão da normatização das modalidades de reuso direto não potável da água	% de Execução	52%	80%	72%		
Revisão da normatização sobre a cobrança pelo uso de recursos hídricos no Brasil.	% de Execução	0%	70%	55%		

PRINCIPAIS AVANÇOS E PERSPECTIVAS

Em 2022, foi aprovado o novo Plano Nacional de Recursos Hídricos 2022-2040 (PNRH) pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH). O PNRH foi elaborado com horizonte temporal até 2040 sendo composto por dois volumes e um anexo normativo.

O volume I é o Relatório de Conjuntura 2021, que apresenta o Diagnóstico e o Prognóstico dos Recursos Hídricos no Brasil. O volume II é o Plano de Ação, com a estratégia para o gerenciamento dos recursos hídricos, formada por Programas e Subprogramas, acompanhado do Anexo Normativo, contendo propostas que constituirão a agenda e trabalho do CNRH nos próximos anos. O Plano está disponível em <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/seguranca-hidrica/plano-nacional-de-recursos-hidricos-1>.

Além disso, avanços significativos ocorreram no desenvolvimento do Painel de Segurança Hídrica como a entrega das versões preliminares dos módulos de dados dinâmicos relacionados às obras hídricas e investimentos, Programa Água Doce e Operação Carro-Pipa.

Para 2022, previa-se a revisão de dois planos estaduais de recursos hídricos. Porém, apenas o Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio Grande do Norte foi concluído. O Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado da Paraíba está em fase de conclusão e será submetido à apreciação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos da Paraíba e o Plano do Amapá encontra-se com estudos contratados.

Em relação à revisão da normatização das modalidades de reuso direto não potável da água, foi apresentada à Câmara Técnica de Educação, Informação, Ciência e Tecnologia (CTECT) resolução que estabelece modalidade, diretrizes e critérios gerais para a prática de reuso direto não potável de águas. A CTEC aprovou o envio da minuta para consulta pública que foi disponibilizada na Plataforma + Brasil resultando em significativas contribuições. Dada a complexidade de normatização do tema, há previsão para conclusão em 2023.

Quanto à normatização sobre a cobrança pelo uso de recursos hídricos no Brasil, foi apresentado na 15ª Reunião da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança pelo uso de Recursos Hídricos os avanços sobre a instituição da cobrança dos recursos hídricos em Rios da União.

PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA DE BARRAGENS



INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2021	META 2022	APURAÇÃO
Mapeamento das necessidades de regulamentação da Política Nacional de Segurança de Barragens	% de Execução	30%	100%	99,5%

PRINCIPAIS AVANÇOS E PERSPECTIVAS

No que tange à Política Nacional de Segurança de Barragens, em 2022 foi publicada a Resolução CNRH nº 230, de 22 de março de 2022, que estabelece as diretrizes para fiscalização da segurança de barragens de acumulação de água para usos múltiplos.

Ocorreu também a aprovação da Resolução CNRH nº 237, de 8 de dezembro de 2022, que estabeleceu critérios gerais de classificação de barragens por dano potencial associado, por volume e por categoria de risco. A Resolução foi aprovada na 47ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e aguarda análise dos órgãos jurídicos envolvidos.

SUBEIXO ESTRATÉGICO: REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

OBJETIVO ESTRATÉGICO	PRESERVAR, CONSERVAR AS BACIAS HIDROGRÁFICAS E RECUPERAR AQUELAS CUJOS RECURSOS HÍDRICOS ESTEJAM EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE	INDICADORES ESTRATÉGICOS	META 2020-2023	META 2022	VALOR APURADO
Intervenções realizadas para revitalização de bacias hidrográficas	Realizar 65 intervenções para promover a revitalização de bacias hidrográficas até 2023			33	8

Durante o exercício de 2022, 8 projetos para preservar e conservar bacias hidrográficas e recuperar aquelas cujos recursos hídricos estejam em situação de vulnerabilidade foram concluídos. Contabilizase utilizando a quantidade de intervenções realizadas com recursos do Orçamento-Geral da União e número de projetos patrocinados no Programa Águas Brasileiras.

RESUMO DE RESULTADOS – PROGRAMAS E INICIATIVAS

PROGRAMA ÁGUAS BRASILEIRAS

INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2021	META 2022	APURAÇÃO
Implementação de projetos de revitalização de bacias hidrográficas por meio de parcerias com o setor privado	Nº de projetos patrocinados	5	15	7

PRINCIPAIS AVANÇOS E PERSPECTIVAS

No âmbito do Programa Águas Brasileiras, foram patrocinados 7 projetos em 2022 a saber:

- i) Implementação do Projeto Recomposição Florestal da Sub-bacia do Ribeirão Sabará-Caeté em Sabará – Região Metropolitana de Belo Horizonte;
- ii) implementação do Projeto de Revitalização e Conservação da Bacia Hidrográfica dos Rios Tocantins – Araguaia nos municípios de Almas, Chapada da Natividade, Conceição do Tocantins, Dianópolis, Natividade, Pindorama do Tocantins, Porto Alegre do Tocantins, Rio da Conceição, Santa Rosa do Tocantins, São Valério da Natividade e Taipas do Tocantins, no Estado do Tocantins, Região Hidrográfica do Tocantins/Araguaia;
- iii) Implementação do Projeto Nascentes Vivas, em municípios da Bacia do Rio Verde Grande, Parque Estadual Serra Nova, Telhado, na Região Hidrográfica do São Francisco;

iv) Implementação do Projeto Águas Cerratenses: semear para brotar nos municípios de Minaçu, Cavalcante, Teresina, Alto Paraíso de Goiás, São João da Aliança, Cristalina, Estado de Goiás, Região Hidrográfica do Tocantins/Araguaia;

v) Implementação do Projeto Recuperação de áreas degradadas da microbacia do Isidoro–sub-bacia do rio das Velhas–Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, nos municípios de Belo Horizonte e Santa Luzia/MG, na Região Hidrográfica do São Francisco;

vi) Implementação do Projeto de Revitalização da Bacia Hidrográfica Rio das Velhas no Município de Itabirito/MG, Região Hidrográfica do São Francisco; e

vii) Implementação do Projeto de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Urucuia (Pró-Águas Urucuia), apresentado pelo Instituto Espinhaço.

PROGRAMA NACIONAL DE REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2021	META 2022	APURAÇÃO
Instituição do novo Programa Nacional de Revitalização de Bacias Hidrográficas	% de execução	15%	100%	40%
Estabelecimento de diretrizes e prioridades nacionais para a revitalização de bacias hidrográficas	% de execução	40%	100%	100%
Apoio à elaboração e implementação de iniciativas para revitalização de bacias hidrográficas	Sub-regiões hidrográficas atendidas	2*	18	1

*Valor retificado pela Secretaria Nacional de Segurança Hídrica em 2022.

PRINCIPAIS AVANÇOS E PERSPECTIVAS

Quanto à instituição do novo Programa Nacional de Revitalização de Bacias Hidrográficas (PNRBH), em 2022 foi publicado texto-base com diretrizes, metas, planos de ações e uma proposta de arranjo institucional para a sua implementação. Durante o período de construção do PNRBH foram realizadas consultas a estados, órgãos federais, especialistas e interessados na temática, além da sociedade civil em consultas públicas.

Quanto ao apoio à elaboração e implementação de iniciativas para revitalização de bacias hidrográficas, em 2022 foi concluída uma intervenção de elaboração de estudos. A meta prevista não foi alcançada por carência de tempo hábil para conclusão da análise de prestação de contas de instrumentos já concluídos.

Já a iniciativa “Estabelecimento de diretrizes e prioridades nacionais para revitalização de bacias hidrográficas”, foi concluída com a elaboração de documento base do Programa Nacional de Revitalização de Bacias Hidrográficas.

Habitação

A ampliação do acesso à moradia, direito social assegurado pela Constituição Federal de 1988, é um fator essencial para a qualidade de vida da população, mais ainda àquela que se encontra em maior situação de vulnerabilidade.

Para fazer valer esse direito, o Governo Federal vem atuando na ampliação da provisão habitacional para famílias de baixa renda e para melhoria das condições de habitabilidade de assentamentos irregulares e precários.

O Programa Casa Verde e Amarela está organizado de acordo com linhas de atendimento que considerem as necessidades habitacionais expressas pelo déficit e inadequação habitacional (Decreto nº 10.600/2021), que podem ser agrupadas nos seguintes subeixos: i) provisão habitacional; ii) urbanização de assentamentos precários; e iii) qualidade e modernização produtiva da construção civil.

O primeiro trata das linhas de atendimento que buscam promover o acesso à moradia por meio do fomento à produção e aquisição de moradias, bem como da concessão de auxílio para locação social, esse último ainda em fase de formulação de projetos pilotos.

O segundo diz respeito às linhas de atendimento que buscam promover a melhoria das condições de moradia por meio de ações de urbanização de assentamentos precários, melhoria habitacional e regularização fundiária.

Já o terceiro consiste das ações de indução à melhoria da qualidade e produtividade e modernização da cadeia produtiva da construção civil para habitação social. Apresentam-se a seguir os principais resultados relacionados a cada uma dessas frentes de atuação.

SUBEIXO ESTRATÉGICO: PROVISÃO HABITACIONAL

OBJETIVO ESTRATÉGICO	AMPLIAR A PROVISÃO DE MORADIA DIGNA PARA FAMÍLIA DE BAIXA RENDA, CONSIDERANDO AS DIVERSIDADES SOCIOECONÔMICAS E REGIONAIS.	INDICADORES ESTRATÉGICOS*	META 2020-2023	META 2022	VALOR APURADO
Taxa de atendimento à necessidade de produção habitacional (TAPH)	Atender, ao menos, a 31,07% da necessidade de produção habitacional até 2023.			29,74%	29%

O Indicador visa expressar o atendimento da demanda futura por moradia por meio de programas, ações e iniciativas para ampliação do acesso à moradia digna.

Observa-se que a meta global ficou muito próxima do atingimento (a menos de 1% de ser atingida), o que representa um resultado muito satisfatório, tendo em vista que no ano de 2022 não foram disponibilizados no orçamento recursos para novas contratações nas modalidades subsidiadas, sendo os valores computados referentes às operações de financiamento habitacional, que, por sua vez, são resultado de uma série de medidas tomadas para estímulo à oferta e à demanda, visando a manutenção dos níveis de contratação.

Contudo, houve disparidades regionais que refletem as dificuldades de contratação em algumas localidades. Nesses casos, foram adotadas medidas que, como no caso da região Nordeste, foram capazes de reduzir tais disparidades. Porém, em que pese essas medidas, verificou-se a permanência de grande dificuldade de alcance de resultados mais favoráveis a Região Norte, uma vez que a problemática relacionada à contratação de financiamentos e à produção de moradia envolve questões mais estruturais.

RESUMO DE RESULTADOS – PROGRAMAS E INICIATIVAS

PROGRAMA CASA VERDE E AMARELA (PCVA) - PROVISÃO

INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2021	META 2022	APURAÇÃO
Aquisição subsidiada de unidades habitacionais	Quantidade de famílias beneficiadas com a entrega de unidades habitacionais subsidiadas	37.437*	60.000	28.671
Aquisição finanziada de unidades habitacionais	Quantidade de famílias beneficiadas com aquisição de unidades habitacionais finanziadas	353.444**	464.776	368.665
Produção Habitacional por agentes públicos	Famílias beneficiadas com unidades habitacionais de interesse social concluídas	7.069	2.104	552
Apoio a iniciativas locais de aluguel social	% de execução da iniciativa	45,4%	100%	73%
Programa de Financiamento a Melhorias Habitacionais	% de execução da iniciativa	-	70%	51,6%

*Devido às retificações das bases de dados pela Caixa Econômica Federal, em 2022, os valores apurados em 2021 sofreram alterações passando de 37.385 para 37.437.

**Devido às retificações das bases de dados pela Caixa Econômica Federal, em 2022, os valores apurados em 2021 sofreram alterações passando de 354.056 para 353.444.

Para o exercício de 2022, o Programa Casa Verde e Amarela previa beneficiar 526.880 famílias com a entrega de unidades habitacionais subsidiadas com recursos do Orçamento-Geral da União (OGU) e financiadas com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), bem como mediante a produção habitacional por agentes públicos.

O ano de 2022 foi marcado pelo aumento dos custos de produção, pelo contexto de restrições fiscais, pela falta de orçamento para novas contratações de operações subsidiadas e pela existência de carteiras antigas com obras paralisadas. Com isso, como estratégia de enfrentamento a essas dificuldades, foram adotadas uma série de medidas com os seguintes objetivos: i) facilitar o acesso das famílias de baixa renda ao financiamento habitacional; ii) manter a atratividade para o mercado da construção civil; e iii) garantir a continuidade das obras em andamento e a retomada de obras paralisadas.

Com vistas a melhorar as condições de acesso ao financiamento habitacional pelas famílias de baixa renda, em especial, aquelas com renda até R\$ 2.000,00, foram adotadas as seguintes medidas de estímulo à oferta e à demanda: i) aumento do limite de renda das famílias, em que a faixa de renda familiar do Grupo 1 passou de R\$ 2 mil para R\$ 2,4 mil, o Grupo 2 de R\$ 4 mil para R\$ 4,4 mil e o Grupo 3, de R\$ 7 mil para R\$ 8 mil; ii) incremento do montante de desconto complemento concedido; iii) ampliação do prazo máximo de amortização, que passou de 30 para 35 anos; iv) normatização da possibilidade de utilização do recolhimento mensal de FGTS para apurar capacidade de pagamento; e v) redução temporária da taxa de juros do Grupo 3 e do programa Pró-Cotista.

Em relação à produção subsidiada foram empreendidos esforços para continuidade das obras em andamento e para retomada das obras paralisadas, que irão refletir na progressão das entregas de unidades habitacionais subsidiadas e mais famílias beneficiadas.

Dentre os esforços para continuidade das obras em andamento e para retomada das obras paralisadas, destacamos a publicação da [Portaria MDR nº 2.688, de 29 de agosto de 2022](#), que possibilitou o aporte de recursos adicionais aos empreendimentos, sem que o custo de itens de obra involuídos integre o valor máximo da unidade habitacional, e ainda admitiu a desimobilização do empreendimento, nos casos de inviabilidade de sua conclusão dentro do Programa. Também foram regulamentados requisitos e seguros obrigatórios.

Como tidas essas medidas, o quantitativo de famílias beneficiadas em 2022, com a provisão de moradias, foi de 397.888.

Num esforço de seguir avançando na qualificação da produção subsidiada, apesar da falta de recursos, foi lançado edital de chamamento de propostas de empreendimentos habitacionais destinados à implementação de protótipos de habitação de interesse social no âmbito do Programa Casa Verde e Amarela ([Anexo III da Portaria MDR nº 532, de 2022](#)), e autorizada a contratação de empreendimentos ganhadores do Concurso Habitação de Interesse Sustentável (HIS), cujos terrenos foram selecionados na forma do Edital de Chamamento nº 1, de 30 de junho de 2021, realizado em parceria com a Associação Brasileira de Cohabs e Agentes Públicos de Habitação (ABC).

Ao todo, a iniciativa para contratação de empreendimentos habitacionais destinados à implementação de protótipos de HIS totaliza 20 empreendimentos, que somam 2.993 unidades habitacionais que ainda aguardam contratação.

Ainda no PCVA, o Governo Federal inovou ao direcionar recursos do Fundo de Apoio à Estruturação e ao Desenvolvimento de Projetos de Concessão e Parcerias Público-Privadas (FEP) para a modelagem de programas locais de locação social em parceria com a Secretaria Nacional de Habitação, tendo selecionado dois projetos pilotos: um em Recife/PE e outro em Campo Grande/MS.

Por fim, cumpre destacar que, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), estão sendo realizadas tratativas para a implantação em 2023 do Programa de Financiamento a Melhorias Habitacionais, que consistirá em linha de microcrédito com fundo garantidor, que irá financiar assistência técnica obrigatória, aquisição de materiais e pagamento de mão-de-obra para execução de obras de melhoria habitacional.

SUBEXO ESTRATÉGICO: URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS

OBJETIVO ESTRATÉGICO	MELHORAR AS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE E A SEGURANÇA DA POSSE EM ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS		
INDICADOR ESTRATÉGICO	META 2020-2023	META 2022	VALOR APURADO MAIS RECENTE (2019)
Taxa de domicílios com ausência de inadequação	Manter a taxa de domicílios com ausência de inadequação em patamar igual ou superior ao valor de 60,16.	60,16%	60,16%

Em relação ao indicador “Taxa de domicílios com ausência de inadequação”, não foi possível sua apuração em 2022, tendo em vista a impossibilidade de geração, por parte do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de dados e informações estatísticas necessários.

Em 2021, firmou-se convênio com a Fundação João Pinheiro (FJP) para cálculo do Déficit Habitacional de Inadequação de Domicílios para os anos de 2020 e 2021, porém, por meio das Notas Técnicas IBGE nº 3 e nº 4 de 2022, o IBGE informou que em decorrência da pandemia da Covid-19 a coleta de informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua) passou a ser realizada, completamente por telefone o que impactou a mensuração de indicadores temáticos de caracterização dos domicílios e impossibilitou a atualização dos indicadores habitacionais.

Assim, os dados mais recentes do indicador datam de 2019 com apuração de 60,16% sobre o total de domicílios particulares permanentes.

RESUMO DE RESULTADOS – PROGRAMAS E INICIATIVAS

PROGRAMA CASA VERDE E AMARELA - URBANIZAÇÃO

INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2021	META 2022	APURAÇÃO
Urbanização de Assentamentos Precários	Famílias beneficiadas por intervenções de urbanização de assentamentos precários concluídas	43.936	27.804	35.657
Regularização Fundiária FDS	Famílias beneficiadas por intervenções de regularização fundiária concluídas	0	35.000	0
Regularização Fundiária por Agentes Públicos	Operações de regularização fundiária concluídas	9	3	5
Melhoria Habitacional	Famílias beneficiadas por contratação de intervenções de melhoria habitacional	0	3.000	0

PRINCIPAIS AVANÇOS E PERSPECTIVAS

Em 2022, as ações empregadas para Urbanização de Assentamentos Precários (UAP), resultaram em mais de 35,6 mil famílias beneficiadas com obras integradas e integrais de melhoria habitacional, produção de novas unidades nos casos de necessidade de reassentamento ou realocação, dentre outras.

Quanto ao Programa de Regularização Fundiária e Melhorias, em que pese não haver apuração de meta em 2022, foram selecionados 245 núcleos informais para intervenções do Programa de Regularização Fundiária e Melhorias, integrante do PCVA, que tem como objetivo promover o direito à moradia adequada à população de baixa renda por meio da concessão de financiamento, em condições especiais de subsídio, para a execução de obras e serviços destinados à regularização fundiária de núcleos urbanos informais e melhorias habitacionais. Quando contratadas, tais intervenções beneficiarão aproximadamente 100 mil famílias, totalizando aproximadamente R\$ 414 milhões em investimentos.

Em relação à iniciativa “Regularização Fundiária por agentes públicos”, destaca-se como avanço a continuidade do curso a distância sobre regularização fundiária disponibilizado gratuitamente aos gestores públicos e demais profissionais que atuam em regularização fundiária. Nos primeiros meses de 2022, foram disponibilizadas novas turmas e novo módulo que terá como objeto os resultados da pesquisa de caracterização e estimativa dos núcleos informais realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

SUBEXO ESTRATÉGICO: QUALIDADE E MODERNIZAÇÃO PRODUTIVA DA CONSTRUÇÃO CIVIL

OBJETIVO ESTRATÉGICO	AMPLIAR A QUALIDADE E A MODERNIZAÇÃO DO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL, COM ADOÇÃO DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS	INDICADOR ESTRATÉGICO	META 2020-2023	META 2022	VALOR APURADO
Indicador de conformidade dos materiais, componentes e sistemas construtivos	Alcançar o valor de 90% para o indicador médio de conformidade dos PSQ até 2023			86%	82,2%

A ampliação da qualidade e modernização do setor da construção civil, com adoção de práticas sustentáveis é medida pelo índice de conformidade dos materiais, componentes e sistemas construtivos por intermédio dos Programas Setoriais de Qualidade (PSQs).

De forma a aferir o Indicador, utiliza-se o Sistema de Qualificação de Empresas de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos (SiMaC) que visa combater a não conformidade na fabricação, importação e distribuição de materiais, componentes e sistemas.

Acerca do assunto, os efeitos da pandemia da Covid-19 contribuíram de forma negativa para o acompanhamento da meta, uma vez que as auditorias nas unidades fabris e no mercado consumidor, com vistas à verificação da conformidade dos produtos-alvo dos PSQs, foram prejudicadas por um longo período.

Apesar do não atingimento da meta, verificou-se melhoria de resultado em relação ao ano anterior, em que o resultado apurado foi de 78,40%.

RESUMO DE RESULTADOS – PROGRAMAS E INICIATIVAS

PROGRAMA BRASILEIRO DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO HABITAT

INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2021	META 2022	APURAÇÃO
Lançamento do novo portal do PBQP-h	% de execução da iniciativa	100%	100%	100%
Adequação do PBQP-h à economia verde	% de execução da iniciativa	70%	80%	76,9%
Estudos sobre o histórico e avaliação dos impactos do PBQP-h	% de execução da iniciativa	60%	80%	74%

PRINCIPAIS AVANÇOS E PERSPECTIVAS

O Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H) é um dos programas mais longevos do governo federal, existente desde 1998.

Ele foi criado com o objetivo de ajudar na melhoria da qualidade e produtividade do habitat, com foco na melhoria da qualidade da habitação para a população de menor renda e reduzir o custo da produção destas moradias.

Quanto à iniciativa de adequação do PBQP-H à economia verde, em 2022 o Banco Interamericano de Desenvolvimento apoiou na discussão de propostas de melhorias relacionadas à sustentabilidade e eficiência energética nos três sistemas do Programa - SiAC, SiMac e SiNAT, com os Grupos de Trabalho do PBQP-H, para que se possa pactuar com o setor, de forma gradativa, o aperfeiçoamento dos normativos para implementação da Estratégia.

Ao longo do exercício, foram realizadas reuniões do GT Sustentabilidade com o setor da construção civil, nas quais foram apresentados diversos encaminhamentos para a implementação de indicadores voltados à temática sustentável.

No que se refere aos estudos sobre o histórico e avaliação dos impactos do PBQP-H, em 2022 foram apresentados quatro produtos sobre os impactos na cadeia produtiva da construção civil e espera-se, em 2023, a conclusão do estudo.

AÇÕES TRANSVERSAIS DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍTICA DE HABITAÇÃO

Em 2022, avançou-se consideravelmente no processo de construção do Diagnóstico Colaborativo do Plano Nacional de Habitação (PlanHab) 2040. Em parceria com a Assessoria de Avaliação da Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e especialistas contratados ao longo do ano, foram realizadas as oficinas para discussão dos Eixos Temáticos do Plano, a saber: Arranjos e Capacidades Institucionais; Cadeia Produtiva da Construção Civil; Estratégias Urbanas e Fundiárias; Financiamento e Subsídio; e Sustentabilidade da Habitação.

Ademais, ocorreram outras oficinas para tratar das Linhas Programáticas do PlanHab: Urbanização de Assentamentos Precários; Regularização e Melhoria Habitacional; Produção ou Aquisição Subsidiada; Produção ou Aquisição Financiada; e Requalificação de Imóveis em Áreas Urbanas e Locação Social e Desenvolvimento Institucional.

As oficinas foram realizadas com o suporte da Plataforma de Desenvolvimento Urbano Sustentável (ReDUS), que foi fundamental para a formação da Comunidade PlanHab, conectando as pessoas que participaram do processo ao longo de meses de trabalho.

Assim, com a plataforma, foi possível estruturar a escuta de diferentes visões da sociedade, garantindo diversidade regional, de segmentos e de olhares técnicos.

Além disso, foi possível organizar a colaboração em um ambiente virtual, com transparência, agilidade e centralização das informações pertinentes ao processo. Isso tudo permitiu a aproximação da instância federal com os atores no território, partindo do diálogo e da pactuação.

Também, o suporte dado pela ReDUS possibilitou cumprir com um cronograma extenso, mantendo a diversidade e mobilização da comunidade; facilitou uma comunicação clara e ágil com a Comunidade PlanHab; permitiu a participação e engajamento de pessoas com pouca familiaridade com o ambiente virtual; e incentivou a conexão entre as pessoas, possibilitando a formação de novas redes. Isso se refletiu na regularidade da participação.

Dessa forma, avançou-se nos estudos referentes à avaliação ex-post do PlanHab 2009, nos estudos de atualização da demanda demográfica futura por moradia, bem como nos estudos para elaboração dos cenários econômicos e demográficos do Plano.

Saneamento Básico

Considerado setor estratégico para o desenvolvimento do País, os investimentos em saneamento básico apresentam alto potencial de redução das desigualdades e da melhoria das condições de saúde da população, além de promoverem a geração de empregos e a melhoria da infraestrutura das cidades. Nesse sentido, o MDR atua em duas frentes: i) provisão de infraestrutura em saneamento básico; e ii) planejamento, regulação e gestão dos serviços de saneamento básico.

A primeira consiste na implantação de infraestruturas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólido, além de drenagem e manejo de águas pluviais.

A segunda envolve a realização de atividades que promovam a melhoria dos serviços de saneamento básico, contemplando ações de planejamento, aprimoramento de normas, desenvolvimento de sistemas de informação e estabelecimento de modelos e orientações.

SUBEIXO ESTRATÉGICO: INFRAESTRUTURA EM SANEAMENTO BÁSICO

OBJETIVO ESTRATÉGICO	UNIVERSALIZAR O ACESSO DA POPULAÇÃO A SERVIÇOS ADEQUADOS DE SANEAMENTO BÁSICO		
INDICADORES ESTRATÉGICOS	META 2020-2023	META 2022	VALOR APURADO MAIS RECENTE
Taxa de domicílios urbanos abastecidos com água por rede de distribuição com canalização interna ou na propriedade, ou por poço ou nascente com canalização interna	Alcançar a taxa de 98,2% dos domicílios urbanos abastecidos com água por rede de distribuição com canalização interna ou na propriedade, ou por poço ou nascente com canalização interna até 2023.	97,97%	97,80% (2019)
Índice de atendimento adequado em saneamento básico	Alcançar o índice de 64% de atendimento adequado em saneamento básico até 2023.	62,4%	59,21% (2019)
Taxa de domicílios urbanos servidos por rede coletora ou fossa séptica para os excretos ou esgotos sanitários	Aferir o acesso da população urbana a serviços adequados de esgotamento sanitário	82,83%	81,20% (2019)

Taxa de domicílios não sujeitos a risco de inundações na área urbana	Alcançar a taxa de 97% dos domicílios não sujeitos a risco de inundações na área urbana até 2023.	96,62%	96,00% (2021)
--	---	--------	---------------

Os dados mais recentes dos indicadores estratégicos datam de 2019, uma vez que, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as apurações de 2020 e 2021 foram inviabilizadas por conta da pandemia. Os dados referentes a 2022 estarão disponíveis a partir da divulgação do Censo pelo IBGE.

A Taxa de domicílios não sujeitos a risco de inundações na área urbana teve sua apuração publicada por meio do Diagnóstico de Manejo das Águas Pluviais Urbanas do SNIS em dezembro de 2022, com os dados de 2021. Seu valor já indica proximidade com a meta estabelecida para 2022. Mais informações podem ser acessadas nos [relatórios de avaliação anual do Plano Nacional de Saneamento Básico \(Plansab\)](#).

RESUMO DE RESULTADOS - PROGRAMAS E INICIATIVAS

SANEAMENTO ESTRUTURAL

INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2021	META 2022	APURAÇÃO
Fomento a empreendimentos de abastecimento de água potável*	Nº de empreendimentos de abastecimento de água potável concluídos	49	38	46
Fomento a empreendimentos de esgotamento sanitário*	Nº de empreendimentos de esgotamento sanitário concluídos	50	54	66
Fomento a empreendimentos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos	Nº de empreendimentos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos concluídos	3	2	5
Fomento a empreendimentos de saneamento integrado	Nº de empreendimentos de saneamento integrado concluídos	19	5	6
Fomento a empreendimentos de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas	Nº de empreendimentos de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas concluídos	30	20	25

*Valores apresentados consideraram obras fomentadas pelo MDR e obras executadas pela Codevasf.

PRINCIPAIS AVANÇOS E PERSPECTIVAS

Em 2022, diversos empreendimentos de saneamento foram concluídos, sendo: i) 46 de abastecimento de água potável; ii) 66 de esgotamento sanitário; iii) 5 de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; iv) 6 de saneamento integrado; e v) 25 de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.

Com a conclusão desses empreendimentos, milhões de pessoas foram beneficiadas com geração de empregos, desenvolvimento da infraestrutura das cidades e a consequente melhoria das condições de saúde da população, com mais qualidade de vida.

No âmbito dos investimentos privados em saneamento por meio de concessões, em 2022 foram realizados 6 leilões, com volume total de investimentos (CAPEX) de aproximadamente R\$ 49 bilhões, beneficiando os estados de Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Ceará e Goiás.

SUBEXO ESTRATÉGICO: PLANEJAMENTO, REGULAÇÃO E GESTÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

OBJETIVO ESTRATÉGICO	MELHORAR A QUALIDADE DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO.		
INDICADORES ESTRATÉGICOS	META 2020-2023	META 2022	VALOR APURADO MAIS RECENTE (2021)
Índice de perdas de água na distribuição em sistemas de abastecimento	Diminuir para 34% o Índice de Perdas de Água na Distribuição em Sistemas de Abastecimento até 2023	37,77%	40,3%
Percentual de municípios que cobram pelo serviço de manejo de RSU	Alcançar a taxa de 65,20% dos municípios que cobram pelo serviço de manejo de RSU até 2023.	51,1%	56,5%

No que se refere aos indicadores de qualidade dos serviços de saneamento básico, os resultados mais recentes datam de 2021. Observou-se uma pequena variação no índice de perdas de água na distribuição de 40,1% em 2020 para 40,3% em 2021, resultado influenciado pela criação de novos prestadores microrregionais que passaram a importar elevado volume de água tratada de outro

prestador, situação que poderá ser revertida à medida em que estes prestadores aprimoram os seus controles.

Com base nos dados divulgados pelo SNIS, relativos a 2021 e divulgados em 2022, observou-se também um aumento significativo nos municípios que cobram pelo serviço de manejo de resíduos sólidos urbanos quando comparado a 2020.

Importante registrar que a Lei nº 14.026/2020 adotou a redução e controle das perdas de água como princípio fundamental dos serviços públicos de saneamento básico além de exigir a inclusão de metas de redução e controle de perdas como uma das condições para validade dos contratos de prestação de serviços públicos do setor.

RESUMO DE RESULTADOS – PROGRAMAS E INICIATIVAS

SANEAMENTO BÁSICO ESTRUTURANTE

INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2021	META 2022	APURAÇÃO
Revisão do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab)- Edição 2022	% de execução da iniciativa	12,5%	20%	25,25%
Implementação do Sistema de Informações em Saneamento Básico (SINISA)	% de execução da iniciativa	20%	50%	34%
Apoio à implantação de estruturas de prestação regionalizadas de água e esgoto	% de execução da iniciativa	23%	100%	100%
Regulamentação do novo marco legal do saneamento	% de execução da iniciativa	82,5%	100%	99,5%
Desenvolvimento de modelo lógico e framework para novas alternativas de financiamento	% de execução da iniciativa	32%	100%	100%

PRINCIPAIS AVANÇOS E PERSPECTIVAS

Em relação ao Saneamento Básico Estruturante, em 2022 um importante avanço para o setor foi o desenvolvimento de modelo lógico e de ferramenta de framework para a incorporação de critérios ambientais, sociais e de governança (ASG) nos instrumentos sob a gestão do governo

federal, no crédito via Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em mercado de capitais, em especial Debêntures Incentivas.

Para a iniciativa que visava à regulamentação do novo marco legal do saneamento, diversas entidades do setor contribuíram na revisão do Decreto nº 7.217/2010 e na construção de minuta que tinha como objetivo regulamentar as novas diretrizes, readequar as antigas, orientar os diversos atores envolvidos na aplicação dos novos dispositivos trazidos pela Lei, especialmente nos setores vulneráveis e áreas rurais, com foco no atingimento das metas propostas de universalização dos serviços de saneamento.

Ainda com vistas à melhoria dos serviços de saneamento no Brasil, está em andamento o processo de revisão do Plansab.

Em 2021 foi contratada consultoria que, ao longo de 2022, realizou a revisão do modelo de cálculo das necessidades de investimentos para universalização do acesso ao saneamento básico e apresentou ferramenta de software com o modelo a ser implementado.

Entretanto, há uma nova perspectiva para realização da execução da etapa de revisão do Plansab propriamente dita, com final previsto para o primeiro semestre de 2024, em decorrência da realização do Censo 2022 e do cancelamento da divulgação dos dados da Pnad Contínua relativas aos anos de 2020 e 2021.

A implantação de estruturas de prestação regionalizada de água e esgoto nos estados é outra iniciativa que foi apoiada pelo MDR visando garantir a viabilidade econômico-financeira da prestação e a universalização dos serviços mediante ganho de escala e gerenciamento integrado.

Ao final de 2021, foram selecionados para recebimento de consultoria os estados de Tocantins e Mato Grosso do Sul. Ao longo de 2022 foram realizadas reuniões específicas com representantes dos governos estaduais, agência reguladora, prestadores de serviços de saneamento (públicos e privados) para desdobramentos dos trabalhos e produção de relatórios técnicos contendo minutas de texto para o Projeto de Lei de regionalização para submissão às Assembleias Legislativas.

Assim, foi produzido relatório técnico contendo análise descritiva e detalhada de toda metodologia utilizada no decorrer da consultoria,

gerando, inclusive, ferramenta específica para definição da viabilidade econômico-financeira para ser utilizada em eventuais regionalizações futuras. O contrato foi finalizado com a entrega e o pagamento de todos os produtos previstos.

Já com relação à implementação do Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA), que viabilizará ganhos de escala e de escopo de informações e indicadores disponíveis sobre saneamento básico, devido a atrasos ocorridos em etapas do projeto, espera-se que em 2024 seja possível substituir o SNIS pelo SINISA, proporcionando melhores condições de acompanhamento e diagnóstico sobre o setor.

Proteção e Defesa Civil

O Brasil, como outros países, vem sofrendo os efeitos das mudanças climáticas. O aumento da frequência e intensidade de eventos extremos de precipitação, tanto acima como abaixo dos registros históricos, tem contribuído para uma maior ocorrência de desastres.

Nesse sentido, o MDR atua nas duas grandes frentes da política pública de proteção e defesa civil:

- gestão de riscos de desastres, abrangendo ações de prevenção, mitigação e preparação frente aos riscos de desastres; e
- gestão de desastres, com ações voltadas para resposta e reconstrução de áreas atingidas por desastres.

Nessa linha, o MDR tem a função de coordenar esforços públicos e privados para, juntamente com a comunidade, construir cidades mais resilientes.

SUBEIXO ESTRATÉGICO: GESTÃO DE RISCOS DE DESASTRES

OBJETIVO ESTRATÉGICO	REDUZIR OS RISCOS DE DESASTRES, COM EFETIVAÇÃO DA INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E FORTALECIMENTO DAS CAPACIDADES DOS ATORES DO SINPDEC	INDICADOR ESTRATÉGICO*	META 2020-2023	META 2022	VALOR APURADO
Capacidade dos municípios na atuação da gestão de riscos e de desastres	Aumentar de 2,68 para 3,48 a capacidade de atuação dos municípios na gestão de riscos e de desastres			3,46	3,64

Uma efetiva gestão de riscos e de desastres tem como ponto de partida um profundo conhecimento acerca dos riscos a que a população está exposta sendo necessários os esforços de diversas instituições para o mapeamento de áreas de risco, o monitoramento de ocorrências e emissão de alertas, o registro histórico de desastres, a realização de obras e investimentos constantes em capacitação e fortalecimento da percepção de risco, de modo a tornar a sociedade mais resiliente.

Em 2022, a meta do Indicador de Capacidade Municipal (ICM) atingiu a nota, em âmbito nacional, de 3.64 chegando a 104,7% da previsão até 2023. Os itens que mais impactaram foram:

- 1.303 novos municípios com pelo menos uma pessoa capacitada em Proteção e Defesa Civil;
- 637 novos municípios com cadastro no Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2iD);
- 95 municípios aderiram à iniciativa Construindo Cidades Resilientes; e
- 25 novos municípios com áreas de risco mapeadas pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM).

Em termos regionais, Sudeste e Sul destacaram-se por valores do ICM acima do nacional, enquanto Centro-Oeste, Sudeste e Norte pelos maiores avanços percentuais em relação à meta anual.

RESUMO DE RESULTADOS – PROGRAMAS E INICIATIVAS

FORTECIMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2021	META 2022	APURAÇÃO
Institucionalização do Sistema Federal de Proteção e Defesa Civil	% de execução	48,25%	80%	80,2%
Revisão do pacote de gestão das ações apoiadas pela SEDEC - S2iD 4.0	% de execução	31,56%	75,82%	45,6%

Regulamentação da Lei 12.340/2010	% de execução	96%	100%	100%
Boas práticas em Proteção e Defesa Civil	% de execução	100%	100%	100%
Capacitação Continuada em Proteção e Defesa Civil	Nº de entes capacitados em defesa civil	1.900	2.312	2.529
Elaboração do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil	% de execução	16%	18,1%	16,5%

PRINCIPAIS AVANÇOS E PERSPECTIVAS

Em 2022, no Programa Fortalecimento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, com ações voltadas à gestão de riscos e de desastres, destacam-se:

- os avanços no projeto de institucionalização do Sistema Federal de Proteção e Defesa Civil - que busca uma maior integração entre órgãos federais relacionados à temática - como as últimas operações, que exigiram atuação de diferentes órgãos do governo federal, no Sul da Bahia, Petrópolis, Costa Verde, Alagoas e Pernambuco. Essas operações demandaram uma maior aproximação entre os órgãos e um maior entendimento da atuação de cada um, o que propiciou um melhor trabalho conjunto; e
- a regulamentação da Lei nº 12.340, de 2022, mediante a publicação do Decreto nº 11.219, de 5 de outubro de 2022, que trata da transferência de recursos da União para ações de defesa civil.

Em relação ao Sistema Integrado de Informações sobre Desastres - S2iD 4.0, cujo desenvolvimento e atualização tornarão o atendimento a estados e municípios mais célere, transparente e eficiente, em 2022, a Plataforma + Brasil evoluiu na preparação de protótipos apresentados para validação visando integrá-la ao S2iD, o módulo de Reconhecimento Federal foi retomado e o módulo de Plano de Contingência e Prevenção estão sendo desenvolvidos no fluxo esperado.

Objetivando a promoção da melhoria da preparação de estados e municípios frente aos riscos e para o enfrentamento aos desastres, em

2022 o [Plano de Capacitação Continuada em Proteção e Defesa Civil 2019-2023](#) foi atualizado e foram disponibilizados 35 cursos na Escola Virtual de Governo (EV.G) da Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Os cursos disponibilizados resultaram em 2.529 entes capacitados em proteção e defesa civil e 12.026 alunos certificados.

O Plano de Capacitação Continuada em Proteção e Defesa Civil foi reconhecido e premiado com o Selo Bronze da Política Nacional de Modernização do Estado, no Eixo de Evolução dos Serviços Públicos.

Ainda no plano das capacitações, em 2022 o MDR lançou, em parceria com a Enap, as Certificações Especiais em Proteção e Defesa Civil voltadas para agentes de proteção e defesa civil de todo o País. Com essa abordagem, o agente local tem a oportunidade de certificar-se em temas específicos ou de acordo com sua esfera administrativa.

Com isso, visando atender ao disposto na Lei nº 12.608/2012 quanto à instituição do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil, em 2022 foi concluído mais um dos documentos de subsídios à sua elaboração, qual seja, o levantamento das expectativas dos atores do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Com base nesse e nos documentos elaborados em 2021, foi concluída a elaboração do termo de referência para seleção pública da instituição parceira, que teve como vencedora a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO AOS RISCOS DE DESASTRES

INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2021	META 2022	APURAÇÃO
Intervenções para contenção de encostas	Nº de obras de contenção de encostas concluídas	17	22	21
Desenvolvimento de metodologia para execução de projetos de engenharia e obras de retenção de fluxo de detritos (Manual de Barreira SABO)	% de execução	-	18,1%	4,95%

PRINCIPAIS AVANÇOS E PERSPECTIVAS

Quanto às ações de prevenção aos riscos e à preparação aos desastres, em 2022 foram concluídas 21 intervenções para contenção de encostas em áreas de risco alto e muito alto. A meta não foi atingida em decorrência da escassez orçamentária que afetou diretamente o resultado, visto que impossibilitou a emissão de Autorização de Início de Objeto (AIO) e homologação da Síntese de Projeto Aprovado (SPA) de novas etapas.

Em 2022, foi implantada a iniciativa de desenvolvimento de metodologia para execução de fluxos de detritos (Manual Barreira SABO). Trata-se da elaboração de Manual de Diretrizes Técnicas para projetos de engenharia, plano de gestão de obras e de manutenção das estruturas de retenção para fluxos de detritos nos diversos cenários geológico-geotécnicos brasileiros.

A iniciativa prevê o desenvolvimento de 2 projetos executivos que serão a base para a implantação de obras de prevenção utilizando barreiras de retenção de fluxo de detritos em localidades do município de Nova Friburgo/RJ e Teresópolis/RJ. Os projetos e as obras terão como base o Manual de Barreira SABO e serão os projetos-pilotos da pesquisa aplicada. Em decorrência da escassez orçamentária, a meta prevista não foi atingida.

SUBEIXO ESTRATÉGICO: GESTÃO DE DESASTRES

OBJETIVO ESTRATÉGICO	MELHORAR A CAPACIDADE E A TEMPESTIVIDADE DE RESPOSTA E RECONSTRUÇÃO PÓS-DESASTRES	META 2020-2023	META 2022	VALOR APURADO
Indicadores Estratégicos*				
Tempo médio ajustado entre a data do desastre e a solicitação de reconhecimento federal	Reducir para 25 dias o tempo médio ajustado entre a ocorrência do desastre e a solicitação de reconhecimento federal	28	22	
Tempo médio ajustado entre o pedido e o reconhecimento federal	Reducir para 6 dias o tempo médio ajustado entre a solicitação de reconhecimento federal e a publicação da portaria de reconhecimento federal	7	15	

Tempo médio ajustado entre a solicitação de recursos e a transferência de recurso para socorro e assistência humanitária	Reducir para 8 dias o tempo médio ajustado entre o reconhecimento federal e a transferência de recursos para socorro e assistência humanitária	14	25
Tempo médio ajustado entre a solicitação de recursos e a transferência de recurso para restabelecimento de serviços essenciais	Reducir para 30 dias o tempo médio ajustado de reconhecimento federal e a transferência de recurso para restabelecimento de serviços essenciais	35	48
Índice de efetivação das transferências para ações de resposta e reconstrução dentro de um mesmo exercício	Alcançar até 2023 um índice de 75% de efetivação das transferências para ações de resposta e reconstrução dentro de um mesmo exercício	73%	67%
Prazo médio ajustado de análise para liberação de recursos para ações de reconstrução	Reducir para 44 dias o prazo médio ajustado de análise das solicitações de recursos para ações de reconstrução	46	83
Prazo médio ajustado de liberação de recursos após empenho para ações de reconstrução	Reducir para 145 dias o prazo médio ajustado de liberação dos recursos após empenho para ações de reconstrução	153	215
Taxa de Demandas de Ouvidoria Recebidas sobre a Operação Carro-Pipa	Reducir para 2 a taxa de reclamações por milhão de beneficiários da OCP	2	6
Taxa de Atendimento das Demandas de OCP	Alcançar o nível de atendimento de 80% das demandas municipais da Operação Carro-Pipa Federal	80%	66%

Em 2022, os indicadores estratégicos acompanhados para mensurar a melhora na capacidade e na tempestividade de resposta e reconstrução pós-desastre, não apresentaram resultados significativos quando analisados em âmbito nacional.

A nível regional, observa-se que o tempo médio ajustado entre a data do desastre e a solicitação de reconhecimento federal nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul tiveram redução significativa (quanto menor melhor), conforme comparativo a seguir.

Região	Apurado 2021	Apurado 2022
Nordeste	25	16
Sudeste	34	29
Sul	38	25

RESUMO DE RESULTADOS - PROGRAMAS E INICIATIVAS

SOCORRO E ASSISTÊNCIA ÀS VÍTIMAS DE DESASTRES



INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2021	META 2022	APURAÇÃO
Revisão de Instrução Normativa de Reconhecimento Federal	% de execução	97,5%	100%	100%
Revisão da normatização sobre cooperação com o Ministério da Defesa para a Operação Carro-Pipa	% de execução	50%	100%	62,5%
Inclusão das informações da Operação Carro Pipa no Painel de Segurança Hídrica do MDR	% de execução	88%	100%	100%
Institucionalização do Grupo de Apoio a Desastres – GADE	% de execução	100%	100%	100%

PRINCIPAIS AVANÇOS E PERSPECTIVAS

No que tange ao Programa de Socorro e Assistência às Vítimas de Desastres, em 2022 foi elaborada minuta de portaria interministerial que versa sobre a cooperação entre o MDR e o Ministério da Defesa para consecução das ações de resposta consistentes na distribuição de água potável às populações atingidas por estiagem e seca na região do semiárido brasileiro (Operação Carro-Pipa - OCP). A minuta foi apreciada pelo órgão jurídico do MDR e aguarda posicionamento técnico e jurídico do Ministério da Defesa.

Quanto à inclusão das informações da OCP no Painel de Segurança hídrica do MDR, em 2022 os dados foram publicizados e estão em fase de teste.

RESTABELECIMENTO E RECONSTRUÇÃO

INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2021	META 2022	APURAÇÃO
Pesquisa aplicada para o desenvolvimento de protótipo de moradia embrião e modelo de implantação para situações pós desastre	% de execução	45,5%	100%	67,5%

PRINCIPAIS AVANÇOS E PERSPECTIVAS

No que concerne ao restabelecimento e reconstrução, em 2021 foi iniciada uma pesquisa aplicada para o desenvolvimento de protótipo de moradia embrião e modelo de implantação para situações pós desastre.

Em 2022, foram definidos os laboratórios que farão diferentes testes nas partes construtivas da casa. Foi ajustado com o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM) um local para a montagem do protótipo e com a ANA um local para armazenamento dos componentes, ambos no setor policial sul, próximo às instalações do CENAD/SEDEC.

A vigência do contrato foi prorrogada para 31/12/2023, junto da vigência do Projeto de Cooperação Técnica PCT/BRA/12/017, firmado entre o Ministério do Desenvolvimento Regional e o Programa das Nações Unidas (PNUD), que tem por objeto promover o fortalecimento da cultura de Gestão de Riscos de Desastres no País.

Em virtude de estudo de nova concepção para as fundações, serão realizados ensaios de madeira plástica no laboratório de produtos florestais.

Mobilidade e Desenvolvimento Urbano

Mobilidade e Desenvolvimento Urbano são fatores fundamentais para a concretização do acesso universal à cidade, com a ampliação de oportunidades e redução das desigualdades sociais no Brasil. No MDR a atuação sobre essa temática se divide em dois subeixos: i) mobilidade urbana; e ii) desenvolvimento urbano.

O primeiro representa a política pública relacionada à integração entre os diferentes modos de transporte e à melhoria da acessibilidade e mobilidade das pessoas e cargas no território do município.

O segundo expressa a política pública relacionada à melhoria do planejamento e desenvolvimento das cidades e de suas infraestruturas, de forma a contribuir para que se equilibrem os benefícios e os ônus do processo de urbanização.

SUBEIXO ESTRATÉGICO: MOBILIDADE URBANA

OBJETIVO ESTRATÉGICO	TORNAR OS DESLOCAMENTOS URBANOS SUSTENTÁVEIS, PRIORIZANDO O TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO E A SEGURANÇA VIÁRIA	INDICADORES ESTRATÉGICOS*	META 2020-2023	META 2022	VALOR APURADO MAIS RECENTE
Taxa da população que gasta 1 hora ou mais no deslocamento casa-trabalho nas principais regiões metropolitanas	Manter em 19,7% a proporção da população que gasta 1 hora ou mais no deslocamento casa-trabalho nas principais regiões metropolitanas			19,7%	19,7% (2015)
Percentual de municípios com Plano de Mobilidade Urbana elaborado dentre aqueles considerados obrigatórios	Aumentar de 11% para 25% a proporção dos municípios que possuem Plano de Mobilidade Urbana elaborado até 2023 dentre aqueles obrigatórios			22%	16,95%
Taxa da população vivendo próxima a terminais e estações de transporte de média e alta capacidade nas principais regiões metropolitanas	Alcançar 14,28% da população das 10 principais regiões metropolitanas vivendo até 1km de terminais e estações de média e alta capacidade			13,98%	13,52% (2021)
Quantidade de empreendimentos de mobilidade urbana concluídos	Concluir 13.216 empreendimentos de mobilidade urbana até 2023			9.614	9.348

O indicador “Taxa da população que gasta 1 hora ou mais no deslocamento casa-trabalho nas principais regiões metropolitanas” é de suma importância para aferir a qualidade de vida relacionada à mobilidade urbana.

Porém, a pergunta que servia como base para o cálculo do indicador foi descontinuada pelo IBGE na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua). Assim, o resultado mais recente data de 2015, em que foi apurado o valor de 19,7%.

Outro indicador relevante é a “Taxa da população vivendo próxima a terminais e estações de transporte de média e alta capacidade nas principais regiões metropolitanas”, cuja apuração mais recente data de 2021 e apresentou o resultado de 13,52%. Os valores referentes a 2022 deverão ser divulgados no segundo trimestre de 2023.

Quanto ao percentual de municípios com Planos de Mobilidade Urbana, em abril de 2022 venceu o prazo para os municípios com mais de 250 mil habitantes aprovarem os Planos de Mobilidade Urbana (§ 4º, art. 24, Lei 12.587/2012).

Neste grupo, houve o maior avanço na elaboração do plano - 78% já declararam ter elaborado o plano de mobilidade.

Quanto ao total de municípios obrigados, apesar do não atingimento da meta, verificou-se evolução de 15% para 16,95% de municípios com Plano de Mobilidade Urbana dentre aqueles considerados obrigatórios pela Lei n. 12.587/2012, se comparado a 2020.

A aferição do indicador “Quantidade de empreendimentos de mobilidade urbana concluídos” faz-se mediante os avanços dos programas Mobilidade Urbana e Pró-Transporte com seus destaques descritos nos próximos tópicos deste relatório.

RESUMO DE RESULTADOS – PROGRAMAS E INICIATIVAS

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL EM MOBILIDADE URBANA

				INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2021	META 2022	APURAÇÃO
---	---	---	---	-------------	-----------	-------------	-----------	----------

Assistência técnica à elaboração de Planos Locais de Mobilidade Urbana	Nº de municípios cadastrados no Sistema de Apoio à Elaboração de Planos de Mobilidade Urbana	128	220	168
Elaboração do Plano Nacional de Mobilidade Urbana	% de execução	6%	55%	53,75%
Implantação do Sistema Nacional de Informações em Mobilidade Urbana - SIMU	% de execução	76,95%	90%	90%
Proposição do Marco Legal do Transporte Público Coletivo	% de execução	36%	82,5%	83,75%
Projetos de Transição para a eletromobilidade nas cidades brasileiras	% de execução	49,25%	100%	100%
Projetos de Desenvolvimento Orientados ao Transporte	% de execução	79,2%	100%	100%

PRINCIPAIS AVANÇOS E PERSPECTIVAS

No Programa de Desenvolvimento Institucional em Mobilidade Urbana, em 2022 foi concluído o Projeto de Transição para a Eletromobilidade nas Cidades Brasileiras, que visa à elaboração de projetos de pesquisa e desenvolvimento em mobilidade urbana sustentável.

Esses projetos têm seu foco no desenvolvimento de ferramentas de apoio e ampliação do conhecimento técnico direcionado ao planejamento e implantação de estratégias de eletromobilidade em cidades brasileiras, com temas como: estudos sobre ônibus elétricos, metodologia para implementação da eletromobilidade, orientações e procedimentos para financiamento e estruturação de projetos pilotos.

O Projeto de Desenvolvimento Orientado ao Transporte, que trata da elaboração de projetos de assistência técnica, pesquisa e desenvolvimento em mobilidade urbana sustentável, também foi concluído em 2022.

Além disso, houve o envio para consulta pública da minuta do Projeto de Lei do Marco Legal do Transporte Público Coletivo, que contou com a participação da sociedade e principais *stakeholders* do setor.

A aprovação do projeto, nos próximos anos, trará melhorias para o ambiente regulatório do setor e para a estruturação de políticas públicas, de fomento e fortalecimento, dos sistemas de transporte público coletivo locais, com melhoria de qualidade para usuário e maior segurança jurídica para as empresas operadoras.

Também foram realizadas ações de assistência técnica, apoio e financiamento à elaboração de planos locais de mobilidade pelos entes federativos mediante campanhas de sensibilização sobre a obrigatoriedade de elaboração dos planos locais.

Por fim, houve avanços significativos na elaboração do Plano Nacional de Mobilidade Urbana que se encontra em fase de contratação de consultoria para a elaboração da propostas de tipologias para o Planmob e implantação do Sistema Nacional de Informações em Mobilidade Urbana (SIMU). Há previsão de conclusão desses dois projetos em 2023.

MOBILIDADE URBANA



INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2021	META 2022	APURAÇÃO
Investimento em empreendimentos de transporte coletivo	Quantidade de empreendimentos de transporte coletivo urbano concluídos	128	126	170
Investimento em empreendimentos de transporte não motorizado e qualificação viária	Quantidade de empreendimentos de transporte não motorizado e qualificação viária concluídos	2.549	3.098	2.811

PRINCIPAIS AVANÇOS E PERSPECTIVAS

Dentre os principais avanços em 2022, destacam-se, no âmbito do Programa de Mobilidade Urbana (com recursos do OGU), a conclusão de 170 empreendimentos de transporte coletivo e 2.811 de não motorizado e qualificação viária, totalizando 2.981 empreendimentos em 2022. Para 2023, há perspectiva de ampliação para 3.469.

PRÓ-TRANSPORTE



INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2021	META 2022	APURAÇÃO
Financiamento de empreendimentos de transporte coletivo	Quantidade de empreendimentos de transporte coletivo urbano concluídos	11	15	27
Financiamento de empreendimentos de transporte não motorizado e qualificação viária	Quantidade de empreendimentos de transporte não motorizado e qualificação viária concluídos	71	106	71

PRINCIPAIS AVANÇOS E PERSPECTIVAS

No Programa Pró-Transportes (com recursos do FGTS), foram concluídos 27 empreendimentos de transporte coletivo e 71 de transporte não motorizado e qualificação viária, totalizando 98 empreendimentos em 2022.

Para 2023, há previsão de conclusão de 133 empreendimentos. Somados os dois programas, foram concluídos 3.079 empreendimentos de mobilidade urbana, com previsão de expansão para mais de 3.602 em 2023.

INCENTIVOS FISCAIS PARA MOBILIDADE URBANA



INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2021	META 2022	APURAÇÃO
REIDI Mobilidade Urbana	Quantidade de projetos de infraestrutura no setor de mobilidade urbana apoiados com REIDI	1	3	1
Debêntures Incentivadas - Mobilidade Urbana	Quantidade de projetos de infraestrutura no setor de mobilidade urbana habilitados à emissão de debêntures incentivadas	2	3	1

PRINCIPAIS AVANÇOS E PERSPECTIVAS

No âmbito do Programa de Incentivos Fiscais para Mobilidade Urbana, em 2022 foram realizadas iniciativas de habilitação de projetos de emissão de debêntures incentivadas, sendo enquadrados como projetos prioritários os empreendimentos das Linhas 8 e 9 do Sistema de Trens Metropolitanos de São Paulo S.A. O projeto prevê um valor global de R\$ 8 bilhões dos quais R\$ 5,3 bilhões correspondem ao total a ser viabilizado por debêntures.

Por meio do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), destacou-se o enquadramento do Projeto de Implantação do Terminal Intermodal Gentileza (TIG), apresentado pela Concessionária do VLT Carioca S.A, com valor a ser investido pela concessionária de R\$ 269,7 milhões.

As metas previstas para as duas iniciativas não foram atingidas em decorrência da redução de investimentos de transporte público coletivo em razão da pandemia.

SUBEIXO ESTRATÉGICO: DESENVOLVIMENTO URBANO

OBJETIVO ESTRATÉGICO	FOMENTAR TRANSFORMAÇÕES URBANÍSTICAS ESTRUTURAIS SUSTENTÁVEIS, COM FOCO EM ACESSIBILIDADE, ORIENTADAS PARA O CUMPRIMENTO DA FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE	
INDICADOR ESTRATÉGICO	META 2020-2023	
Quantidade de Empreendimentos de Desenvolvimento Urbano Concluídos	Concluir 758 empreendimentos de desenvolvimento urbano até 2023	504
	*Valor cumulativo (considera obras concluídas desde 2020).	512

Com o objetivo de fomentar transformações urbanísticas estruturais sustentáveis, com foco em acessibilidade e orientadas para o cumprimento da função social da cidade, em 2022, de forma cumulativa, chegou-se a 512 empreendimentos concluídos.

RESUMO DE RESULTADOS - PROGRAMAS E INICIATIVAS

FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL EM DESENVOLVIMENTO URBANO

INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2021	META 2022	APURAÇÃO
Elaboração da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – PNDU	% de execução	41,25%	67,66%	47,25%
Implementação da Carta Brasileira para Cidades Inteligentes	% de execução	50%	98,97%	98%

PRINCIPAIS AVANÇOS E PERSPECTIVAS

No Programa de Fortalecimento Institucional em Desenvolvimento Urbano, destaca-se o avanço na elaboração da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) com a consolidação das contribuições das oficinas realizadas para formulação dos Objetivos de Desenvolvimento Urbano Sustentável (ODUS). Para 2023 está prevista a entrega da política.

Quanto à implantação da Carta Brasileira para Cidades Inteligentes, em 2022 foi entregue o [Guia de Implementação da Carta Brasileira para Cidades Inteligentes](#) no evento de encerramento do Projeto Andus.

Para 2023, está prevista a oferta de curso na modalidade Educação a Distância (EAD), no âmbito do Projeto traDUS, executado em parceria com a Universidade Federal do Semi-Árido (UFERSA).

DESENVOLVIMENTO URBANO (PRÓ-CIDADES)

INICIATIVA	INDICADOR	STATUS 2021	META 2022	APURAÇÃO
Projetos integrados de melhoria de perímetros urbanos	Valor total de intervenções selecionadas	R\$ 20,6 milhões*	R\$ 2 bilhões	R\$ 387.656.186,81

*Valor retificado pela Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano em 2023.

PRINCIPAIS AVANÇOS E PERSPECTIVAS

No âmbito do Programa de Desenvolvimento Urbano (Pró-Cidades), em 2022 foram selecionados 15 projetos integrados de melhoria de perímetros urbanos e de modernização tecnológica, somando o montante de R\$ 387.656.186,81, o que corresponde a aproximadamente 19,40% da meta estabelecida.

Alguns fatores foram predominantes para o não atingimento da meta relativa ao programa. O fato de o programa ser recente, sendo que grande parte de sua existência coincide com o período da pandemia, e que há falta de capacidade de endividamento dos entes públicos para

financiamento são fatores predominantes para o não atingimento da meta. Em função disso, segue-se divulgando o programa com contatos diretos com entes públicos e privados potencialmente interessados.

Em dezembro, foi realizado seminário, fruto da cooperação entre o Governo Brasileiro e o Ministério Federal para a Cooperação Econômica e do Desenvolvimento (BMZ), da Alemanha, implementado pela Deutsche Gesellschaft für Zusammenarbeit (GIZ), com o objetivo de disseminar o conhecimento sobre o Programa Pró-Cidades e suas ações financeiráveis, trazendo experiências de diferentes contextos nacionais.

Em 2022, foi revisada a Instrução Normativa MDR nº 35/2021 e proposta a sua consolidação com as Instruções Normativas MDR nº 11/2019 e nº 29/2020. Com isso, será publicado um único normativo, que facilitará a compreensão dos potenciais proponentes sobre as diretrizes e tipos de intervenções financeiráveis pelo Programa, visando obter um número maior de propostas contratadas que promovam melhoria da qualidade de vida da população urbana.

REABILITAÇÃO E URBANIZAÇÃO ACESSÍVEL

INICIATIVA	INDICADOR	STATUS 2021	META 2022	APURAÇÃO
Apoio a projetos e obras de reabilitação e urbanização acessível em áreas urbanas	Quantidade de intervenções concluídas	184	101	109

PRINCIPAIS AVANÇOS E PERSPECTIVAS

Em 2022, no Programa de Reabilitação e Urbanização Acessível, foram concluídas 109 intervenções para apoio a projetos e obras de reabilitação e urbanização acessível em áreas urbanas. Para 2023, há previsão de conclusão de 254 intervenções.

DEBÊNTURES INCENTIVADAS – ILUMINAÇÃO PÚBLICA

INICIATIVA	INDICADOR	STATUS 2021	META 2022	APURAÇÃO
Aprovação de projetos prioritários de iluminação pública para fins de emissão de debêntures incentivadas	Nº de projetos prioritários de iluminação pública aprovados para fins de emissão de debêntures incentivadas	5	8	3

PRINCIPAIS AVANÇOS E PERSPECTIVAS

Em relação ao Programa de Debêntures Incentivadas - Iluminação Pública, em 2022 foi aprovado o enquadramento de 3 projetos de iluminação pública como prioritários. Os projetos aprovados beneficiarão os seguintes municípios: Feira de Santana/BA, Aracaju/SE e Assis/SP, totalizando R\$ 117.842.089,41 a serem levantados no mercado de capitais.

Planejamento e Desenvolvimento Produtivo e Regional

O Planejamento e Desenvolvimento Produtivo e Regional visa favorecer a geração de investimento em áreas estratégicas para se alcançar o máximo de benefícios em termos de crescimento econômico e desenvolvimento social.

Assim, essa macropolítica foi organizada em três frentes fundamentais:

- i) planejamento do desenvolvimento regional e ordenamento territorial;
- ii) irrigação; e
- iii) fomento ao desenvolvimento produtivo.

A primeira representa a política pública relacionada ao planejamento da ocupação e à gestão territorial.

A segunda expressa a política pública de apoio ao desenvolvimento produtivo por meio de infraestruturas de irrigação.

A terceira corresponde à política pública relacionada à implantação de estruturas e rotas para favorecer o desenvolvimento produtivo, com consequências positivas para as regiões em que são implantadas.

SUBEIXO ESTRATÉGICO: PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E ORDENAMENTO TERRITORIAL

OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROMOVER O PLANEJAMENTO E O USO COORDENADO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO DE FORMA INTEGRADA COM A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
INDICADOR ESTRATÉGICO	META 2020-2023 META 2022 VALOR APURADO

Quantidade de municípios com agentes capacitados em planejamento regional/sub-regional	Alcançar 2.600 municípios com agentes capacitados em planejamento regional/sub-regional em 2023	2.300	1.682
--	---	-------	-------

Em 2022, a quantidade de municípios com agentes capacitados foi de 1.682 por intermédio dos cursos a distância ofertados pelo MDR. A meta prevista não foi atingida em decorrência de fatores ligados ao antigo Portal das Cidades, que limita a extração dos resultados. De forma a sanar essa limitação, trabalha-se na intenção de utilizar a Escola Virtual de Governo (EV.G) da Escola Nacional de Administração Pública (Enap).

RESUMO DE RESULTADOS – PROGRAMAS E INICIATIVAS

FORTALECIMENTO DAS CAPACIDADES GOVERNATIVAS DOS ENTES SUBNACIONAIS – PFCG

INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2021	META 2022	APURAÇÃO
Reestruturação do Portal Capacidades	% de execução	31%	100%	100%



Capacitação Continuada para o Fortalecimento do Desenvolvimento Regional e Urbano	Quantidade de pessoas certificadas	6.257	6.714	1.011
Publicação da Portaria do Cadastro Técnico Multifinalitário	% de execução	36%	100%	100%

PRINCIPAIS AVANÇOS E PERSPECTIVAS

No que diz respeito ao Programa de Fortalecimento das Capacidades Gobernativas dos Entes Subnacionais (PFCG), em 2022 a reestruturação do Portal Capacidade no novo formato Gov.br, foi concluída e seu lançamento ocorreu em agosto.

Além disso, foi publicada a Portaria MDR nº 3.242, de 9 de novembro de 2022, que trata da aprovação das diretrizes para a criação, a instituição e atualização do Cadastro Territorial Multifinalitário (CTM), nos municípios brasileiros. O referido cadastro fornece informações fundamentais para a implementação das políticas públicas.

Quanto às capacitações para o desenvolvimento regional e urbano, em 2022 1.011 pessoas foram certificadas. Observa-se que o valor apurado ficou abaixo da meta prevista.

Fatores que impediram o atingimento da meta estão relacionados ao período eleitoral, que inviabilizou a abertura de novas turmas até outubro, bem como questão de cunho orçamentário que impediu a migração da operacionalização dos cursos para a Enap, por meio da Escola Virtual de Governo.

PROGRAMA DE PLANEJAMENTO REGIONAL E ORDENAMENTO TERRITORIAL



INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2021	META 2022	APURAÇÃO
Estruturação do Plano de Trabalho do Comitê Executivo para a PNDR	% de execução	50%	60%	25%
Regulamentação e Instalação do Núcleo de Inteligência Regional	% de execução	62,5%	100%	100%
Elaboração do projeto de lei de estabelecimento da PNOT	% de execução	30%	100%	100%
Projeto Amazônia Azul: Fronteira Leste Brasileira	% de execução	25%	80%	70%

PRINCIPAIS AVANÇOS E PERSPECTIVAS

Em relação ao Programa de Planejamento Regional e Ordenamento Territorial, destaca-se, em 2022, a realização de reuniões entre MDR e as Superintendências a fim de estruturar o plano de trabalho do Comitê Executivo da Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional.

As reuniões suscitaram na publicação da [Portaria MDR nº 2.043, de 1º de julho de 2022](#), que dispõe sobre o funcionamento e as competências específicas do Núcleo de Inteligência Regional (NIR).

Quanto à elaboração do projeto de lei de estabelecimento da PNOT, em 2022 foi finalizada minuta de decreto que aguarda a apreciação da alta gestão.

No que concerne ao Projeto Amazônia Azul: Fronteira Leste Brasileira, avanços ocorreram em 2022 com a entrega de relatórios intermediários para consolidação dos resultados no tocante à metodologia replicável de avaliação de potencialidades e fragilidades econômico-institucionais do litoral potiguar e, quando o estudo for concluído, espera-se a proposição do desenho final da metodologia de planejamento e gestão territorial, replicável para os demais entes da Federação capaz de auxiliar gestores públicos em sua capacidade de olhar o território de forma integral, para fins de planejamento regional e local.

SUBEIXO ESTRATÉGICO: IRRIGAÇÃO

OBJETIVO ESTRATÉGICO	AMPLIAR A ÁREA IRRIGADA EM BASES AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEIS			
INDICADOR ESTRATÉGICO	META 2020-2023	META 2022	VALOR APURADO	
Área total irrigada	Ampliar para 9.200.000 ha a área irrigada do País até 2023	8.800.000 ha	8.800.000 ha	
Os dados mais recentes acerca da área irrigada no País demonstraram uma evolução de 7,32 milhões de hectares para 8,80 milhões de hectares considerando o período de 2019 a 2022.				
A ampliação da área irrigada é fundamental para o desenvolvimento das regiões brasileiras e da maior oferta de alimentos, de forma que se estabeleceu como meta até 2023 sua ampliação para 9,20 milhões de hectares.				
RESUMO DE RESULTADOS – PROGRAMAS E INICIATIVAS				
IRRIGAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E REGIONAL				
				
INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2021	META 2022	APURAÇÃO
Implantação de Polos de Agricultura Irrigada	Quantidade de polos implantados	7	9	9
Sistemas implantados de Reuso das Águas Residuárias para Irrigação	Quantidade de sistemas implantados	0	20	11
Estruturação de Unidades de Referência em Ensino para o Desenvolvimento da Agricultura Irrigada	Nº de unidades de referência estruturadas	2	4	2
Sistema Nacional de Informações sobre Agricultura Irrigada	% de execução	26,5%	87,11%	72,21%
Emancipação de Projetos Públicos de Irrigação - PPIs	Nº de projetos emancipados	-	-	-
Elaboração de estudos para a definição das diretrizes dos serviços de ATER aos agricultores familiares em PPIs		% de execução	-	55% 39,8%
Elaboração do Plano de Ação Nacional de Agricultura Irrigada em Pequenas Propriedades		% de execução	50%	85% 85,5%
Normatização do Processo de Transferência da Gestão dos Projetos Públicos de Irrigação - PPIs		% de execução	-	54% 48%
Assessoramento organizacional aos agentes públicos e privados, notadamente das organizações de irrigantes, nos processos de transferência da gestão dos PPIs		% de execução	-	54% 40,4%

PRINCIPAIS AVANÇOS E PERSPECTIVAS

No âmbito da irrigação, em 2022 destaca-se a implantação de Polos de Agricultura Irrigada que tem como foco alavancagem da agricultura irrigada a partir de um trabalho conjunto entre as organizações dos produtores rurais irrigantes e as diversas esferas de governo, com vistas ao desenvolvimento regional.

Em 2022, foram implantados dois novos polos: Araguaia-Xingu/MT e Sudoeste Paulista/SP. Com isso, chegou-se a um total de 9 polos implantados até 2022, número que será ampliado para 11 até o final de 2023.

Além disso, foram implantados 11 sistemas de reuso das águas residuárias para irrigação, na região Nordeste, até 2022. Espera-se que ocorra ampliação para 25 até 2023.

Já em relação a estruturação de unidades de referência em ensino para o desenvolvimento da agricultura irrigada, em 2022 foram realizadas reuniões com algumas instituições de ensino interessadas e iniciado o processo de elaboração dos respectivos planos de trabalho.

Há previsão de ampliação para 4 unidades de referência estruturadas até o final de 2023, que são fundamentais para difusão de conhecimentos sobre agricultura irrigada no País. As unidades de referência estruturadas são:

- Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), reconhecida pela Portaria MDR nº 2.764, de 29 de outubro de 2020; e
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Campus Primavera do Leste, reconhecido pela Portaria MDR nº 1.696, de 18 de agosto de 2021.

Por fim, houve avanços significativos nas seguintes iniciativas:

- Sistema Nacional de Informações sobre Agricultura Irrigada: levantamento de requisitos para Cadastro Nacional dos Irrigantes foi concluído;
- Elaboração de estudos para a definição das diretrizes dos serviços de ATER aos agricultores familiares em PPIs: realizada reuniões e visitas técnicas em Projetos Públicos de Irrigação;
- Elaboração do Plano de Ação Nacional de Agricultura Irrigada em Pequenas Propriedades: relatório contendo a sistematização de informações técnicas e os trabalhos preparatórios para a realização de um workshop;
- Normatização do Processo de Transferência da Gestão dos Projetos Públicos de Irrigação: realizada reuniões e visitas técnicas em Projetos Públicos de Irrigação; e
- Assessoramento Organizacional aos Agentes Públicos e Privados: realizadas reuniões e visitas técnicas em Projetos Públicos de Irrigação, envolvendo as 3 consultorias contratadas pelo PCT, com relatórios de viagens e documentos preparatórios e de assessoramento às organizações de irrigantes elaborados.

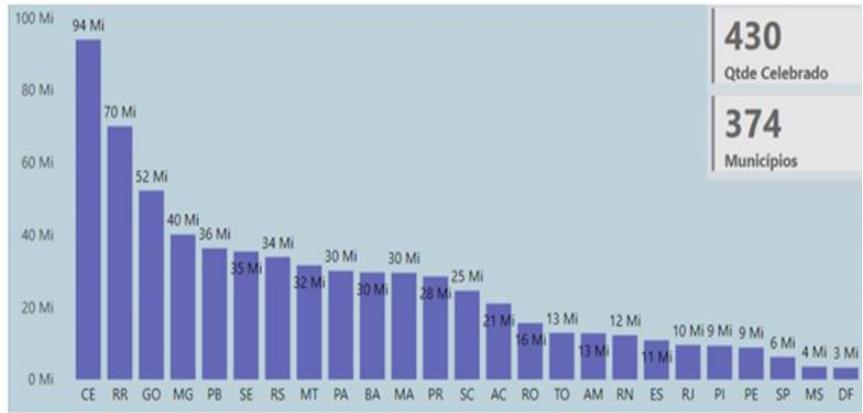
SUBEIXO ESTRATÉGICO: FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO

OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROMOVER A INCLUSÃO PRODUTIVA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NAS REGIÕES PRIORITÁRIAS DA POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL		
INDICADOR ESTRATÉGICO	META 2020-2023	META 2022	VALOR APURADO
Quantidade de empreendimentos concluídos pela SMDRU no âmbito do desenvolvimento produtivo	Concluir 1.497 empreendimentos no âmbito do desenvolvimento produtivo	1.116	1.206

Em 2022, foram concluídos, de forma cumulativa, 1.206 empreendimentos por meio da execução de serviços, obras e aquisição de bens, como: contrução e modernização de galpões, centros de feira, casa de colônia, mercados públicos, construção e recuperação de vias, de pontes, passagens molhadas tratores, aquisição de motoniveladoras, escavadeiras hidráulicas, retroescavadeiras, pás-carregadeiras, maquinários, equipamentos agrícolas.

No que concerne à celebração de novos instrumentos, foram empenhados cerca de R\$ 666,76 milhões de reais, sendo:

- R\$ 203,76 milhões para aquisição de máquinas e equipamentos;
- R\$ 373,69 milhões para pavimentação de vias (inclusive recuperação);
- R\$ 39,41 milhões para construção de passagens molhadas e pontes; e
- R\$ 49,9 milhões para outras implementações (reformas e ampliações de mercados públicos, sistema de abastecimento de água, implantação de armazém industrial).



Fonte: SMDRU/MDR (2022)

RESUMO DE RESULTADOS – PROGRAMAS E INICIATIVAS

ROTAS DE INTEGRAÇÃO NACIONAL



INICIATIVA	INDICADOR	STATUS 2021	META 2022	APURAÇÃO
Implantação de Polos da Estratégia Rotas de Integração Nacional	Quantidade de Polos implantados	43	63	64

PRINCIPAIS AVANÇOS E PERSPECTIVAS

O Programa Rotas de Integração Nacional, um dos principais programas voltados para o desenvolvimento produtivo, em 2022 implantou, de forma cumulativa, 64 Polos da Estratégia Rotas de Integração Nacional que abrangem, ao todo, produtores e profissionais de 1.249 municípios em 17 estados brasileiros e no Distrito Federal.

O programa promove o incentivo à estruturação de cadeias produtivas estratégicas capazes de promover a inclusão e o

desenvolvimento sustentável das regiões brasileiras priorizadas pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

Atualmente existem as seguintes Rotas: Açaí, Biodiversidade, Cacau, Cordeiro, Economia Circular, Fruticultura, Leite, Mel, Moda, Pescado e Tecnologia da Informação e Comunicação. Cumpre ressaltar que, com base na deliberação do Comitê Supervisor da Estratégia Rotas, há perspectiva de expansão para 78 polos até 2023.

Parcerias e Fomento

O aumento da demanda pela prestação de serviços públicos de qualidade pela população, associada à redução da disponibilidade de recursos para investimento no orçamento da União, bem como no dos entes federados, tem levado à busca por atrair investimentos privados e internacionais para a prestação de serviços e desenvolvimento de infraestrutura.

Para que isso ocorra, o Ministério do Desenvolvimento Regional trabalhou para melhorar marcos legais e regulatórios, além de promover a realização de parcerias visando a atração de investimentos privados nas suas áreas de competência.

No MDR, o eixo Parcerias e Fomento foi organizado em dois subeixos:

- i) parcerias com o setor privado e internacional; e
- ii) instrumentos de fomento ao desenvolvimento regional.

O primeiro subeixo representa a atuação transversal do Ministério do Desenvolvimento Regional para a implantação de infraestruturas e prestação de serviços públicos por meio dos diversos mecanismos disponíveis de parceria com os atores privados e internacionais.

O segundo envolve a atuação transversal voltada para a estruturação e melhoria de instrumentos de fomento, como os Fundos Constitucionais de Financiamento, Fundos de Desenvolvimento Regional, do Fundo de Apoio à Estruturação de Projetos de Concessão e PPP (FEP), do Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Regional Sustentável e dos incentivos fiscais para o desenvolvimento regional.

SUBEXO ESTRATÉGICO: PARCERIAS COM O SETOR PRIVADO E INTERNACIONAL

OBJETIVO ESTRATÉGICO	ATRAIR INVESTIMENTOS PRIVADOS E INTERNACIONAIS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E DESENVOLVIMENTO DE INFRAESTRUTURA REGIONAL E URBANA		
INDICADORES ESTRATÉGICOS	META 2020-2023	META 2022	VALOR APURADO
Número de projetos de parcerias com o setor privado estruturados	Estruturar 91 projetos de parcerias com o setor privado	40	8
Volume total de investimento privado atraído por meio de parcerias (R\$ Mil)	Atrair R\$ 57 bilhões de investimentos por meio de parcerias com o setor privado	R\$ 14.957.970.826 bilhões	R\$ 12.882.610.596 bilhões

Ao longo de 2022, foram realizados diversos leilões de concessão de serviços públicos, quais sejam:

- i) concessão de saneamento no município de São Simão/GO;
- ii) concessão do sistema de iluminação pública no município de Cachoeiro de Itapemirim/ES;
- iii) concessão do sistema de iluminação pública no município de Toledo/PR;
- iv) concessão do sistema de esgotamento sanitário no município de Crato/CE;
- v) concessão do leilão do Perímetro Irrigado do Baixio do Irecê;
- vi) concessão de iluminação pública no município de Nova Lima/MG;
- vii) concessão de resíduos sólidos beneficiando os municípios de Altaneira, Barbalha, Caririaçu, Crato, Farias Brito, Jardim, Missão Velha, Nova Olinda, Santa do Cariri, todos do estado do Ceará; e
- viii) leilão de concessão do Metro de Belo Horizontes/Desestatização da CBTU-MG.

Quanto aos projetos de parceria com o setor privado estruturados, a meta prevista não foi alcançada em decorrência de duas frentes que

dependem de outros atores, quais sejam: as parcerias titularizadas pelos entes subnacionais e os contratos do Programa Águas Brasileiras.

RESUMO DE RESULTADOS – PROGRAMAS E INICIATIVAS

PARCERIAS COM O SETOR PRIVADO

INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2021	META 2022	APURAÇÃO
Estruturação de projetos de concessão com apoio do FEP e outros instrumentos	Nº de leilões realizados	9	23	6
Desestatização da CBTU-MG	% de Execução	36%	100%	100%
Desestatização da Trensurb	% de Execução	15%	100%	15%
Concessão do perímetro público de irrigação do Baixio do Irecê	% de Execução	90%	100%	100%

No âmbito do Programa Parcerias com o Setor Privado, foram realizados 6 leilões em 2022 com apoio do Fundo de Apoio à Estruturação de Projetos de Concessão e PPP (FEP Caixa). A meta prevista não foi atingida pela necessidade de reagendamento por parte dos municípios, Caixa e, também, em decorrência do período eleitoral.

Um destaque foi o avanço na privatização da Companhia Brasileira de Trens Urbanos em Minas Gerais (CBTU-MG), para a concessão dos serviços prestados no metrô da Região Metropolitana de Belo Horizonte (MG). O leilão foi realizado em 22 de dezembro e o investimento projetado é de R\$ 3,7 bilhões ao longo de 30 anos do contrato com expectativa de atender 270 mil passageiros por dia.

No que tange à concessão de perímetros públicos de irrigação para a iniciativa privada, destaca-se o leilão realizado em 1º de junho de 2022 para a concessão do Perímetro de Irrigação Baixio do Irecê, na Bahia, que é o maior perímetro irrigado da América Latina e a primeira parceria efetivada neste setor.

Quanto à Trensurb, avanços ocorreram com os estudos de viabilidade em fase final de aprovação.

CRITÉRIOS ASG EM PROJETOS DE INFRAESTRUTURA

INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2021	META 2022	APURAÇÃO
Elaboração de 5 frameworks ASG para os setores de saneamento e segurança hídrica	% de Execução	45%	100%	100%
Elaboração de Guia ASG para Mobilidade Urbana	% de Execução	70%	100%	100%

PRINCIPAIS AVANÇOS E PERSPECTIVAS

Quanto ao Programa Critérios ASG em Projetos de Infraestrutura, a consultoria contratada para a elaboração de 5 frameworks foi concluída com a entrega de todos os produtos. A iniciativa visava estimular a incorporação de critérios ambiental, social e governança em projetos de saneamento, segurança hídrica e mobilidade.

O Guia ASG para Mobilidade Urbana foi concluído, também, em 2022. O Guia pretende ser referência para o setor para a futura incorporação de critérios ASG aos projetos de infraestrutura, tornando-os mais atrativos a novos investimentos privados.

SUBEIXO ESTRATÉGICO: INSTRUMENTOS DE FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

OBJETIVO ESTRATÉGICO	OTIMIZAR A APLICAÇÃO E O ACESSO AOS INSTRUMENTOS DE FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	INDICADORES ESTRATÉGICOS	META 2020-2023	META 2022	VALOR APURADO
Índice de Contratações dos FCFs com tomadores de Menor Porte	Alcançar o valor de, no mínimo, 51%, para o ICMP dos Fundos Constitucionais de Financiamento		51%	62%	
Índice de Contratações nas Tipologias Prioritárias da PNDR com recursos dos FCFs	Alcançar o valor de, no mínimo 55%, para o ICTP dos Fundos Constitucionais de Financiamento		60%	72,7%	

O exercício de 2022 foi um marco para os Fundos Constitucionais de Financiamento (FNO, FNE e FCO), que realizaram o melhor ano de aplicação de recursos de toda sua história.

Juntos, esses Fundos aplicaram recursos da ordem de R\$ 54,3 bilhões, em mais de 750 mil operações de crédito contratadas. Desse total, R\$ 33,7 bilhões (62,0%) foram contratados com tomadores de Faturamento Bruto Anual de até R\$ 16 milhões, considerados tomadores de Menor Porte.

Ainda, considerando-se o valor total contratado, R\$ 39,5 bilhões (72,7%) foram em municípios classificados como de baixa e média renda, independente do dinamismo, considerados prioritários pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

Os valores alcançados superaram as metas estabelecidas. Esses resultados foram fundamentais para uma distribuição mais justa dos recursos desses Fundos, de forma a efetivar o desenvolvimento regional e a redução das desigualdades.

RESUMO DE RESULTADOS – PROGRAMAS E INICIATIVAS

INTEGRAR E DESENVOLVER

INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2021	META 2022	APURAÇÃO
Reestruturação das normas que tratam dos setores prioritários dos Incentivos Fiscais	% de Execução	80%	100%	100%
Revisão de modelo de informações enviadas pelos bancos para monitoramento e avaliação dos fundos constitucionais	% de Execução	100%	100%	100%
Apresentação de proposta de taxas de juros prefixadas para os Fundos Constitucionais	% de Execução	100%	100%	100%
Promoção da elaboração do projeto de desinvestimento do Finor e do Finam conforme lei 14.165/2021	% de Execução	-	100%	82,5%
Revisão da sistemática de monitoramento e acompanhamento dos Fundos de Desenvolvimento	% de Execução	-	20%	30%

Estruturação do Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Regional Sustentável	% de Execução	-	100%	81,85%
---	---------------	---	------	--------

PRINCIPAIS AVANÇOS E PERSPECTIVAS

Em relação às iniciativas voltadas para o aprimoramento dos fundos, destacam-se os seguintes avanços em 2022:

- Publicação da Resolução CMN nº 5.013, de 28 de abril de 2022, por meio do qual o Conselho Monetário Nacional (CMN), que definiu, por proposta do MDR, as novas metodologias de cálculo dos encargos financeiros incidentes sobre os financiamentos de operações de crédito não rural com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento. A proposta teve como principal avanço a definição de taxas de juros pós e pré-fixadas nas operações não rurais, contratadas com recursos dos fundos constitucionais;
- Publicação do Decreto nº 11.064, de 6 de maio de 2022, que regulamentou os art. 3º e art. 4º da Lei nº 14.166, de 10 de junho de 2021, e alterou o Decreto nº 10.836, de 14 de outubro de 2021, para dispor sobre a autorização aos bancos administradores dos fundos constitucionais para realizar acordos de renegociação extraordinária de operações de crédito e realizar, por solicitação dos beneficiários, substituição de encargos das operações de crédito rural e não rural, contratadas até 31 de dezembro de 2018, pelos encargos correntemente utilizados para contratação de nova operação; e
- Publicação da Portaria Interministerial ME/MDR nº 4.905, de 22 de junho de 2022, que dispõe sobre as diretrizes para as atividades de avaliação dos impactos econômicos e sociais decorrentes da aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento e do conjunto mínimo de informações que devem constar do Relatório Circunstaciado dos bancos administradores desses Fundos, de que tratam os § 6º e § 7º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989.

Por fim, cumpre destacar que está previsto para 2023 a atualização e revisão das diretrizes e orientações gerais para aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento e dos Fundos de Desenvolvimento Regional.

FUNDOS CONSTITUCIONAIS DE FINANCIAMENTO (FCO, FNE, FNO)

A Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, ao regulamentar o artigo 159, inciso I, alínea "c" da Constituição da República Federativa do Brasil, criou os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO), com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social das Regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, por meio das instituições financeiras federais de caráter regional, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos.

Os recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento são os principais instrumentos de financiamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

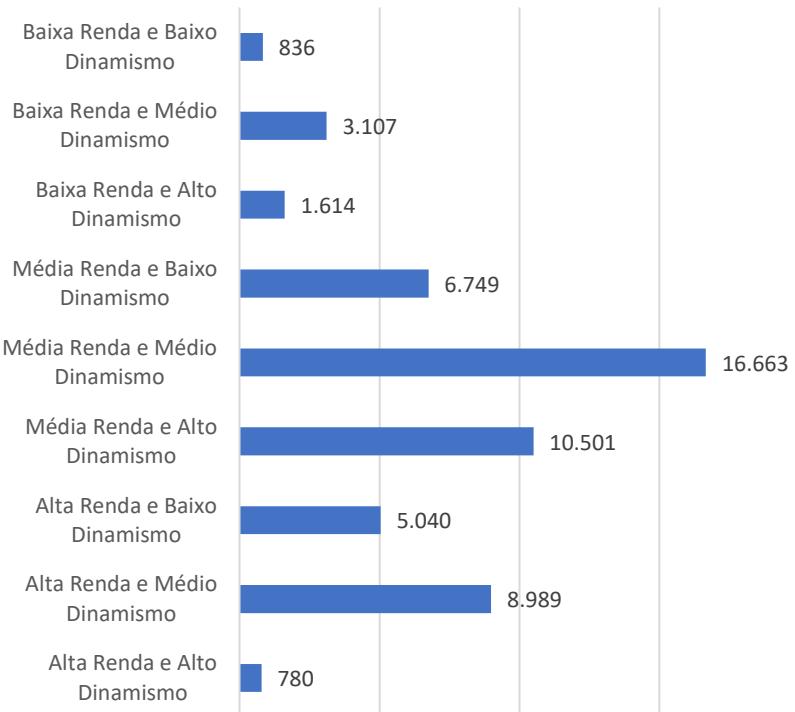
Os recursos que compõem esses Fundos correspondem a 3% do produto da arrecadação do IPI e IR. Deste Total, cabe ao FNO 0,6%, ao FCO 0,6% e ao FNE 1,8%. Integram também a fonte de recursos desses Fundos, os retornos e resultados de suas aplicações, o resultado da remuneração dos recursos momentaneamente não aplicados, calculado com base em indexador oficial e as disponibilidades dos exercícios anteriores.

A Programação anual de aplicação dos recursos disponíveis para o exercício é realizada com base nos marcos regulatórios dos Fundos Constitucionais, nas diretrizes e prioridades emanadas pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), e pelas Superintendências do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), da Amazônia (Sudam), e do Centro-Oeste (Sudeco), respaldados pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), nos direcionamentos obtidos junto aos governos federal, estaduais e municipais, valendo-se da experiência dos Bancos Administradores dos Fundos.

Para o exercício de 2022, as Diretrizes e as Orientações Gerais para a aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento foram estabelecidas pela Portaria MDR nº 1.369, de 2 de julho de 2021.

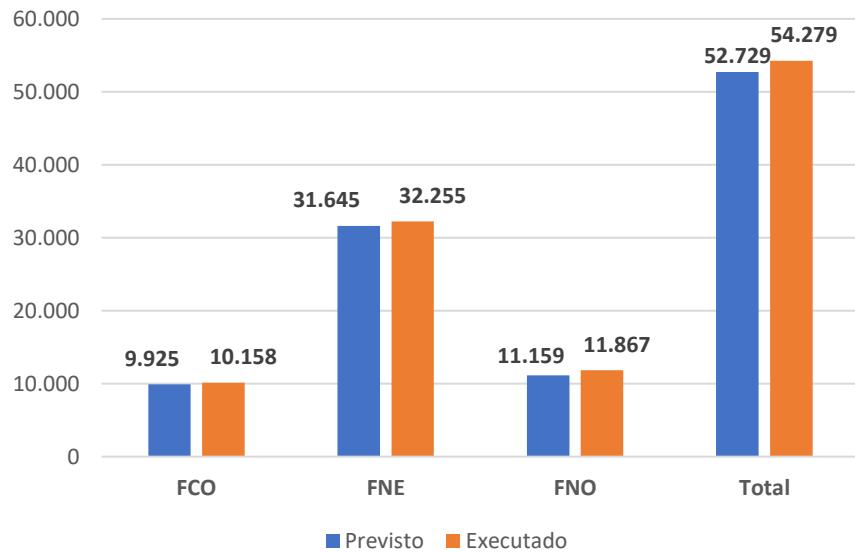
A previsão de aplicação com os recursos dos Fundos Constitucionais para o exercício de 2022 foi na ordem de R\$ 52,7 milhões. No entanto, conforme se observa nos gráficos abaixo, a aplicação total dos Fundos Constitucionais no exercício de 2022 alcançou o montante de R\$ 54,3 bilhões, o que representa um desempenho de 2,9% acima do valor previsto para o ano, sendo R\$ 11,867 bilhões aplicados na Região Norte (FNO), com um total de 35.531 operações contratadas, R\$ 32,2 bilhões na Região Nordeste (FNE), com 695.711 operações realizadas, e R\$ 10,1 bilhões no Centro-Oeste (FCO), com 24.567 operações de crédito.

**Valor Contratado de acordo com as Tipologias da PNDR -
2022
(R\$ milhões)**



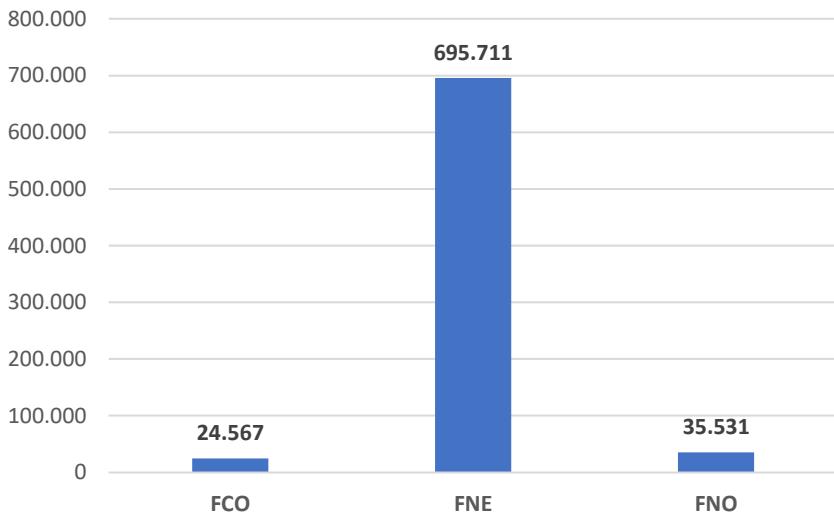
Fonte: SFPP/MDR(2023)

Valor Previsto/ Contratado - 2022 (R\$ milhões)



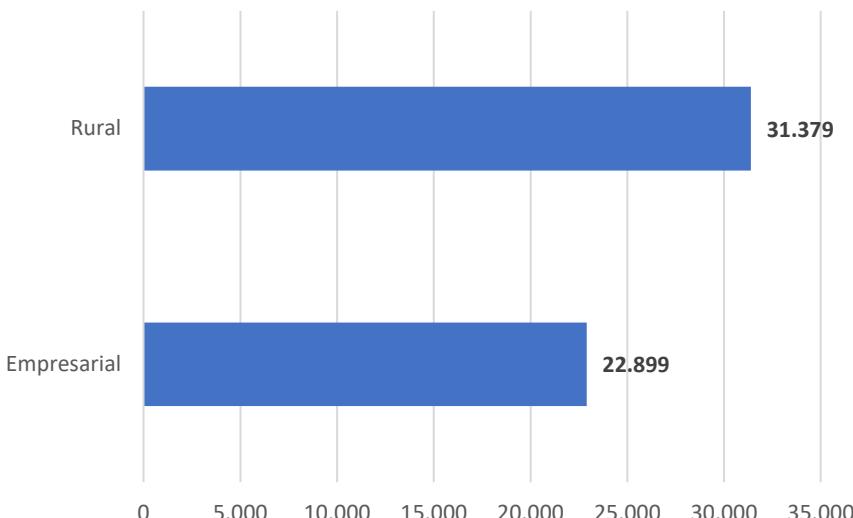
Fonte: SFPP/MDR(2023)

Quantidade de Operações Contratadas por Fundo - 2022



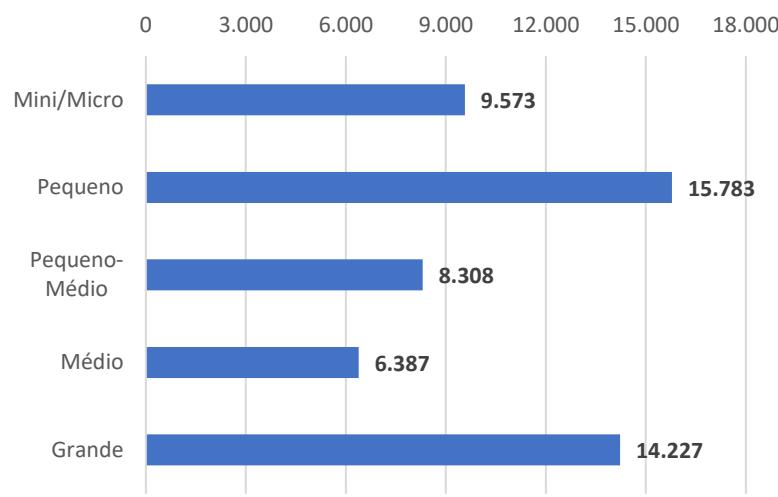
Fonte: SFPP/MDR(2023)

Valor Contratado por Setor - 2022 (R\$ milhões)



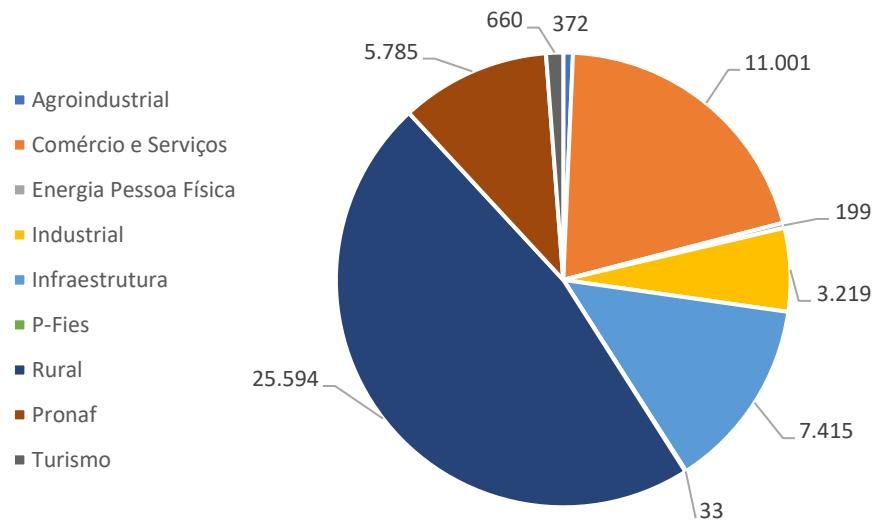
Fonte: SFPP/MDR(2023)

Valor Contratado por Porte - 2022 (R\$ milhões)



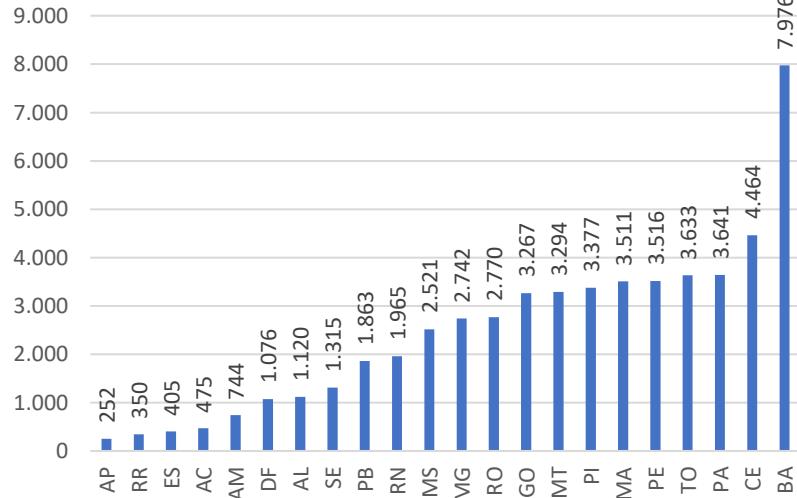
Fonte: SFPP/MDR(2023)

Valor Contratado por Setor - 2022 (R\$ milhões)



Fonte: SFPP/MDR(2023)

Valor Contratado por UF - 2022 (R\$ milhões)



Fonte: SFPP/MDR(2023)

O Ministério do Desenvolvimento Regional, ao estabelecer as diretrizes e as orientações gerais para a aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento no exercício de 2022, mediante a Portaria MDR nº 1.369, de 02/07/2021, buscou fixar diretrizes que alinhasssem a destinação dos recursos para atender a projetos de grande relevância para o desenvolvimento regional, e que fosse reservada, conforme previsão legal, a maior parte dos recursos para o tratamento preferencial às atividades produtivas de mini e pequenos produtores rurais e de micro e pequenas empresas, com foco na geração de emprego e renda em contribuição aos objetivos da política regional.

LINHA EMERGENCIAL E PRORROGAÇÃO DE PARCELAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM RECURSOS DO FUNDO CONSTITUCIONAL DO NORDESTE (FNE), PARA MITIGAR OS IMPACTOS PELO EXCESSO DE CHUVAS NA REGIÃO DA SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE (SUDENE).

Visando amenizar os efeitos das fortes chuvas que atingiram municípios da região Nordeste no final do ano de 2021 até o ano de 2022, o Conselho Monetário Nacional (CMN) publicou, após proposição do Ministério do Desenvolvimento Regional ao Ministério da Economia, as Resoluções CMN nº 4.987 e 4.988, ambas de 8 de março de 2022, alteradas pela Resolução CMN nº 5.035, de 26 de julho de 2022, que instituíram linhas de crédito especiais com recursos do FNE, e possibilitou a prorrogação de parcelas dos financiamentos vencidas e vincendas no ano de 2022.

Empreendedores de atividades urbanas e produtores rurais de cidades da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) que foram atingidas pelas fortes chuvas do fim de 2021 e primeiro semestre de 2022 puderam acessar as linhas de crédito criadas para auxiliar na recuperação de seus empreendimentos.

CONTRATAÇÕES POR ESTADO

Nesse sentido, foram contratados nessa linha o montante de R\$ 148,8 milhões com recursos do FNE, em 3.677 operações de crédito firmadas. O maior volume de recursos foi contratado por empreendedores localizados na Bahia, que foi um dos estados mais afetados pelas fortes chuvas. Ao todo, foram contratados R\$ 79,4 milhões em recursos do FNE – o que corresponde a 53,3% do total.

Em Minas Gerais, foram contratados R\$ 45,8 milhões, correspondente a 30,8% do total. Na sequência, aparecem Maranhão, com R\$ 16,5 milhões (11,1%); Piauí, com R\$ 2,1 milhões (1,4%); Rio Grande do Norte, com R\$ 1,8 milhão (1,2%); Espírito Santo, com R\$ 1,7 milhão (1,1%); Sergipe, com R\$ 1,2 milhão (0,8%); Alagoas, com R\$ 395,9 mil (0,3%); e Pernambuco, com R\$ 18 mil.

CONTRATAÇÕES POR SETOR

Um total de R\$ 119,3 milhões foram contratados pelo setor de comércio e serviços, o equivalente a 80,2%. Na sequência, aparecem as áreas de pecuária, com R\$ 12,4 milhões (8,4%); indústria, com R\$ 10,2 milhões (6,9%); turismo, com R\$ 3,3 milhões (2,2%); agricultura, com R\$ 3,3 milhões (2,2%); e agroindústria, com R\$ 280 mil (0,2%).

CONTRATAÇÕES POR PORTE

Em relação ao porte, a maior quantidade de contratações foi feita por pequenos empreendedores urbanos e produtores rurais. Eles foram responsáveis pela contratação de R\$ 90,4 milhões em financiamentos – 60,7% do total.

Os microempreendedores tiveram acesso a R\$ 35,9 milhões, o correspondente a 24,2%. Na sequência, aparecem os de porte mini, com R\$ 11,3 milhões (7,6%); pequeno-médio, com R\$ 6,0 milhões (4,0%); e médio, com R\$ 5,2 milhões (3,5%).

CONTRATAÇÕES POR FINALIDADE

Dos R\$ 148,8 milhões contratados na linha emergencial, R\$ 96,9 milhões foram contratados na modalidade capital de giro – 65,1% do valor total. Já para investimento, foram contratados outros R\$ 46,2 milhões (31,1%). Por fim, a modalidade custeio movimentou R\$ 5,7 milhões (3,8%).

RESULTADOS DOS FUNDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Os Fundos de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Nordeste (FDNE), criados em 2001, e o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO), criado em 2009, estão entre os principais instrumentos de promoção do desenvolvimento regional no Brasil e têm por finalidade assegurar recursos para a realização de investimentos nas áreas de atuação das Superintendências do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), do Nordeste (Sudene) e do Centro-Oeste (Sudeco).

Podem ser beneficiárias dos recursos desses fundos as pessoas jurídicas constituídas na forma de sociedades por ações que desenvolvam atividades nos setores de infraestrutura, agricultura, agroindústria, mineral, indústria, inovação e tecnologia, turismo e serviços, consideradas relevantes para as regiões e para a redução das desigualdades regionais.

Em 2022, os Fundos de Desenvolvimento Regional contaram com recursos na ordem de R\$ 1,7 bilhão, sendo R\$ 135,8 milhões destinados à Região Amazônica, R\$ 924,1 milhões à Região Nordeste e R\$ 638,5 milhões para a Região Centro-Oeste.

De acordo com informações da Sudam, da Sudene e da Sudeco, órgãos responsáveis pela gestão desses fundos, no decorrer do exercício foi aprovada a contratação de 23 novos empreendimentos nas regiões assistidas e liberados recursos para 32 projetos em implantação, conforme o quadro a seguir:

Fundo	Recursos aprovados 2022 (R\$ milhões)	Empenhos			Desembolsos			
		Projetos	Valor Projetos (R\$ milhões)	Atividades P&D (Sups) (R\$ milhões)	Total (R\$ milhões)	Projetos	Valor Projetos (R\$ milhões)	Despesa (Sups) (R\$ milhões)
FDA	135,8	1	135,8	0	135,8	1	126,9	2,5
FDNE	924,1	14	924,1	6,1	930,2	30	1.232,5	24,6
FDCO	638,5	8	638,5	0	638,5	1	21,6	0,4
Total								
								129,4
								1.257,1
								22,0

Fonte: SFPP/MDR(2023)

O FDA aprovou, no Estado do Amapá, um projeto no valor de R\$ 135,8 milhões, do setor de geração, transmissão e distribuição de energia.

Já o FDNE foi responsável pela aprovação de 14 novos projetos distribuídos nos Estados do Nordeste, em diversos setores, totalizando R\$ 924,1 milhões em investimentos na Região.

O FDCO, por sua vez, aprovou 8 novos projetos durante o exercício de 2022, nos setores de geração, transmissão e distribuição de energia, transporte e indústria, perfazendo um total de R\$ 638,5 milhões a serem investidos nos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

No que tange à liberação de recursos, o FDA desembolsou, em 2022, o montante de R\$ 126,9 milhões a um projeto do setor de geração, transmissão e distribuição de energia. No âmbito do FDNE, foram liberados R\$ 1,2 bilhão a 30 empreendimentos que estão em implantação, em diversos setores da economia. Já o FDCO desembolsou R\$ 21,6 milhões a um projeto do setor de transporte rodoviário no decorrer do exercício.

RESULTADOS DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO

Os Fundos de Investimentos da Amazônia (Finam) e do Nordeste (Finor) foram criados em 1974 com a finalidade de alavancar o desenvolvimento das regiões da Amazônia e do Nordeste, por meio da concessão de crédito ao setor produtivo, reduzindo, assim, as desigualdades regionais e socioeconômicas.

No entanto, a complexidade da sistemática, somada ao número de órgãos envolvidos em seu funcionamento (antigas Superintendências de Desenvolvimento Sudam/Sudene, Receita Federal do Brasil, Secretaria do Tesouro Nacional, Bancos Operadores) e os diversos acontecimentos econômicos dos anos 1990, com efeitos que repercutiram no Brasil e no mundo, culminaram no atraso da implantação dos projetos de empresas que tomaram créditos perante o Finam e o Finor, resultando na elevada inadimplência no pagamento dessas dívidas, frustrando o objetivo de retroalimentação destes Fundos.

Além disso, o MDR vinha realizando, há alguns anos, um trabalho de saneamento das carteiras desses Fundos, juntamente com a proposição de medidas para a renegociação das dívidas das empresas.

O objetivo final era pôr termo à forma de financiamento concedido pelos Fundos de Investimentos, encerrando suas carteiras e conferindo maior autonomia aos Bancos Operadores quanto à administração financeira e orçamentária, permitindo que sejam recuperados administrativamente e de forma mais célere os empréstimos realizados ao longo dos anos por meio do Finam e do Finor.

Ademais, em conformidade com a Lei nº 14.165/2021 - que dispõe sobre a possibilidade de quitação e de renegociação das dívidas em debêntures do Finam e do Finor, além de estabelecer as diretrizes para o desinvestimento, a liquidação e a extinção desses Fundos - no exercício de 2022, destaca-se a publicação da Portaria MDR nº 2.896/2022, que disciplinou os procedimentos, os requisitos e condições para a renegociação das dívidas e o encerramento dos Fundos – uma atualização da Portaria MDR nº 2.389/2021.

Essa atualização permitiu a realização do primeiro leilão de recompra de cotas pelo Finam e Finor, realizado em 21 de outubro de 2022, cujo deságio na negociação foi integralmente doado ao Fundo de Arrendamento Residencial (FAR).

Foram recompradas 94,9 bilhões de cotas pelo Finor e 49 bilhões de cotas pelo Finam, gerando uma doação de R\$ 40,6 milhões ao FAR para aplicação nas políticas habitacionais do Ministério, sem impacto nas contas públicas.

Com relação à administração das carteiras do Finam e do Finor, destacam-se as seguintes atividades realizadas no decorrer do exercício de 2022 pelas Representações do Norte (Renort) e do Nordeste (Renor), unidades vinculadas à Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Regional:

Atividades Desenvolvidas	Quantidade
Ações de Campo (Acompanhamentos de projetos)	4
Instauração de Processo Administrativo Apuratório	0
Cancelamentos de Incentivos	14
Liberação de Recursos	2
Cobranças Administrativas	0
Emissões de Certificado de Empreendimento Implantado - CEI	2
Encaminhamentos de Processos às Procuradorias da Fazenda Nacional (PNFs)	0
Repactuações de Dívidas em Debêntures	0
Revisão Administrativa	1
Emissões de Autorização de Encerramento de Projeto - ADEP	9
Total	32

Fonte: SFPP/MDR(2023)

A perspectiva para 2023 é a continuação do trabalho de saneamento das carteiras, de renegociação de dívidas e de recompra de cotas para, enfim, possibilitar o desinvestimento e a extinção desses Fundos.

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA REGIONAL SUSTENTÁVEL

O Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Regional Sustentável tem dois objetivos principais. O primeiro é viabilizar a estruturação e o desenvolvimento de projetos de concessão e de parcerias público-privadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e o segundo de promover instrumentos garantidores para parcerias público-privadas ou concessões.

Sua atuação se equilibrará num tripé de atividades principais, envolvendo a estruturação de projetos propriamente dita, a estruturação de garantias e a participação em fundos de investimento em infraestrutura.

O Fundo é constituído por recursos provenientes da integralização de cotas; de doações de qualquer natureza, inclusive de Estados, do Distrito Federal, de Municípios, de outros países, de organismos internacionais e de organismos multilaterais; do reembolso de valores despendidos e pelas bonificações decorrentes da contratação dos serviços de estruturação e do desenvolvimento de projetos de concessão e de parcerias público-privadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em regime isolado ou consorciado; da comissão pecuniária decorrente da concessão de garantias; do resultado das aplicações financeiras dos seus recursos; e de outras fontes que lhe vierem a ser destinadas.

A União está autorizada a participar, na qualidade de cotista desse Fundo, até o limite total de R\$ 11.000.000.000,00 (onze bilhões de reais).

A viabilização desse novo Fundo teve diversos avanços no ano de 2022 e início de 2023, dos quais se destacam:

- Publicação da Resolução nº 1, de 4 de abril de 2022, que aprova o Regimento Interno do Conselho do Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Regional Sustentável (CFDIRS);
- Publicação dos Editais n 01 e 02, de chamamento público para a seleção de administrador do FDIRS;

- Condução do processo seletivo do Chamamento Público para seleção de Administrador e Comunicação do resultado de sua Fase Classificatória; e
- Início das tratativas de elaboração do Estatuto do Fundo junto à instituição financeira selecionada e envio da Minuta do Estatuto para apreciação da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN.

RESULTADOS DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS

O FGTS tem como missão constituir reserva financeira para o trabalhador, de acordo com o seu tempo de serviço, e fomentar o investimento, contribuindo para o desenvolvimento do país e para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

O Ministério do Desenvolvimento Regional atuou como gestor das aplicações desse Fundo e, por intermédio da Secretaria-Executiva, foi responsável por acompanhar e definir metas para fomentar o desenvolvimento regional por meio da execução dos programas de habitação, saneamento básico e infraestrutura urbana previstos no orçamento do FGTS.

Nesse contexto, em 2022, foram aprovadas duas resoluções orçamentárias: a primeira aprovada por intermédio da Resolução CCFGTS nº 1.046, de 18 de outubro de 2022, tratou da reformulação dos orçamentos financeiro, operacional e econômico, para o exercício de 2022, e dos orçamentos plurianuais de aplicação, para o período 2023-2025. A segunda, aprovada na forma da Resolução CCFGTS nº 1.047, de 18 de outubro de 2022, tratou dos orçamentos financeiro, operacional e econômico para o exercício de 2023, bem como dos respectivos orçamentos plurianuais, para o período 2024-2026.

Para 2023, o orçamento aprovado para Habitação é de R\$ 68,1 bilhões para a contratação de obras (incremento de R\$ 3,7 bilhões em relação ao orçamento anterior) e R\$ 9,5 bilhões em subsídios para a aquisição de moradias.

Destaca-se que, até 2026, estão previstos R\$ 288,2 bilhões para a construção de novas unidades habitacionais. Além desse valor, R\$ 35 bilhões serão disponibilizados até 2026 para a concessão de descontos nos financiamentos para a aquisição da casa própria a pessoas físicas com renda familiar mensal de até R\$ 4,4 mil (incremento de R\$ 1 bilhão em relação ao orçamento anterior).

Ressalta-se, ainda, a manutenção das “Operações de Mercado do FGTS”, uma nova modalidade de aplicação, ainda pendente de regulamentação pelo Conselho Curador do FGTS – CCFGTS, que contempla os programas de saneamento básico e infraestrutura urbana, e que permitirá a expansão do investimento público, contribuindo para o alcance da missão do Fundo. Para o exercício 2023, foram previstos R\$ 300 milhões para Operações de Mercado em infraestrutura urbana e R\$ 1 bilhão em saneamento básico.

Para além das ações elencadas, foram realizados remanejamentos de recursos entre programas e entre Unidades da Federação, por solicitação do agente operador do Fundo, não resultando em prejuízo para nenhuma das modalidades de aplicação e materializando-se por meio das seguintes instruções normativas - IN do MDR: IN nº 23, de 21 de junho de 2022; IN nº 32, de 21 de setembro de 2022; IN nº 37, de 19 de outubro de 2022; IN nº 38, de 9 de novembro de 2022; IN nº 42, de 1º de dezembro de 2022; e IN nº 50, de 21 de dezembro de 2022.

Ressalte-se que a área de habitação recebeu um incremento de R\$ 4,47 bilhões a fim de se garantir a disponibilidade de recursos para a demanda por contratações nos respectivos programas e regiões.

Por fim, há de se destacar a aprovação das metas para o exercício de 2022 dos Indicadores Estratégicos do FGTS (Resolução CCFGTS nº 1.013, de 18 de novembro de 2021), utilizados para o acompanhamento da execução dos objetivos estratégicos, cujos resultados podem ser acompanhados no sítio eletrônico do FGTS

REVISÕES NORMATIVAS

Ao longo de 2022, o MDR atuou na elaboração da proposta de criação do Programa de Microcrédito Habitacional no FGTS e na revisão das diretrizes de aplicação dos programas de Habitação Popular, com o

objetivo de melhorar as condições das famílias para acesso ao financiamento habitacional, qualificar a demanda e reduzir o risco de crédito dos agentes financeiros.

Nesse sentido, realizou-se a reformulação da metodologia de cálculo do Desconto Complemento e a ampliação do valor concedido, bem como a revisão dos limites de renda familiar do Grupo 1 (de R\$ 2 mil para R\$ 2,4 mil), do Grupo 2 (de R\$ 4 mil para R\$ 4,4 mil) e do Grupo 3 (de R\$ 7 mil para R\$ 8 mil), nos termos da Resolução CCFGTS nº 1.040, de 7 de julho de 2022.

Outras medidas importantes foram a ampliação do prazo de amortização dos financiamentos de 30 para 35 anos (Lei nº 14.438, de 24 de agosto de 2022), e a autorização para caucionamento dos depósitos mensais do trabalhador no FGTS, utilizados para melhorar a condição de acesso da baixa renda aos financiamentos e aumentar o valor financiado (Resolução CCFGTS nº 1.048, de 18 de outubro de 2022).

Cabe ressaltar, ainda, a revisão dos valores limites de venda ou investimento de imóveis, segundo o recorte territorial, e a redução das taxas de juros do Grupo 3 (redução de 0,5%) e do Programa Pró-Cotista (redução de 1,00% para imóveis até R\$ 350 mil e de 0,5% para imóveis com valor superior a R\$ 350 mil), medida esta que foi prorrogada até 30 de junho de 2023 (Resolução CCFGTS nº 1.061, de 16 de dezembro de 2022).

Na área de infraestrutura urbana, considerando a possibilidade de ampliar a aplicação dos recursos do Programa Pró-Transporte, por meio da expansão da participação do setor privado nas operações de Infraestrutura Urbana, o MDR, em conjunto com o Ministério da Infraestrutura, propôs a alteração dos normativos que regulamentam o programa para incluir a previsão do acesso a financiamentos, com recursos do Fundo, a empresas participantes de consórcios e sociedades de propósito específico para a realização de intervenções que contribuam para a mobilidade urbana de regiões impactadas por concessão ou autorização de infraestruturas de transportes como rodovias, ferrovias, hidrovias, portos ou aeroportos.

Ademais, o MDR participou do Grupo de Trabalho instituído pela Resolução CCFGTS nº 1.049, de 18 de outubro de 2022, para discutir os trâmites e procedimentos da contratação e execução das operações de crédito financiadas com recursos do FGTS ao setor de saneamento, do qual também participaram representantes do Ministério da Economia, da Central Única dos Trabalhadores, da Força Sindical, da Confederação Nacional da Indústria e da Confederação Nacional do Sistema Financeiro.

Finalmente, enfatiza-se que outras ações relevantes e os desafios enfrentados durante o exercício de 2022 na aplicação dos recursos do FGTS serão apresentados por meio do Relatório de Gestão específico do Fundo, que será publicado no sítio eletrônico do FGTS (www.fgts.gov.br).

ORÇAMENTO OPERACIONAL FGTS - EXERCÍCIO 2022

CONTRATAÇÃO E METAS FÍSICAS

Áreas Orçamentárias	Orçamento Original	Orçamento Final	Execução	%	Valor de Investimento
Habitação	R\$ 64.400.000.000,00	R\$ 68.870.000.000,00	R\$ 61.605.653.586,00	89,45	R\$ 65.790.681.345,30
Infraestrutura Urbana	R\$ 6.000.000.000,00*	R\$ 3.500.000.000,00*	R\$ 322.205.628,29	9,21	R\$ 467.686.549,15
Saneamento Básico	R\$ 4.000.000.000,00*	R\$ 4.000.000.000,00*	R\$ 1.739.516.183,00	43,50	R\$ 1.994.235.641,03
Total	R\$ 74.400.000.000,00	R\$ 76.370.000.000,00	R\$ 63.667.375.397,29	83,37	R\$ 68.252.603.535,48

Fonte: Base de dados do Agente Operador e Painel FGTS MDR (<http://paineis.mdr.gov.br/>)

Posição: 11/01/2023

Observação: Valor de Investimento = Financiamento FGTS + contrapartida

*Não considera os valores das Operações de Mercado (R\$ 300 milhões da área de Infraestrutura Urbana e R\$ 700 milhões da área de Saneamento Básico).

Áreas Orçamentárias	Metas físicas Unidade	Quantidade	Empregos gerados
Habitação	Famílias beneficiadas	383.166*	1.447.394
Infraestrutura Urbana	Habitantes beneficiados	553.740	10.289
Saneamento Básico		2.361.175	43.873
Total		1.501.556	

*Considera, apenas, a contratação com pessoas físicas no exercício.

Governança e Gestão Corporativa

Governança e Gestão Corporativa é o eixo que fornece a base fundamental para a atuação de todas as unidades do MDR.

A governança está intimamente ligada com o direcionamento estratégico da organização, com fundamento em evidências e levando em conta os interesses da sociedade brasileira e das partes interessadas. A gestão, por sua vez, envolve o planejamento, a implementação das diretrizes estabelecidas e seu controle a fim de viabilizar a adequada execução da estratégia organizacional (TCU, 2021).

O eixo de Governança e Gestão Corporativa está organizado em 6 subeixos estratégicos:

- I. Governança: engloba as ações relacionadas às temáticas liderança, estratégia, controle, riscos e integridade do Ministério;
- II. Gestão de pessoas: onde se encontram as ações relacionadas a pessoal, como valorização dos servidores, promoção da qualidade de vida no trabalho e aperfeiçoamento da governança em gestão de pessoas;
- III. Gestão de tecnologia: corresponde às ações de planejamento e desenvolvimento de tecnologias, em especial as de informação e comunicação, para apoio às atividades da Pasta;
- IV. Gestão de contratações e logística: relaciona-se às ações voltadas para a provisão de serviços, materiais e infraestruturas às unidades do Ministério;
- V. Gestão orçamentária e financeira: envolve as ações voltadas para o adequado aproveitamento das dotações e recursos disponibilizados para execução das competências do Ministério; e
- VI. comunicação interna e externa: engloba a comunicação organizacional e a gestão do conhecimento, bem como a comunicação com a sociedade.

A seguir, são apresentados os principais resultados e perspetivas para cada uma dessas áreas.

GOVERNANÇA

OBJETIVO ESTRATÉGICO	CONSOLIDAR UM MODELO DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA PAUTADO PELA INTEGRAÇÃO E INOVAÇÃO, COM FOCO EM RESULTADOS.	META 2020-2023	META 2022	VALOR APURADO
INDICADORES ESTRATÉGICOS				
IGG-TCU (Índice Integrado de Governança e Gestão Pública do TCU)	Alcançar a nota 0,58 para o Índice Integrado de Governança e Gestão Pública (iGG) até 2023		0,5	*
IGG-MDR (Desempenho de governança no MDR com base no índice Integrado de Governança e Gestão Pública)	Alcançar a nota 60 para o IGG MDR até 2023	55%	70,2%	
Índice de Maturidade em Gestão de Riscos	Atingir 70% de maturidade em gestão de riscos (Nível de Maturidade Aprimorado)	60%	56,26%	

* Não houve medição por indisponibilidade do sistema do IGG-TCU

Três indicadores foram adotados para acompanhamento dos avanços referentes à governança do MDR: o IGG-TCU (Índice Integrado de Governança e Gestão Pública do TCU), o IGG-MDR (Desempenho de governança do MDR com base no índice Integrado de Governança e Gestão Pública) e o Índice de Maturidade em Gestão de Riscos.

Quanto ao primeiro, trata-se de indicador elaborado pelo Tribunal de Contas da União que avalia o avanço das organizações em termos de sua governança e gestão e permite ter uma visão comparativa com as demais instituições da Administração Pública Federal. No ano de 2022, o sistema não foi disponibilizado para a apuração voluntária, motivo pelo qual o MDR passou a adotar indicador complementar, o IGG-MDR, baseado no do TCU, com método de cálculo próprio para apurar o desempenho da governança e gestão pública na Pasta com resultado, em 2022, de 70,2%.

Já o Índice de Maturidade em Gestão de Riscos, foi apurado por meio de questionário eletrônico respondido por todos os gestores ocupantes de FCE ou CCE de 10 a 15 no MDR. Do total de 304 gestores, 81 responderam ao questionário.

Com isso, após a apuração das questões, a partir da metodologia do Tribunal de Contas da União, obteve-se o índice de 66,26%, o que representaria o nível aprimorado de maturidade.

Entretanto, considerando grau de confiança de 95% e margem de erro de 10%, esse resultado poderia ser dez pontos percentuais a mais ou a menos. Como, nas apurações anteriores, considerou-se dez pontos percentuais a menos, o mesmo critério foi adotado em 2022.

Cabe destacar que houve um aumento significativo no total de gestores que participaram da pesquisa, o que revela uma sensibilização maior quanto ao tema.

RESUMO DE RESULTADOS – PROGRAMAS E INICIATIVAS

GESTÃO ESTRATÉGICA E ESTRUTURAÇÃO DE GOVERNANÇA

INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2021	META 2022	APURAÇÃO
Implantação de modelo de gestão estratégica de processos	% de Execução	31%	100%	98,75%
Projeto Fortalecimento da governança no MDR	% de Execução	37,75%	65%	67,5%
Novo sistema corporativo de gestão da carteira de investimentos (MDR Investe)	% de Execução	22,05%	55%	48,75%
Implantação de controles de qualidade de dados da carteira de investimentos do MDR	% de Execução	55%	60%	65,75%
Implantação de modelo de excelência em planejamento e gestão estratégica	% de Execução	49%	100%	100%

PRINCIPAIS AVANÇOS E PERSPECTIVAS

O Programa de Gestão Estratégica e Estruturação da Governança consiste num conjunto de iniciativas para consolidar um modelo de governança e gestão estratégica com utilização de ferramentas apropriadas, pautado pela integração e inovação, com vistas a subsidiar a atuação, tanto das áreas operacionais, quanto das

instâncias decisórias, com base em evidências históricos e registros da atuação e seus impactos, com foco no aprimoramento constante da capacidade de geração de resultados para a sociedade.

Após uma ampla revisão do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) em 2021, que trouxe melhorias metodológicas, além de novidades como a criação do novo Sistema de Gerenciamento do Planejamento Estratégico (Sisplan 2.0), do Portal da Estratégia (ferramenta de comunicação interna da estratégia) e do Painel Estratégico, apresentado ao Cigov em fevereiro de 2022.

No ano de 2022 foi implantado por completo o modelo de excelência em planejamento e gestão estratégica, com a incorporação de dinâmica de realização de reuniões de monitoramento mensais dentro de cada temática tratada no PEI para efetivação da gestão da estratégia.

O modelo do Ministério foi reconhecido internacionalmente com a aceitação de sua apresentação em Painel do XXVII Congresso Internacional do Centro Latino Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD), realizado em Sucre, na Bolívia, e o Sisplan recebeu o Selo Bronze de Modernização do Estado, concedido pelo Fórum Nacional de Modernização do Estado ligado à Presidência da República.

Avanços significativos também foram alcançados na implantação do modelo de gestão estratégica de processos a partir da aprovação da Metodologia de Gestão de Processos pelo Cigov, ainda no primeiro trimestre de 2022.

A partir de então, diversos processos definidos como prioritários foram mapeados e redesenhados, com o objetivo de subsidiar, apoiar, orientar, convergir, organizar e ordenar a gestão de processos do MDR, também foram publicados os manuais operacionais e desenhos dos processos.

Outra iniciativa que merece destaque é o Projeto Fortalecimento da Governança, que teve como principais avanços a publicação da Portaria MDR nº 1.509, de 02 de junho de 2022, que instituiu o Cigov e Portaria MDR nº 1.508, de 31 de maio de 2022, que instituiu o Programa de Fortalecimento da Governança.

Assim, no segundo semestre, foi aprovado e monitorado o Plano de Fortalecimento da Governança 2022.

Com relação à implantação do novo sistema corporativo para o cadastro e o acompanhamento da carteira de investimentos (MDR investe), integrado aos sistemas de seleção existentes, foram necessários ajustes no cronograma inicial do projeto. O sistema foi entregue em sua primeira versão em dezembro, com a subida para produção, com previsão de implementação para 2023.

Também foram realizadas tratativas ao longo do exercício para dar continuidade ao projeto de implantação de controles de qualidade de dados, iniciativa que visa à melhoria da qualidade das informações sobre a carteira de investimentos do MDR, por meio da integração de bases de dados existentes, formalização e normatização de processos e definição de regras de inconsistência e controles de monitoramento.

GESTÃO DE RISCOS, INTEGRIDADE E TRANSPARÊNCIA

INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2021	META 2022	APURAÇÃO
Implementar a gestão de riscos nos processos prioritários	% de Execução	0	50%	50%
Criação e aplicação de instrumento de avaliação do Programa de Integridade	% de Execução	0	70%	100%
Disponibilização de bases do MDR em formato de dados abertos	% de Execução	16%	92%	56%

PRINCIPAIS AVANÇOS E PERSPECTIVAS

Em 2022, no âmbito do programa de gestão de riscos integridade e transparéncia, foram realizadas oficinas e treinamentos com diversas unidades do MDR, visando à implementação da gestão de riscos nos processos prioritários e a criação e aplicação de instrumento para avaliação do programa de integridade.

Destaque-se, ainda, que os riscos estratégicos do MDR já foram identificados, avaliados e aprovados pelo Cigov, que também recebeu relatório com a compilação de todos os trabalhos realizados no tocante à gestão de riscos.

Com relação à iniciativa de criação e aplicação de instrumento de avaliação do Programa de Integridade, foi aplicado Questionário de Percepção da Integridade no período de 25/08/22 a 12/09/22. Os dados da pesquisa foram analisados e compilados em relatório próprio e foram utilizados para a criação de indicadores do Programa de Integridade, que serão apresentados no Plano de Integridade 2023.

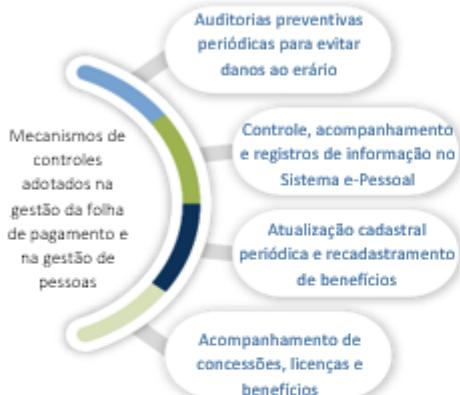
Por fim, no tocante à publicação das bases de dados do MDR no Portal de Dados abertos, um avanço significativo para a transparéncia e para o controle social, a meta apurada em 2022 registrou um avanço significativo, se comparado ao ano anterior, passando de 16% em 2021 para 56%. A expectativa para 2023 é de continuidade dos trabalhos, com implantação de diversas novas bases de dados da Pasta.

GESTÃO DE PESSOAS

1. CONFORMIDADE LEGAL

Legislação Aplicada

Para assegurar a conformidade com a Lei nº 8112/1990 e demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas, o Ministério do Desenvolvimento Regional observa o conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referendadas pelo Governo Federal e aos apontamentos dos órgãos de controle.

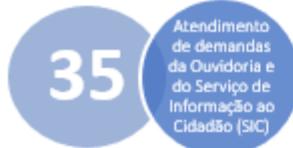


Reposição ao Erário

Foram instaurados processos para reposição de valores recebidos indevidamente por servidores, aposentados e beneficiários de pensão civil.

Total Restituído aos Cofres Públicos em 2022
R\$ 63.775,55

Prestação de Informações



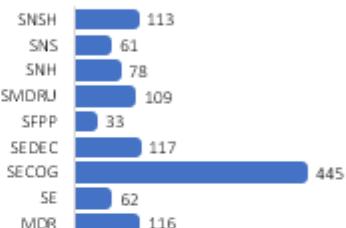
2. AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

O quadro de pessoal do MDR finalizou o ano de 2022, com 1.134 servidores, empregados públicos, contratados temporários e estagiários.

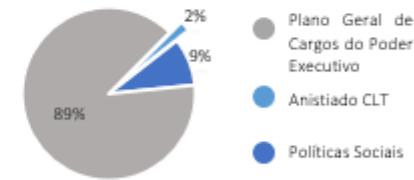
Fem: 48,6% Masc: 51,4% PCD: 1,9%

Distribuição da Força de Trabalho por Unidade de exercício

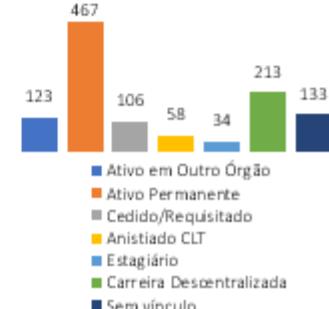
Área Meio: 54,9% Área Fim: 45,1%



Distribuição do Quadro Permanente em Carreira



Distribuição da Força de Trabalho por situação funcional



Evolução da Força



Servidores com Condições de Aposentadoria

24 *

* Total de servidores que recebem abono de permanência

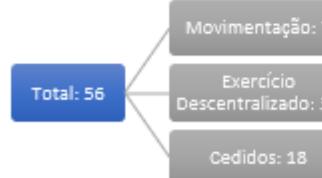
3. RECOMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Processos Seletivos

Para recomposição da força de trabalho do MDR foram abertos processos seletivos para servidores das carreiras transversais e para ocupação de cargos/funções vagas.



Recomposição Realizadas



Alocação de Servidores

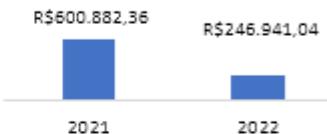
Em 2022, 52 servidores foram movimentados internamente a fim de adequar os perfis profissionais à necessidade de pessoal das unidades.

Despesas com Pessoal

O aumento em relação ao ano anterior da despesa detalhada como "Ativo", ocorreu, principalmente, em decorrência do aumento de ocupação de cargos e funções de confianças criadas na última reforma administrativa e que se encontravam vagos.

Além da ocupação dos cargos/funções do órgão, a contratação de estagiários e a recomposição da força de trabalho também contribuíram para o aumento das despesas.

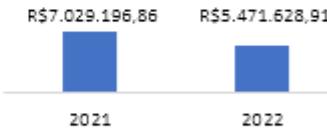
Ajuda de Custo



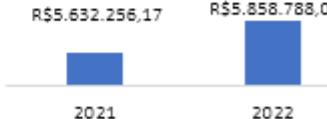
Auxílio Moradia



Benefícios



Inativos e Pensionistas



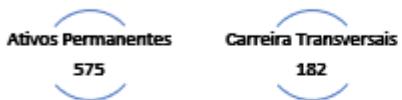
Ativos



4. ESTRATÉGIAS DE VALORIZAÇÃO POR DESEMPENHO

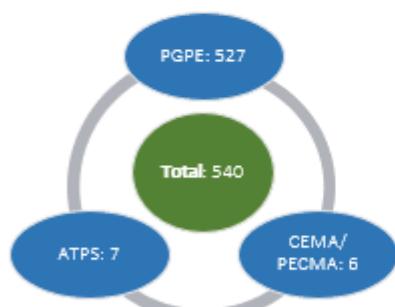
Avaliação de desempenho

O desempenho dos servidores é auferido anualmente por meio de processo de avaliação de desempenho, utilizando como referência as metas de desempenho institucional definidas para cada ciclo avaliativo. O ciclo avaliativo do MDR iniciou no dia 2/1/2022 e finalizou no dia 1/1/2023. Foram avaliados:



Progressão funcional

A progressão/promoção funcional é realizada com a participação de todos os servidores ativos que não se encontram no topo do cargo, com o intuito de promover o desenvolvimento funcional dentro da carreira a que pertencem.



Estágio Probatório

Servidores Aprovados no Estágio Probatório

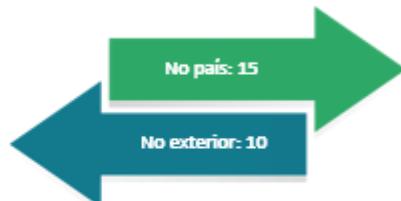
0

5. ESTRATÉGIAS PARA ALAVANCAR O DESEMPENHO E EFICIÊNCIA

Plano de Desenvolvimento de Pessoas

O Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) é um instrumento instituído pelo Decreto nº 9.991 de 28 de agosto de 2019, com a finalidade de elencar as ações de desenvolvimento necessárias à consecução dos objetivos institucionais de cada órgão.

Servidores Afastados para realização de ação de desenvolvimento



Ações de desenvolvimento



Orçamento utilizado nas ações de desenvolvimento

O orçamento utilizado para ações de capacitação de servidores e empregados públicos totaliza o valor:

Ações de Desenvolvimento com ônus

R\$ 1.531.608,71

Principais ações de desenvolvimento

- Programa de Desenvolvimento da Alta Liderança
- Mestrado Profissional em Gestão Pública
- MBA em Economia e Gestão
- Certificação Avançada em Infraestrutura, Concessões e Parcerias para Desenvolvimento

Programa de Gestão

Em 2022, o programa de gestão foi ampliado, conforme orientações, critérios e procedimentos gerais previsto no Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022. O programa de gestão demonstrou ser uma ferramenta eficaz para o aumento do desempenho e da eficiência.

6. VALORIZAÇÃO DO AMBIENTE E DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

Programa de Gestão

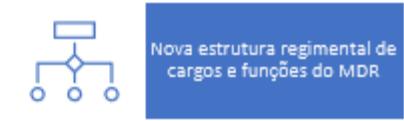
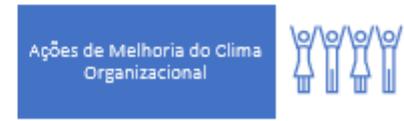
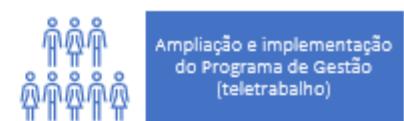
Na linha da valorização do ambiente e das condições de trabalho, alguns fatores tiveram uma melhora significativa com o programa de gestão:



Servidores no Programa de Gestão



7. PRINCIPAIS DESAFIOS



OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS E A VALORIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO, COM FOCO NO DESEMPENHO INSTITUCIONAL E NA MELHORIA DO CLIMA ORGANIZACIONAL																							
	INDICADORES ESTRATÉGICOS	META 2020-2023	META 2022	VALOR APURADO																				
Taxa de servidores capacitados	Aumentar para 76% a proporção de servidores capacitados.	70%	52,3%																					
<p>Com relação ao indicador “Taxa de capacitação dos servidores”, importa registrar que, embora sua meta não tenha sido alcançada, houve um avanço no percentual de servidores capacitados em relação ao exercício anterior, passando de 38,4% em 2021 para 52,3%.</p> <p>Há que se ressaltar que o MDR viabilizou muitas ações de desenvolvimento. No entanto, registra-se que um elevado número de servidores se capacitou em várias temáticas dentro da sua área de atuação, tendo a sua participação contabilizada apenas uma única vez (independentemente da quantidade de cursos realizados), em função da metodologia de cálculo do índice (% de servidores capacitados).</p> <p>Em 2022, no que se refere à gestão de pessoas, houve uma reformulação dos programas e iniciativas do PEI, a fim de conferir maior efetividade e visibilidade às ações desenvolvidas pela área. Apresenta-se a seguir o resumo dos resultados obtidos.</p>																								
<h3>RESUMO DE RESULTADOS – PROGRAMAS E INICIATIVAS</h3> <h4>DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS</h4> <table border="1"> <thead> <tr> <th>INICIATIVAS</th> <th>INDICADOR</th> <th>STATUS 2021</th> <th>META 2022</th> <th>APURAÇÃO</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Mestrado Profissional em Gestão Pública</td><td>% de Execução</td><td>30%</td><td>65%</td><td>89,2%</td></tr> <tr> <td>MBA em Economia e Gestão: Planejamento, Financiamento e Governança Pública</td><td>% de Execução</td><td>55,5%</td><td>60%</td><td>84,4%</td></tr> <tr> <td>Rota de Desenvolvimento das Áreas Finalísticas</td><td>Servidores das unidades finalísticas capacitados</td><td>-</td><td>159</td><td>136</td></tr> </tbody> </table>					INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2021	META 2022	APURAÇÃO	Mestrado Profissional em Gestão Pública	% de Execução	30%	65%	89,2%	MBA em Economia e Gestão: Planejamento, Financiamento e Governança Pública	% de Execução	55,5%	60%	84,4%	Rota de Desenvolvimento das Áreas Finalísticas	Servidores das unidades finalísticas capacitados	-	159	136
INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2021	META 2022	APURAÇÃO																				
Mestrado Profissional em Gestão Pública	% de Execução	30%	65%	89,2%																				
MBA em Economia e Gestão: Planejamento, Financiamento e Governança Pública	% de Execução	55,5%	60%	84,4%																				
Rota de Desenvolvimento das Áreas Finalísticas	Servidores das unidades finalísticas capacitados	-	159	136																				

Rota de Desenvolvimento das Lideranças e das Áreas de Gestão	Lideranças e servidores das áreas de gestão capacitados	-	228	419
---	---	---	-----	-----

PRINCIPAIS AVANÇOS E PERSPECTIVAS

Em 2022, no que se refere à gestão de pessoas, houve uma reformulação dos programas e iniciativas do PEI a fim de conferir maior efetividade e visibilidade às ações desenvolvidas pela área.

No âmbito do Programa de Desenvolvimento de Pessoas, foram iniciados em 2022 os cursos de pós-graduação lato sensu (MBA de planejamento, financiamento e governança pública), com término previsto para julho de 2023 e de pós-graduação strictu sensu (mestrado profissional em gestão pública), sendo que este último já conta com uma segunda turma programada para 2023.

Nesse contexto, ainda no que se refere ao desenvolvimento de pessoas, foram criadas as iniciativas Rotas de Desenvolvimento das Áreas Finalísticas e Rotas de Desenvolvimento das Lideranças e das Áreas de Gestão na esteira de uma alteração da estratégia da gestão de pessoas, com uma abordagem mais ativa em relação à adesão dos servidores às ações de desenvolvimento.

APERFEIÇOAMENTO DA GOVERNANÇA DA GESTÃO DE PESSOAS

INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2021	META 2022	APURAÇÃO
Institucionalização da Política de Gestão de Pessoas	% de Execução	-	100%	100%
Aperfeiçoamento da Política de Desenvolvimento de Pessoas	% de Execução	-	100%	86,8%
Aperfeiçoamento da Política de Movimentação Interna	% de Execução	-	100%	93%
Aperfeiçoamento da Política de Qualidade de Vida*	% de Execução	-	0%	0%
Aperfeiçoamento da Política de Desempenho do Servidor*	% de Execução	-	0%	0%

PRINCIPAIS AVANÇOS E PERSPECTIVAS

Com relação ao programa de Aperfeiçoamento da Governança da Gestão de Pessoas, suas iniciativas consistiam na elaboração de Portarias de institucionalização ou revisão das políticas a que se referem, a fim de estabelecer ou aperfeiçoar as regras e procedimentos no âmbito do MDR.

Em 2022, foi publicada a Portaria MDR nº 2.708, de 2 de setembro, instituindo a Política de Gestão de Pessoas com a finalidade de estimular o desenvolvimento do quadro funcional e estabelecer valores, princípios e diretrizes para nortear as ações de gestão de pessoas do MDR.

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2021	META 2022	APURAÇÃO
Fortalecimento da Identidade Organizacional	Eventos realizados	-	13	11
Prêmio Destaque MDR	Eventos realizados	-	1	1
Projeto Boas-Vindas: Onboarding de servidores e estagiários	% de Execução	-	10%	10%

PRINCIPAIS AVANÇOS E PERSPECTIVAS

Quanto ao Programa Qualidade de Vida no Trabalho, destaca-se a realização do Prêmio Destaque MDR em novembro de 2022 em evento que reconheceu 99 colaboradores pelos serviços prestados à Administração Pública em quatro categorias: desempenho, liderança, jubileu de prata e trajetória no serviço público.

Já por meio da iniciativa de Fortalecimento da Identidade Organizacional, foram realizados onze eventos via plataforma Microsoft Teams "Café com Gestão de Pessoas", em que foram abordados diversos temas de interesse dos servidores, sempre contando com interação marcante dos participantes.

Por fim, o projeto Boas-Vindas: Onboarding de servidores e estagiários, iniciado no final do ano, com previsão de implementação ao longo de 2023, buscou a integração dos servidores recém ingressados no Ministério, indicando as principais diretrizes e orientações.

Além disso, tinha como objetivo buscar melhores condições de trabalho para os servidores que se encontram no Programa de Gestão, trazendo dicas e boas práticas.

GESTÃO DE TECNOLOGIAS

CONFORMIDADE LEGAL

No tocante à gestão, fiscalização e planejamento de contratações de tecnologias da informação e comunicação (TIC) foi utilizada pelo MDR a seguinte legislação base: Lei nº 8.666/1993, IN SGD/ME nº 01/2019, IN SEGES/ME nº 73/2020, IN nº 65/2021, dentre outras.

MODELO DE GOVERNANÇA DE TI

O Modelo de Governança de Tecnologia da Informação do Ministério do Desenvolvimento Regional tinha como principal instância o Comitê de Governança Digital do MDR – CGD/MDR.

O MDR empreendeu uma série de ações para assegurar a conformidade legal da governança e da gestão de TI, dentre elas: aprimoramento do funcionamento do Comitê de Governança Digital (CGD) e da Comissão Técnica do Comitê de Governança Digital, execução e monitoramento dos principais planos de TI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação, Plano de Dados Abertos e Plano de Transformação Digital.

MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS EM TI

	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	INFRAESTRUTURA, SUPORTE E SEGURANÇA DE TI	VALORES TOTALIZADOS (CGTI)
MONTANTE EMPENHADO	R\$ 1.482.000,00	RS 20.499.103,88	R\$ 21.981.103,88
MONTANTE EXECUTADO	RS 502.432,58	RS 15.463.295,75	R\$ 15.965.728,33

CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES DE RECURSOS DE TI

- * Contrato nº 61/2021 (SIGMA DATASERV). Objeto: desenvolvimento e manutenção de soluções informatizadas, executadas por meio de metodologia de desenvolvimento de sistemas definida pelo MDR.
- * Contrato nº 02/2022 (ORION). Objeto: manutenção preventiva, corretiva, evolutiva e de monitoramento em regime 24x7x365, incluindo fornecimento de peças originais e materiais para as Salas Cofres.
- * Contrato nº 06/2022 (ALLTECH). Objeto: licenciamento de solução para proteção de estações de trabalho, servidores e dispositivos móveis e expansão de proteção contra ameaças.
- * Contrato nº 31/2022 (SEAL TELECOM). Objeto: VoIP (Voice over Internet Protocol) para substituição dos ramais digitais e analógicos do MDR, bem como integração total com soluções de vídeo.
- * Contrato nº 44/2022 (GLOBAL SEC). Objeto: solução de firewall de próxima geração e firewall de aplicação web, balanceador de carga e publicador de DNS.
- * Contrato nº 45/2022 (SYSTECH SISTEMAS). Objeto: aquisição de 80 computadores tipo desktop – alta performance.
- Contrato nº 46/2022 (DATEN). Objeto: aquisição de 320 computadores tipo desktop – performance.

PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS) E RESULTADOS NA ÁREA DE TI

Na seara de Governança de TIC, destaca-se a implementação de diversas ações que proporcionaram o aprimoramento da governança de TIC e a integração das práticas de governança e gestão de TIC às estratégias e planos do MDR. As principais iniciativas foram:

- Painel de Necessidades de TIC: definição de painel com as necessidades de TIC inventariadas por meio do sistema SisPDTIC;
- Plano Diretor de Tecnologia da Informação para o período de 2023-2026;

- Minuta do novo Modelo de Governança de TIC: definição da minuta do novo modelo de governança de TIC, constituído por um conjunto de práticas relacionadas à governança e ao aprimoramento da gestão de TIC;
- Minuta de Plano de Comunicação: elaboração da minuta do plano de comunicação entre as unidades de governança e gestão de TIC;
- Norma de Correio Eletrônico: revisão da norma para readequação de procedimentos para utilização dos serviços de correio eletrônico.
- Norma de Gestão de Ativos: revisão, consolidação e gestão de requisitos de segurança a serem seguidos para manter a proteção adequada dos ativos de tecnologia da informação;
- Norma de Procedimentos de Telefonia: Aperfeiçoamento do regramento dos serviços de telefonia para que esteja alinhado com os procedimentos e regras atuais de ajuste nos valores dos limites de gastos mensais;
- Revisão do Manual do Processo Realizar Contratações. Revisão do manual de contratações do MDR para aprimorar sua aderência ao processo de contratações de soluções de TIC;
- Norma de disponibilização e utilização de equipamentos de informática: revisão da norma para a atualização de procedimentos de utilização de equipamentos de informática criando mecanismos de maior controle, responsabilidade e transparência, permitindo obter informações mais claras sobre a guarda e condições dos equipamentos;

Na busca de prover instrumentos de transparência e controle da governança e da gestão de TIC, as principais iniciativas foram:

- TI Virtual (<https://integracao.sharepoint.com/sites/tivirtual>): Criação de canal de comunicação, divulgação de dicas de segurança e cursos de capacitação;
- Painel de Empenhos e Pagamentos: criação de painéis para facilitar a comunicação referente aos empenhos e pagamentos;

- Transparéncia Ativa (<https://www.gov.br/mdr/pt-br/acesso-a-informacao/governanca/comite-de-governanca-digital>): encaminhamento e monitoramento da disponibilização em transparéncia ativa dos documentos referentes ao Comitê de Governança Digital.

Na área de sistemas e desenvolvimento de soluções de TI, as iniciativas de destaque foram: Painel de Gestão de Riscos, Painel da Corregedoria, Painel do sistema Selehab Pró-Moradia, Painel do sistema Selehab Regmel, Painel de acompanhamento dos projetos, Migração dos painéis do Atlas Digital (S2ID), Internalização e construção das rotinas do MDR Investe, Internalização do site de parcerias público-privadas, concessões, desestatizações e captação de patrocínios privados, Sistema SINISA, Integração do IDAP com o Whatsapp, Sistema MDR Investe, Metodologia de Desenvolvimento de Software, Arquitetura de referência para desenvolvimento de software, Padrão de layout para os novos sistemas do MDR, Migração do Portal Capacidades e Migração do Portal SNIS.

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Com o objetivo de aprimorar a segurança da informação no MDR, foram realizadas diversas ações, dentre as quais destacam-se:

- Campanhas de conscientização em segurança da informação (Informe MDR): elaboração de peças, com uso de imagens e textos de conscientização sobre os riscos de segurança.
- Norma de Instituição da Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos – ETIR: responsabilidade de realizar o tratamento e dar resposta a incidentes em redes computacionais e o gerenciamento e garantia da confidencialidade, integridade e disponibilidade dos serviços executados (Portaria nº 3398, de 28 de novembro de 2022).
- Norma de Controle de Acesso: elaboração de norma para o gerenciamento do acesso à rede de computadores, regulando os procedimentos de criação de conta de usuário e estabelecendo regras e procedimentos das formas de acesso (Instrução Normativa nº 33, de 29 de setembro de 2022).
- Norma de Backup: revisão de normativo para Inclusão de novos termos e procedimentos dos critérios e regras relacionados à segurança de cópias de backup (Instrução Normativa nº 28, de 03 de agosto de 2022).
- Identificação das normas de segurança de TIC aplicáveis ao MDR e do grau de atendimento: levantamento e identificação das normas de segurança de TIC aplicáveis ao MDR, definição das que serão aplicadas no órgão e identificação do atual grau de atendimento às normas.
- Implementação da Política Nacional de Segurança da Informação (PNSI), que abrangerá a segurança cibernética, defesa cibernética, segurança física e a proteção de dados organizacionais do MDR.
- Designação do Gestor de Segurança da Informação do MDR, que tinha a função de assessorar a alta administração na implementação da Política de Segurança da Informação, além das atribuições definidas no art. 19, da Instrução Normativa PR/GSI nº 1, de 27 de maio de 2020 (designado por meio da Portaria nº 2447, de 1º de agosto de 2022).
- Instituição do Comitê de Segurança da Informação (CSI), que tinha as funções de deliberar sobre a PNSI no seu âmbito de atuação, conforme os incisos I a IV, § 3º, art. 15 do Decreto nº 9637/2018, e assessorar na implementação das ações de segurança da informação, dentre outras (constituído no MDR por meio da Portaria nº 2829, de 14 de setembro de 2022).
- Início da elaboração da Política de Segurança da Informação (POSIN), normativo que estabelecerá em 2023 medidas para proteção da informação das diversas ameaças visando preservar a integridade, confidencialidade, disponibilidade e autenticidade dos ativos de informação.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROVER E DISPONIBILIZAR TEMPESTIVAMENTE SOLUÇÕES DE TIC INTEGRADAS, SEGURAS E DE ALTO DESEMPENHO	Orientação regular aos usuários acerca da segurança de TIC	Quantidade de ações realizadas de orientação aos usuários	1	12	23
INDICADORES ESTRATÉGICOS	META 2020-2023	META 2022	VALOR APURADO			
Índice de execução das ações do PDTIC	Realizar 70% das ações previstas *	70%	53%			
Índice de atendimentos de chamados de TI de média e baixa complexidade dentro do prazo	Atender 98% dos chamados de TI no prazo contratado	97%	95,79%			

*A meta corresponde aos exercícios de 2020 a 2022 respeitando o ciclo do PDTIC.

Com relação ao indicador Índice de execução das ações, cumpre destacar que o PDTIC teve vigência a partir de julho de 2020 até dezembro de 2022. Esse plano definiu inicialmente 46 necessidades, 06 metas e 110 ações.

Durante a sua execução foram incluídas 16 novas ações e 07 foram excluídas. Com relação às ações, em apuração realizada em 30.11.2022, verificou-se que 64 foram concluídas, 29 estão em andamento, 27 não foram iniciadas e 07 foram excluídas.

Ainda em 2022, o indicador “Índice de Atendimento de Chamadas de TI dentro do prazo” foi dividido em dois novos indicadores, sendo um para as chamadas de média e baixa complexidade e outro para as chamadas de alta complexidade, especialmente para considerar mais apropriadamente a realidade contratual e de pessoal da CGTI, pela dificuldade na pactuação de prazo para atividades de alta complexidade.

RESUMO DE RESULTADOS – PROGRAMAS E INICIATIVAS

APRIMORAMENTO DA SEGURANÇA DE TIC

INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2021	META 2022	APURAÇÃO
Realizar estudo de conformidade às normas de segurança de TIC existentes	% de Execução	-	60%	55,5%
Implantação da Equipe de Tratamento de incidentes de Rede-ETIR	% de Execução	-	70%	81,25%

PRINCIPAIS AVANÇOS E PERSPECTIVAS

No Programa de Aprimoramento da Segurança de TIC, com relação à iniciativa de implantação da orientação regular aos usuários acerca da segurança de TIC, foram realizados dois ciclos de divulgação de dicas de segurança com informativos por meio do Informe MDR.

No tocante à implantação da Equipe de Tratamento de Incidentes de Rede – ETIR, a meta prevista foi superada. A nomeação da equipe ocorreu e o regimento interno foi instituído com a publicação da Portaria MDR nº 2913/2022 e está em elaboração a Política de Gestão de Incidentes de TIC.

Além disso, foi iniciado estudo de conformidade às normas de segurança de TIC existentes. Também foi definido o modelo do documento para realizar a identificação das normas aplicáveis. Por fim, destaca-se que foi realizado estudo para identificação do grau de atendimento às normas.

MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA

INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2021	META 2022	APURAÇÃO
Renovação de soluções de Segurança em TIC	% de Execução	75,5%	100%	96%
Disponibilização de Apoio Técnico Especializado em TIC	% de Execução	0%*	100%	64%
Disponibilização de Serviços de Inteligência Artificial e de Dados	% de Execução	55%	55%	61%

*Apuração revisada em 2022

PRINCIPAIS AVANÇOS E PERSPECTIVAS

No Programa de Modernização Tecnológica, na iniciativa Disponibilização de Serviços de Inteligência Artificial e de Dados, a contratação e a disponibilização dos serviços foram realizadas e as etapas de prospecção e contratação dos serviços para automação de processos estão programados para avançar ao longo de 2023.

Na iniciativa de disponibilização de apoio técnico especializado em TIC, foram solicitadas alterações no escopo da contratação. Assim, os documentos de planejamento da contratação estão sendo revisados, retardando o progresso da iniciativa. O planejamento da contratação foi realizado, no entanto foram solicitados ajustes na pesquisa de preços e no Termo de Referência apresentados.

A iniciativa que trata de renovação das soluções de segurança de TIC avançou, alcançando 96% de execução, restando apenas a contratação de um lote do firewall para proteção contra ataques e exploração de vulnerabilidades prevista para o início de 2023.

GESTÃO DE CONTRATAÇÕES E LOGÍSTICA

CONFORMIDADE LEGAL

Para a realização de licitações e formalização de contratos, é utilizada pelo MDR a legislação base: Lei nº 8.666/1993; Lei nº 10.520/2002; Lei nº 12.232/2010; Lei nº 14.133/2021; IN 5/2017, IN 3/2018; IN 1, de 10 de janeiro de 2019; IN 1, de 4 de abril de 2019; IN 73/2020; IN 67/2022. Além dessas, é importante salientar a confecção de normas internas que ajudam a nortear as atividades realizadas, como a IN 12/2021, que trata do PAC no âmbito do Ministério, as Portarias 730/2020, 2.708/2021 e 1014/2020, que tratam de delegação de competências, e a Portaria 1431/2020, que cuida da padronização de procedimentos para a emissão de Atestados de Capacidade Técnica.

LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES REALIZADAS

- **11 Pregões Eletrônicos**
- **11 Dispensas de Licitação**
- **45 Inexigibilidade de Licitação**

MELHORIAS IMPLEMENTADAS

No que se refere às iniciativas para melhoria do setor de contratações e logística, foi registrado avanço no mapeamento dos seguintes processos relacionados a planejamento e gestão de contratações:

planeamento de contratações, seleção de fornecedores (por pregão eletrônico, a SRP, dispensa e inexigibilidade), bem como a gestão e fiscalização de contratos.

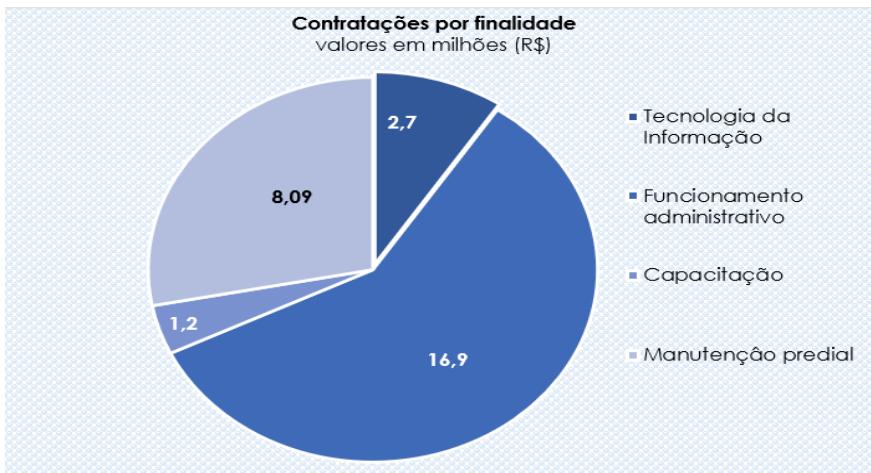
Isso permitiu a padronização de procedimentos, dos fluxos de trabalho e consequente ganho de eficiência na instrução dos procedimentos

CONTRATAÇÕES RELEVANTES

Além das principais contratações diretas destacadas, cabe também evidenciar as abaixo apresentadas, alinhadas ao planejamento estratégico do MDR.

PRINCIPAIS CONTRATAÇÕES DIRETAS

Objeto	Valor	Justificativa	Objetivo Estratégico
Serviço de Facilities de Manutenção Predial	R\$ 8.090.224,03	Substituição de 13 contratos com o objetivo de integrar várias atividades inter-relacionadas e otimizar a gestão.	Promover a excelência em contratações públicas e gestão de serviços internos.
Aquisição e instalação de Arquivos deslizantes para a sede do MDR	R\$ 2.213.674,45	desocupação de espaço locado mais oneroso, transferindo os acervos para utilização de espaços próprios e diminuindo os custos da Instituição e permitindo o melhor gerenciamento dos documentos.	
Contratação de Solução de Telefonia VOIP	R\$ 7.409.484,00	modernização e atualização das conexões internas ao ambiente do MDR	Prover e disponibilizar tempestivamente solução de TIC integradas, seguras e de alto desempenho.
Ciclo de Capacitações na Nova Lei de Licitações – 14.133/2021	R\$ 158.000,00	Treinamentos na nova lei de licitações a fim de preparar o corpo técnico para operacionalização.	Promover o desenvolvimento de competências e a valorização da força de trabalho, com foco no desempenho institucional e na melhoria do clima organizacional.
IX Encontro Nacional de Obras Públicas e Serviços de Engenharia	R\$ 78.300,00	Aprimorar as competências dos servidores na temática de contratações governamentais de obras públicas com ênfase no debate dos principais procedimentos e boas práticas existentes.	
Treinamento em ArcGis para o corpo Técnico do MDR	R\$ 315.000,00	A incorporação e utilização de Sistemas de Informação Geográfica permite a realização de análises geoespaciais que subsidiam tomadas de decisão relativas às solicitações de transferência de recursos.	
Elaboração de Projeto de Circuito Fechado de TV	R\$ 29.900,00	Projeto executivo de solução para segurança integrada que garantir maior eficiência na ação preventiva contra atos lesivos de terceiros, como atentado às instalações, roubo ou furto de equipamentos.	Promover a excelência em contratações públicas e gestão de serviços internos.



Fonte: DA/MIDR(2023)

OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROMOVER A EXCELÊNCIA EM CONTRATAÇÕES PÚBLICAS E GESTÃO DE SERVIÇOS INTERNOS		
INDICADORES ESTRATÉGICOS	META 2020-2023	META 2022	VALOR APURADO
Tempo médio de planejamento da contratação	Atingir valor igual ou inferior a 110 dias de tempo médio de planejamento para subsidiar a avaliação de sua participação no processo de contratação	120	146,38
Tempo médio da fase interna de licitação	Atingir valor igual ou inferior a 150 dias de tempo médio da fase interna de licitação	165	180
Índice de editais alterados	Reducir o índice de editais modificados após questionamentos para valor igual ou inferior a 15%	20%	10%
Índice de licitações desertas ou fracassadas	Reducir o índice de licitações desertas ou fracassadas para valor igual ou inferior a 15%	20%	11%
Risco de descontinuidade contratual	Reducir o índice de contratos prorrogados em menos de 30 dias para valor igual ou inferior a 40%	44%	43%

Com relação às contratações, em 2022 foram criados cinco indicadores a fim de propiciar um melhor acompanhamento dos processos de contratações, a saber:

- Tempo médio de planejamento da contratação: a medição realizada no segundo semestre de 2022 indica que os 10 pregões realizados no período apresentaram um tempo médio de instrução da fase de planejamento em 146,38 dias. Destaque-se que o indicador leva em

consideração contratações/aquisições de naturezas simples e complexas. Um dos pregões restou fracassado e, por isso, foi desconsiderado do cálculo. Acredita-se que as medidas de mapeamento de processos, visando padronização de procedimento, e o ciclo de capacitações contribuíram para a melhoria da apuração;

- Tempo médio da fase interna de licitação: o indicador mede a fase interna da contratação, que engloba as fases de planejamento, elaboração de edital/contrato, parecer CONJUR, atendimentos das recomendações e publicação. Na medição do segundo semestre, as fases internas de Pregões eletrônicos duraram, em média, 182 dias, considerando objetos simples e complexos. Em relação ao exercício anterior, houve melhoria de eficiência. Acredita-se que as medidas de mapeamento de processos, visando padronização de procedimento, e o ciclo de capacitações contribuíram para a melhoria da apuração;
- Índice de editais alterados: na medição do segundo semestre, apurou-se a alteração de 01 edital entre 10 publicados, o que representa um índice de republicação de 10%. Considera-se que os planejamentos elaborados e editais desenvolvidos estão com excelente repercussão na fase externa, pois os certames publicados não refletiram em impugnações que exigissem alterações e consequentes republicações;
- Índice de licitações desertas ou fracassadas: o objetivo foi de medir eventuais erros de planejamento que prejudicaram a execução da licitação. Durante o exercício, foram publicados 11 pregões eletrônicos. 1 Deles restou fracassado, ou seja, todos os participantes foram inabilitados. Índice de 11% de pregões fracassados; e
- Risco de descontinuidade contratual: em medição do segundo semestre, detectou-se que 43% dos contratos administrativos de caráter continuado foram prorrogados com menos de 30 (trinta) dias de antecedência. Considera-se que, durante o exercício o indicador operou dentro do esperado. Ressalta-se que, por empenho das unidades envolvidas, não houve nenhuma descontinuidade contratual dos instrumentos de serviços essenciais.

RESUMO DE RESULTADOS – PROGRAMAS E INICIATIVAS

CONTRATAÇÕES E LOGÍSTICA EM AÇÃO

INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2021	META 2022	APURAÇÃO
Mapeamento do processo de planejamento e gestão de contratações	% de Execução	48,25%	100%	100%
Estruturação de trilha de aprendizagem para planejamento e fiscalização de contratos	% de Execução	0	100%	100%
MDR sem Papel	% de Execução	0	40%	80%
Sistemas Tarifas Caixa	% de Execução	-	70%	53,5%

PRINCIPAIS AVANÇOS E PERSPECTIVAS

No que diz respeito ao Programa Contratações e Logística em Ação, o projeto de Mapeamento do processo de planejamento e gestão de contratações foi concluído com a entrega do Manual Operacional “Realizar Contratações” e do Manual Operacional de Gestão Contratual.

Também foi concluída em 2022 a iniciativa que trata da Estruturação de trilha de aprendizagem para planejamento e fiscalização de contratos, tendo sido capacitados 170 servidores divididos nos temas de compras e contratações de serviços, obras e serviços de engenharia, Contratações Diretas (dispensas e inexigibilidades), contratação de serviços de terceirizados e gestão e fiscalização contratual em decorrência da publicação da Lei nº 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações).

O MDR desenvolveu, ainda, normativo para regulamentação interna da figura de Agente de Contratação e Fiscal contratual. Essa norma, após publicação, poderá garantir a segregação de funções entre servidores que atuam nos diversos temas licitatórios bem como dos Fiscais e Gestores na execução contratual.

Com relação ao projeto MDR Sem Papel, desenvolvido em parceria com a UNB, o destaque fica para o descarte de aproximadamente 25 toneladas de papel que estavam estocadas nas Unidades do MDR.

O término dessa iniciativa está previsto para 2023 e mais informações sobre o projeto podem ser encontradas em <https://sites.google.com/view/projeto-unbmdr?pli=1>.

A iniciativa que trata do Sistema tarifas Caixa encontra-se em andamento e alcançou 53,5% de execução em 2022, ficando um pouco aquém da meta inicialmente estabelecida dadas as complexidades que envolvem o projeto, mesmo assim, espera-se a sua conclusão ao longo de 2023.

GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

CONFORMIDADE LEGAL

Para as atividades de gestão patrimonial e infraestrutura utilizam-se as seguintes legislações como referência: Instruções Normativas 05/2017 – SEGES e 01/2019- SGD no planejamento da contratação; Instruções Normativas 05/2017 e 73/2020 nas pesquisas de preços; Modelos padronizados de termos de referência, edital e minutas de contrato AGU; IN 40/0-2020 na elaboração de Estudos Técnicos Preliminares; Análise Jurídica da Consultoria Jurídica junto ao MDR, Decreto n.º 9.373 de 11 de maio de 2018.

MUDANÇAS E DESMOBILIZAÇÕES RELEVANTES

- Com a devolução do Edifício Telemundi II, em dezembro de 2021, o Ministério passou a ter somente um edifício locado, o Ed. Celso Furtado;

OBRAS E ALTERAÇÕES DA INFRAESTRUTURA

- Reforma do bloco U no complexo da Agência Nacional de Águas;
- Reforma do telhado do bloco E na Esplanada dos Ministérios;
- Readequação dos espaços da Corregedoria, DA, Coordenação-Geral de Convênios, Coordenação-Geral de Contabilidade e Assessoria Especial de Controle Interno;
- Transferência para o Ed. Celso Furtado das Secretarias de Saneamento, Habitação e Mobilidade Urbana;
- Ampliação do refeitório;

- Estruturação do layout da Secretaria de Fomento e Parcerias Público Privadas (SFPP);
- Layouts projetados com conceito de espaços abertos e integrados, com melhoria na ventilação natural e permeabilidade visual entre as salas;
- Criação de espaços de coworking;
- Ampliação das áreas da AESP e ASCOM;
- Reestruturação dos espaços ocupados pela DIGEC, DIORF e DICT;
- Criação do gabinete para a SFPP.

Locações de imóveis e equipamentos

Valores anuais gastos com aluguel do edifício Celso Furtado

- Valor dispendido com aluguel no exercício de 2022:
 - R\$ 3.872.406,51

Gasto com terceirização de serviços e demandas de diárias e passagens



DESFAZIMENTO DE ATIVOS

Doação de bens móveis e de TI para a Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU e bens móveis ao Ministério da Infraestrutura

3.141 itens doados com valor total depreciado estimado em R\$ 307.908,60

No ano de 2022 não foram realizadas doações de bens a instituições privadas, conforme preceitua a Lei nº 9.504/97 - Lei das Eleições.

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS PARA 2023

Análise de processos

- Revisão de diversos contratos em virtude da recriação das Pastas de Cidades e Integração

Contratações em planejamento

- Vigilância
- CFTV

Intervenções nos espaços de trabalho (layout)

- Adequação de layout para as Pastas de Cidades e Integração
- Estruturação da Pasta Cidades e Integração com a redistribuição de espaços do Bloco e Ed. Celso Furtado para comportar as duas pastas.

SUSTENTABILIDADE

CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE NAS CONTRATAÇÕES E AQUISIÇÕES

Encontra-se em andamento as discussões para elaboração do manual de contratações sustentáveis, bem como a revisão do Plano de Gestão de Logística Sustentável.

CONSUMO DE RECURSOS

Consumo de energia elétrica e água/esgoto no Ed. Celso Furtado

Ed. Celso Furtado				
	2021		2022	
	Consumo	Valor (R\$)	Consumo	Valor (R\$)
Energia elétrica	756 mil kWh	646.039,51	892 mil kWh	775.937,56
Água e esgoto	2.486 m ³	70.960,70	4.350 m ³	125.620,04

Fonte: DA/SE/MIDR (2023)

O consumo de energia elétrica e água no Ed. Celso Furtado em 2022 foi aumentado em virtude do adensamento do Edifício Celso Furtado, que passou a abrigar grande parte dos colaboradores do Ed. Telemundi II, entregue em 1º/12/2021.

COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Ao longo de 2022, foram coletadas aproximadamente 65 toneladas de resíduos sólidos orgânicos e indiferenciados, encaminhadas para disposição final em aterros sanitários.

Este valor representa um aumento em relação ao ano de 2021, tendo sido provável consequência da retomada de parte do trabalho presencial e realocação dos colaboradores em virtude da devolução do Ed. Telemundi.

AÇÕES PARA REDUÇÃO DO CONSUMO DE RECURSOS NATURAIS

Ações para redução do consumo de água: rondas periódicas para detecção e correção de problemas nas instalações hidrossanitárias; instalação de arejadores nas torneiras dos banheiros do Ed. Celso Furtado e Bloco E; colocação de placas orientativas nos banheiros.

Ações para redução do consumo de energia elétrica: divisão de circuito de iluminação, com uso de vários interruptores, possibilitando o desligamento parcial das luminárias em um mesmo ambiente; utilização de sistema de iluminação com lâmpadas fluorescentes T5 no Edifício Sede (Bloco "E") e lâmpadas fluorescentes T8 no Edifício Celso Furtado por serem mais econômicas; rondas diárias, após o horário de expediente para desligar luzes e ar condicionado; desligamento automático dos aparelhos de ar condicionado às 19h.

COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA

A comunicação interna e externa é um assunto de suma importância para a efetivação da integração dos colaboradores do MDR, bem como para garantir que a sociedade esteja a par dos benefícios gerados e serviços prestados pelo Ministério. Nesse sentido, apresenta-se a seguir panorama da abordagem estratégica desta Pasta relacionada à Comunicação.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	MELHORAR A COMUNICAÇÃO E A INTERAÇÃO DO MDR COM OS PÚBLICOS INTERNO E EXTERNO, PRIORIZANDO O USO DE FERRAMENTAS DIGITAIS DE COMUNICAÇÃO.		
INDICADORES ESTRATÉGICOS	META 2020-2023	META 2022	VALOR APURADO
Taxa de respostas em posts e demais interações em redes sociais do MDR	Alcançar 90% de resposta em posts e demais interações em redes sociais do MDR até 2023.	70%	44,13%
Quantidade de Visitas ao Site do MDR	Aumentar a visualização anual de páginas no Portal MDR para 2.964.953 até 2023	2.799.289	4.113.841
Quantidade de visitas à página da Intranet	Ampliar a quantidade anual de visitas à página da intranet do MDR de modo a alcançar 182.769 acessos em 2023.	178.961	351.984

A interação com a sociedade nas redes sociais do MDR alcançou uma taxa de respostas em posts e demais interações em redes sociais de 44,13%, em 2022, ante os 54,93% apurados em 2021. Em relação ao assunto, faz-se importante registrar o hiato ocorrido no período das eleições por força da legislação sobre o tema. Com exceção a esse período, diversas ações de interação foram promovidas em nossas redes sociais (Twitter, Instagram, Facebook, Youtube e LinkedIn).

Com o foco em comunicar com eficiência e transparência as entregas do MDR à sociedade, por meio das suas ações, programas e serviços, utilizando os canais adequados e as melhores técnicas de comunicação, vem sendo desenvolvido um trabalho de aperfeiçoamento do alcance e do conteúdo da comunicação, integrando temas e canais, e examinando formas de divulgação que ampliem o alcance das mensagens institucionais junto à população.

Nesse sentido, a quantidade de visitas ao site do ministério superou significativamente a meta prevista para o exercício.

A comunicação interna também é considerada de suma importância para a efetivação da integração dos colaboradores do MDR. Por esse motivo, a Aescom, em parceria com as demais áreas do MDR, vem utilizando estratégias de comunicação para atingir o público interno da pasta, que resultaram em acréscimo substantivo na quantidade de visitas à página da intranet.

RESUMO DE RESULTADOS - PROGRAMAS E INICIATIVAS

COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA

INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2021	META 2022	APURAÇÃO
Produção de conteúdo de rádio para distribuição para veículos regionais	Quantidade de boletins de áudio produzidos	771	840	1065

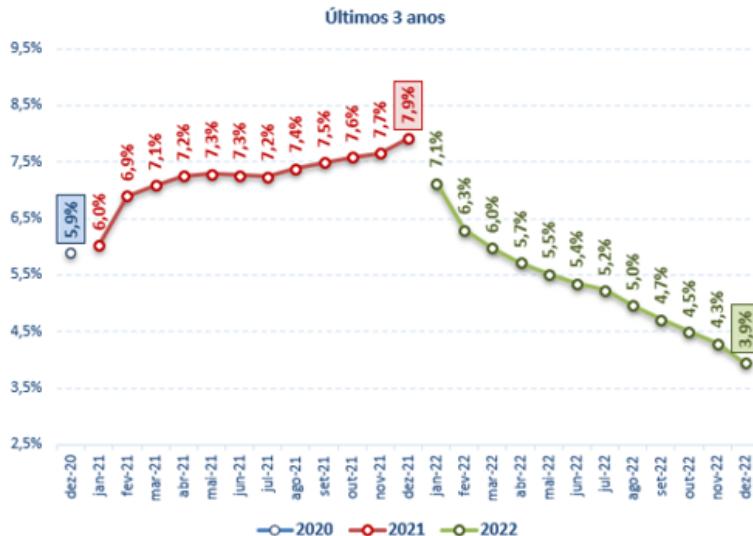
PRINCIPAIS AVANÇOS E PERSPECTIVAS

Com relação à iniciativa de produção e distribuição de conteúdo para rádios de diversas regiões do país, que visou ao atingimento de um maior número de brasileiros, ampliando o alcance das mensagens institucionais junto à população, também foi verificado um acréscimo de 38,1% na quantidade de boletins de áudio produzidos em 2022, em comparação com o ano anterior.

GESTÃO DE CUSTOS

A Setorial de Custos do Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR realizou a apuração do Indicador de Custos de Suporte Institucional – Isin, com frequência mensal, a fim de avaliar o tamanho do “custeio da máquina pública”.

Isin¹ de Dezembro de 2020 a Dezembro de 2022
Indicador ISIN = Despesas liquidadas com suporte dividido pelo total de despesas liquidadas no MDR



(1) Média mensal da razão entre despesas de suporte institucional e o total da despesa liquidada pelo MDR até o mês de referência dentro do ano.

Fonte: CGIE/Digec/SE/MIDR(2023)

No numerador do Isin estão as despesas com suporte institucional, tais como, pagamento de pessoal, aluguéis, manutenções, água, luz, tarifas à Mandatária CEF pela prestação do serviço de operacionalização dos instrumentos de repasse de recurso do MDR.

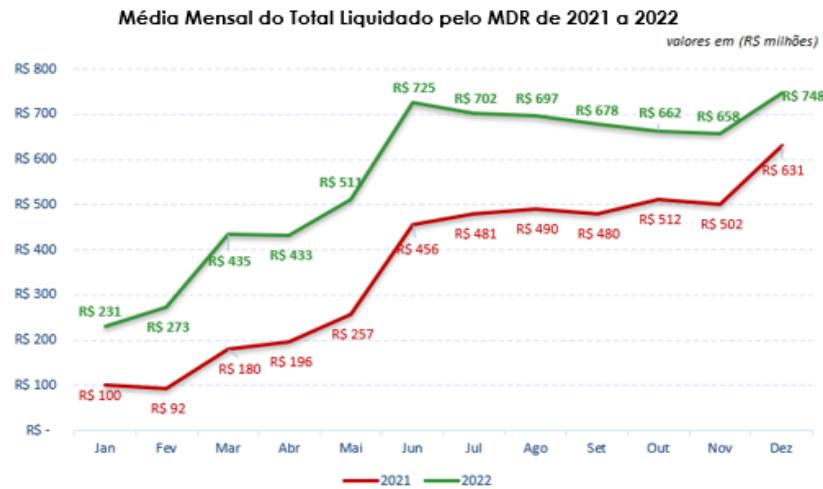
Já o denominador contém toda a despesa liquidada pelo MDR, tanto de suporte institucional, quanto para as políticas públicas do MDR, como contratos de investimentos em projetos de habitação, saneamento, mobilidade, desenvolvimento regional e urbano, segurança hídrica e defesa civil. Ao dividir a despesa total com suporte pelo total de investimentos do MDR é possível avaliar a participação do custo da máquina pública do MDR.

Conforme observa-se no Gráfico 1, em 2022 o indicador Isin reduziu 50,6%. Isso porque, enquanto em 2021 o MDR consumia cerca de R\$ 7,9 mil em custeio da máquina pública para cada R\$ 100 mil executado, em 2022, tal consumo foi de R\$ 3,9 mil para cada R\$ 100 mil executado.

A redução apurada se deve a dois fatores principais: a redução do custo médio mensal com tarifas da CEF e o aumento do valor médio mensal executado pelo MDR, conforme detalha-se a seguir.

DESPESAS COM SUPORTE INSTITUCIONAL (NUMERADOR DO ISIN)

O custo de suporte institucional em 2022 se estabeleceu em uma média de R\$ 21,9 milhões por mês. Em 2021, o custo com suporte era de R\$ 44,7 milhões por mês, em média. Assim, houve redução de 51% em 2022, devida, principalmente, à menor média mensal de despesas com tarifas da CEF, que passou de R\$ 26,7 em 2021 para R\$ 4,1 em 2022. Redução de 84,64%.



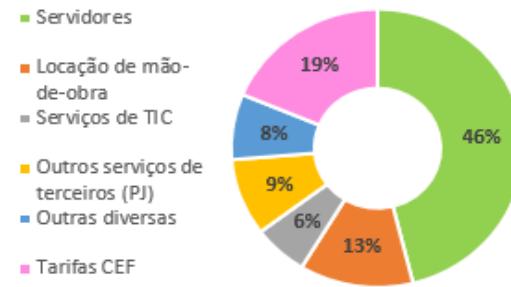
Fonte: CGIE/Digec/SE/MIDR (2023)

Ao avaliar o total liquidado pelo MDR, verifica-se que, durante todo o ano de 2022, o MDR trabalhou em níveis superiores a 2021, fechando o ano com uma média mensal do total liquidado de R\$ 748 milhões, 18,5% maior do que a de 2021. Dessa forma, o aumento dos recursos disponibilizados ao MDR contribuiu para a redução do Isin do MDR (Gráfico 1).

PRINCIPAIS CUSTOS INSTITUCIONAIS DO MDR EM 2022 (MÉDIA MENSAL)

- **Servidores:** R\$ 10,11 milhões / mês
- **Tarifas CEF:** R\$ 4,1 milhões / mês
- **Locação de mão-de-obra:** R\$ 2,76 milhões / mês
- **Outros serviços de terceiros (PJ):** R\$ 1,96 milhão / mês
 - **Top 3**
 - Serviços de comunicação em geral: R\$ 450,27 mil / mês
 - Locação de imóveis: 354,23 mil / mês
 - Manutenção predial: R\$ 290,93 mil / mês
- **Serviços de TIC:** R\$ 1,33 milhão / mês
- **Outras diversas:** R\$ 1,67 milhão / mês

Distribuição dos Principais Custos Institucionais do MDR em 2022



Fonte: CGIE/Digec/SE/MIDR (2023)

Em 2021, iniciou-se o desenvolvimento de metodologia para estimativa de custos unitários dos bens e serviços produzidos pelos programas governamentais de responsabilidade do MDR, com a proposta de incorporar à gestão dos custos do MDR informações relativas aos custos por área de atuação e por programa governamental.

Um desafio à essa metodologia foi o fato de que nem todos os instrumentos de transferência de recursos do MDR são operacionalizados pela Plataforma + Brasil, o aumento dos recursos disponibilizados ao MDR contribuiu para a redução do Isin do MDR que tem apresentado o desafio de relacionar as entregas do MDR às informações de variações patrimoniais no Sistema de Informações de Custos do Governo Federal – SIC.

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O subeixo de Gestão Orçamentária e Financeira envolve ações voltadas para o adequado aproveitamento das dotações e recursos disponibilizados para execução das competências do ministério.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	EFETIVAR A PLENA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS AÇÕES FINALÍSTICAS.		
INDICADORES ESTRATÉGICOS	META 2020-2023	META 2022	VALOR APURADO
Taxa de empenho das dotações finalísticas discricionárias, exceto créditos extraordinários	Executar 100% das ações finalísticas discricionárias	100%	98,8%
Percentual de Execução Orçamentária das Emendas Parlamentares	Executar 100% das emendas parlamentares impositivas	100%	99,7%

Foram adotados dois indicadores relacionados ao objetivo de efetivar a plena execução orçamentária das ações finalísticas.

Nesse sentido, quanto ao indicador referente à taxa de empenho das dotações finalísticas discricionárias, embora tenham ocorrido suplementações e desbloqueios até a última semana de 2022 ao orçamento do MDR, os créditos foram executados quase que integralmente, atingindo o percentual de 98,8% de empenho, enquanto o percentual apurado de execução orçamentária de emendas parlamentares impositivas foi de 99,7% de empenho, considerando o movimento fechado do exercício de 2022.

RESUMO DE RESULTADOS – PROGRAMAS E INICIATIVAS

PROGRAMA TODOS EMPENHADOS

INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2021	META 2022	APURAÇÃO
Padronização de processos de execução orçamentária e financeira	% de Execução	50%	50%	100%
Projeto de reforço da capacidade de execução orçamentária e financeira de final de exercício	Quantidade de servidores capacitados	15	5	12
Otimização de Restos a Pagar	Relação entre estoque de RAP antigo sobre o total	23%	20%	18,4%

Avaliação qualitativa da execução orçamentária e financeira

% de Execução
42% 80% 86,2%

PRINCIPAIS AVANÇOS E PERSPECTIVAS

No programa Todos Empenhados, foram estabelecidas iniciativas para efetivação da plena execução orçamentária das ações finalísticas do MDR, que envolvem: i) padronização de processos de execução orçamentária e financeira; ii) reforço da capacidade de execução orçamentária de final de exercício; iii) otimização de restos a pagar; e iv) avaliação qualitativa da execução orçamentária e financeira.

Quanto à padronização de processos de execução orçamentária e financeira, projeto que teve início no final de 2021, realizado no âmbito da SNH e da SNS, que consiste na tramitação de processos de empenho e pagamento pelo fluxo estabelecido pela Diretoria de Orçamento e Finanças, suas etapas foram concluídas e as unidades vêm sendo orientadas, desde então, sobre informações padrão necessárias ao andamento de processos dessa natureza.

No que se refere ao reforço da capacidade de execução orçamentária, houve a capacitação de 12 servidores, o que viabilizou o reforço das equipes para fazer frente ao fluxo processual elevado de final de exercício.

Quanto à otimização de restos a pagar, a iniciativa consistiu na realização de atividades para redução do quantitativo de restos a pagar mais antigos (superiores a quatro anos). Nesse sentido, verificou-se que em 2022 a relação entre estoque de RAP antigo sobre o total alcançou o percentual de 18,4%, que comparado ao apurado em 2021 (23%), demonstra o esforço contínuo do órgão, para redução de valores mais antigos de RAP.

No que se refere à avaliação qualitativa da execução orçamentária e financeira, que consistiu em iniciativa para balizar a priorização da destinação dos recursos do MDR a partir de relatórios gerenciais, foi alcançado o percentual de 86,2%.

A partir do projeto foi possível a geração de relatórios com informações para análise de dotações e execução das unidades, sob demanda, permitindo verificar o desempenho de ações orçamentárias específicas, análises qualitativas e quantitativas.

PROGRAMA APERFEIÇOAMENTO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2021	META 2022	APURAÇÃO
Otimização da gestão e do controle de processos de prestação de contas	Quantidade de pareceres financeiros em relação ao total de processos dentro dos prazos normativos	45%	30%	74,95%

PRINCIPAIS AVANÇOS E PERSPECTIVAS

Objetivando otimizar os resultados e melhorar o fluxo dos processos de prestação de contas, bem como de Tomada de Contas Especiais, o MDR priorizou a realização das seguintes ações:

- Adequação dos modelos dos documentos emitidos, com a padronização dos Pareceres Financeiros e Relatório de TCE, visando a redução do tempo de análise dos processos e buscando maximizar e ampliar os resultados e metas previstas;
- Implantação da Planilha Controle, que controla e prioriza análise a partir de prazos prespcionais de mais de 5700 processos, todos com status atualizados;
- Ajuste de fluxo interno, com readequação das atividades de apoio interno bem como o aprimoramento dos trâmites necessários, visando o ganho de escala;
- Redução do passivo de prestação de contas, a partir da elaboração de Plano de Ação estabelecendo melhorias no processo, alteração do fluxo de instauração de TCE e otimização dos procedimentos de cobrança prévia à TCE; e
- Atualização de normativos e indicação de novos normativos que objetivaram otimizar a análise de prestação de contas e as atividades da CGPC.

Dentre os normativos propostos, destacam-se:

i) Portaria MDR nº 241/2022, de 31/01/2022 ([3579190](#)), que alterou a Portaria nº 3.024/2021, de 02/12/2021, definindo novos valores de repasses federais pactuados, que sejam iguais ou inferiores a R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), indicando que será realizada por procedimento simplificado;

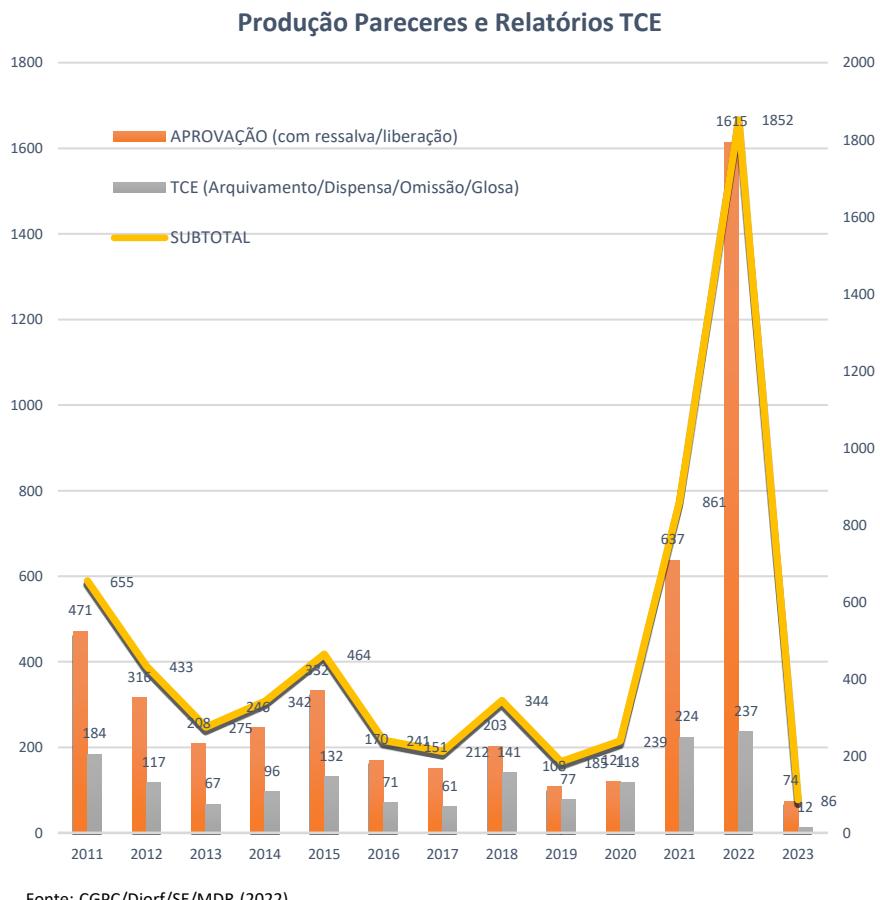
ii) Portaria MDR nº 893/2022, de 24/03/2022 ([3661298](#)), que estabeleceu os procedimentos a serem adotados pela Coordenação-Geral de Prestação de Contas de Convênios e de Tomada de Contas Especial nos pareceres financeiros que respaldam a instauração de Tomada de Contas Especial nos casos contemplados no artigo 6º, inciso II, da Instrução Normativa TCU nº 71, de 28 de novembro de 2012, com o propósito de regulamentar a matéria no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Regional, permitindo maior ênfase à economia processual nas análises dos processos;

iii) Portaria MDR nº 1.025/2022, de 07/04/2022 ([3683282](#)), que revogou a Portaria MDR nº 241/2022, de 31/01/2022, definindo procedimentos a serem adotados pela Coordenação-Geral de Prestação de Contas de Convênios e de Tomada de Contas Especial nas análises financeiras relativas às prestações de contas de recursos descentralizados mediante Convênios e Transferências Obrigatórias, e cujos valores de repasse federal sejam iguais ou inferiores a R\$ 1.500.000,00, instituindo os procedimentos de Análise Financeira Regular e Análise Financeira Detalhada; e

iv) Portaria MDR nº 3.608/2022, de 19/12/2022 ([4072372](#)) que revogou a Portaria MDR nº 962/2019, de 04/04/2019, atualizando os procedimentos de concessão de parcelamento administrativo de débitos junto ao Ministério do Desenvolvimento Regional, visando à ampliação das condições de acesso ao parcelamento, objetivando aumento na quantidade de termos firmados e maior efetividade na recuperação de danos (débitos) apurados, além de reduzir prazos e custos com instauração de tomada de contas especiais.

Todas as ações implementadas contribuíram para que houvesse um acréscimo significativo nas entregas realizadas pelo MDR, e na redução do passivo desta CGPC.

O gráfico a seguir evidencia o aumento na produção de Pareceres e Relatórios emitidos:



Observa-se um acréscimo de 260% na produção total de 2021 se comparado a 2020. Na comparação de 2022 a 2021, a evolução total foi de 115% (acréscimo).

No gráfico abaixo, verifica-se que somente em relação a Pareceres Financeiros o percentual foi de 426% de aumento da produção entre 2020 e 2021, e de 153% de aumento entre 2021 e 2022.



Já em relação a Tomada de Contas Especial - TCE, nota-se o aumento na produção de 89% de 2020 a 2021. Em 2022, ultrapassamos o quantitativo do ano de 2021, mesmo com redução significativa do quadro de colaboradores que atuam na área.



Com referência ao passivo da COAN, verifica-se uma redução de 58% quando comparamos o último mês de 2022 com o ápice de passivo de 2021.

Aguardando análise financeira



Fonte: CGPC/Diorf/SE/MDR (2022)

Nos dados referentes ao passivo de CTCE, observa-se no período a redução 42% no quantitativo de processos.

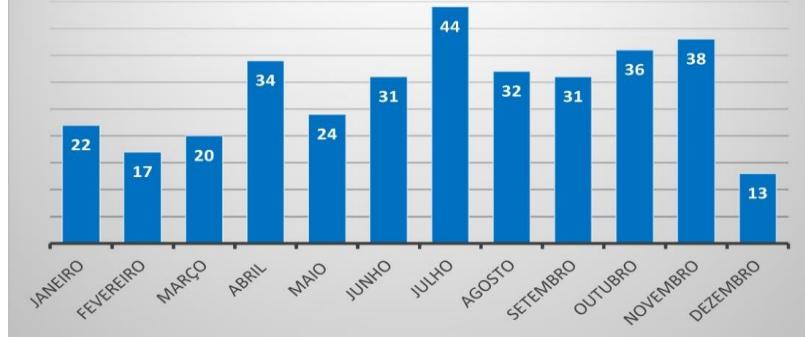
Aguardando Instauração/Dispensa de TCE



Fonte: CGPC/Diorf/SE/MDR (2022)

Ressalta-se que a CGPC atuou em atividades complementares da prestação de contas e de apoio às análises financeiras, buscando racionalizar procedimentos e melhor distribuir o fluxo interno na Coordenação. Dentre elas, os atendimentos contínuos aos órgãos de controle (diligências) e aos convenentes (e/ou seus representantes legais), conforme gráficos abaixo.

Atendimento de Diligência 2022



Fonte: CGPC/Diorf/SE/MDR (2022)

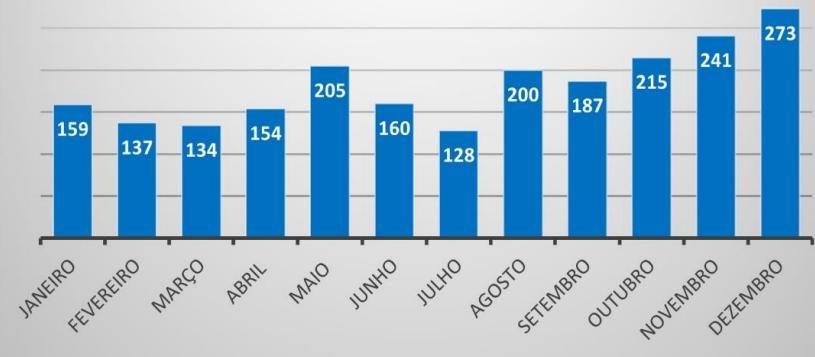
Atendimento de E-Mail 2022



Fonte: CGPC/Diorf/SE/MDR (2022)

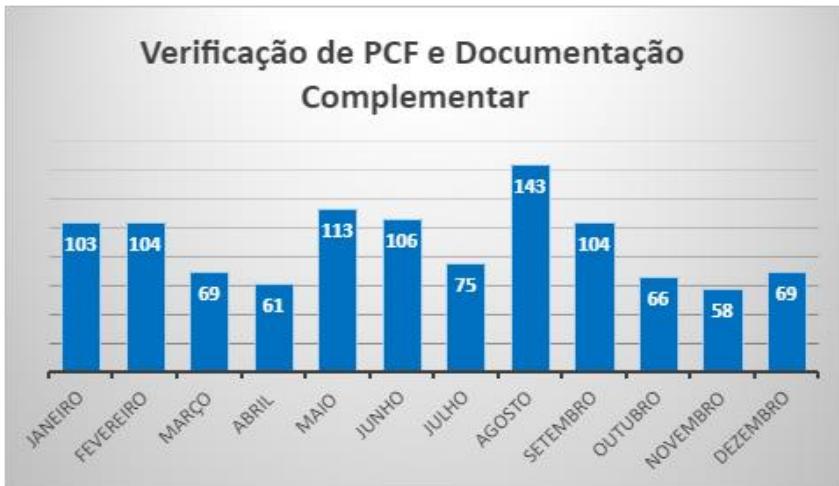
Outra atividade de apoio exercida foi a de Conformidade (verificação) da documentação da Prestação de Contas e notificação dos responsáveis diante de eventuais pendências. A atividade de Registros complementa as autorizações e aprovações determinadas pelos ordenadores de despesa e seu lançamento nos sistemas SIAFI/SICONV/CADIN (conforme autorização).

Notificações PCF e Documentação Complementar



Fonte: CGPC/Diorf/SE/MDR (2022)

Verificação de PCF e Documentação Complementar



Fonte: CGPC/Diorf/SE/MDR (2022)

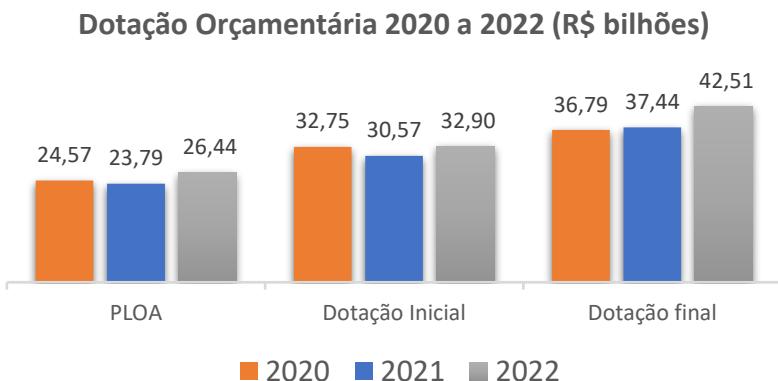
A seguir apresentam-se informações complementares acerca da gestão orçamentária do MDR.

CAPÍTULO V – INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

Evolução da Execução Orçamentária

A Lei Orçamentária Anual (LOA) 2022 ([Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022](#)) fixou para o Ministério do Desenvolvimento Regional e suas unidades vinculadas a dotação inicial de R\$ 32,90 bilhões que, após acréscimos e supressões (suplementações e cancelamentos) ocorridos durante o exercício, chegou à dotação final de R\$ 42,51 bilhões.

Gráfico 1: Dotação Orçamentária 2020 a 2022 (R\$ bilhões)



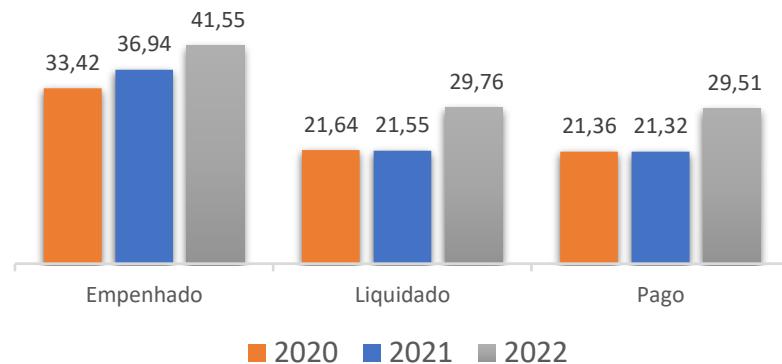
Fonte: Tesouro Gerencial

Com objetivo de dotar o ministério de orçamento suficiente para realizar com êxito suas políticas institucionais, diversas ações foram tomadas para ajustar o orçamento às necessidades do MDR, por meio da obtenção de dotações adicionais ao longo do exercício de 2022, notadamente quando se verifica a diferença entre o Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) (R\$ 26,44 bi) e a Dotação Final (R\$ 42,51 bi), isto é, houve incremento de R\$ 16,07 bilhões no orçamento do MDR, montante que representou um aumento de 61% no orçamento originalmente enviado ao Congresso.

Para efeito de comparação, em 2021 as suplementações representaram 57% do PLOA e em 2020, 49%. Registra-se, ainda, que, no último mês do ano, o Ministério recebeu créditos orçamentários que somados chegaram a aproximadamente R\$ 5,3 bilhões.

Gráfico 2: Execução da Despesa 2020 a 2022 (R\$ bilhões)

Execução da Despesa 2020 a 2022 (R\$ bilhões)



Fonte: Tesouro Gerencial

Nota-se que foram empenhados R\$ 41,55 bilhões, o que representa 97,7% da dotação final. A pequena diminuição no percentual empenhado, comparado ao ano de 2021, em que se atingiu 99% de empenho, deve-se a saldos de créditos extraordinários não executados, bem como ao volume de suplementações recebidas na última semana de dezembro, para as quais não houve tempo hábil para execução na integralidade.

Quando tratamos de recursos discricionários essencialmente destinados a ações finalísticas, predominantemente para obras de infraestrutura e projetos da Pasta, o índice de empenho sobe para 99%, repetindo o realizado em 2021.

Em relação a valores liquidados e pagos, identifica-se que o crescimento em 2022 aconteceu acompanhando a dotação atualizada da Pasta, que teve suplementações superiores no ano.

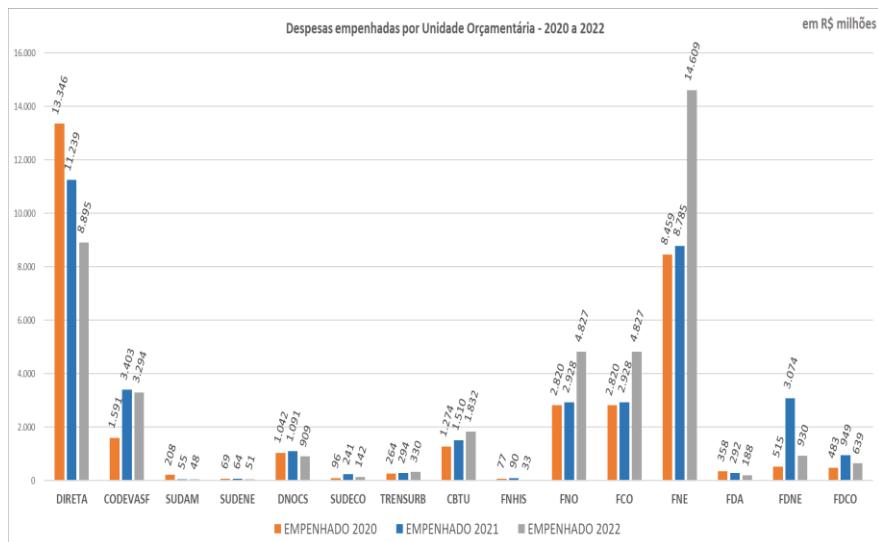
Para entender mais sobre as etapas de execução da despesa, [clique aqui](#).

Para mais detalhes sobre a execução orçamentária e financeira do MDR, [clique aqui](#).

Execução por Unidade Orçamentária

Caracterizada pela execução de projetos plurianuais focados em políticas públicas de habitação, saneamento, recursos hídricos e mobilidade urbana, dentre outros, a gestão orçamentária e financeira do Ministério do Desenvolvimento Regional é realizada pelas secretarias da administração direta, por empresas e entidades vinculadas, além de Fundos que apoiam e financiam o desenvolvimento de políticas públicas.

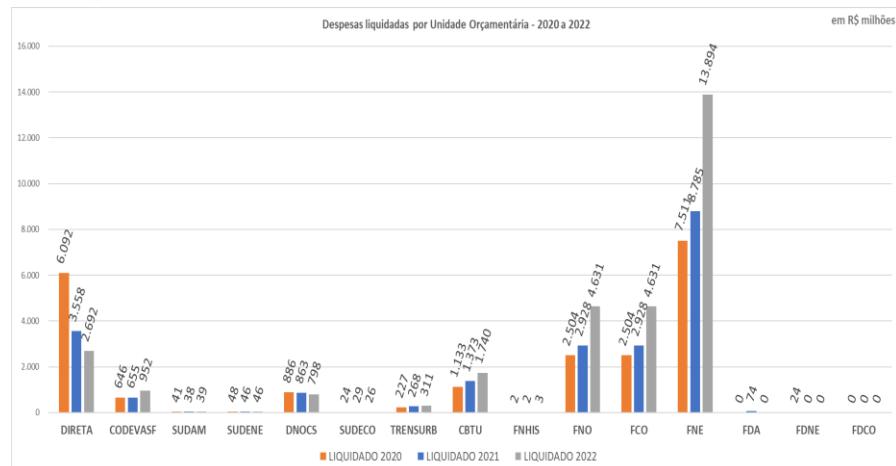
Gráfico 3: Empenhado por Unidade Orçamentária 2020 a 2022 (R\$ milhões)



Fonte: Tesouro Gerencial

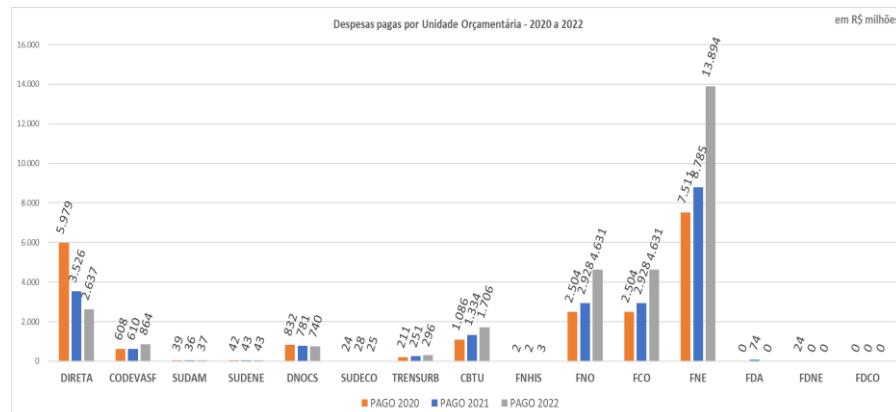
Quanto aos fundos constitucionais, observa-se um aumento significativo nos valores empenhados em 2022 comparados com os anos de 2020 e 2021, principalmente no FNE, o que ocorreu devido à incorporação de excesso de arrecadação e superávit conforme Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias ([link](#)).

Gráfico 4: Liquidado por Unidade Orçamentária 2020 a 2022 (R\$ milhões)



Fonte: Tesouro Gerencial

Gráfico 5: Pago por Unidade Orçamentária 2020 a 2022 (R\$ milhões)



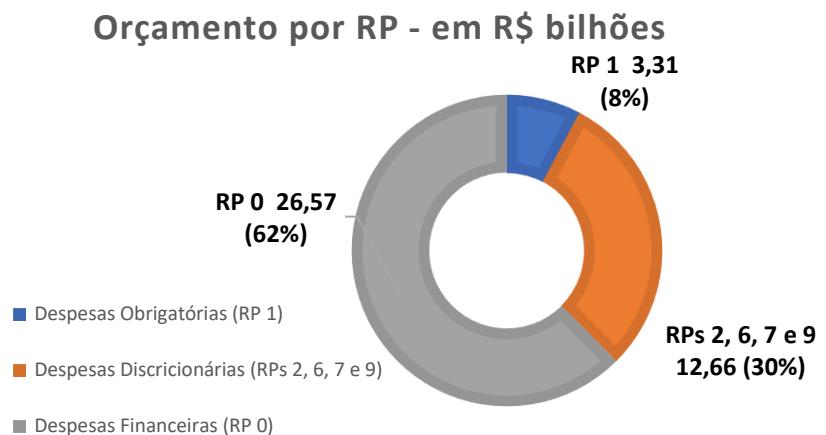
Fonte: Tesouro Gerencial

No comparativo de montantes liquidados e pagos do exercício de 2022 com os exercícios anteriores, identifica-se aumento global quando considerados os montantes referentes aos Fundos Constitucionais e unidades vinculadas.

Ao analisar apenas as unidades da Administração Direta do MDR, percebe-se forte redução. A queda é atribuída ao alto volume de orçamento recebido pelo Ministério no dia 28 de dezembro de 2022. O acréscimo orçamentário, notadamente para execução de instrumentos de caráter plurianual, causou um desbalanceamento com a execução financeira, uma vez que foi possível empenhar o valor recebido, mas não houve tempo hábil para liquidar e pagar ainda no exercício de 2022.

Composição do Orçamento por Resultado Primário – RP

Gráfico 6: Orçamento 2022 por Resultado Primário - RP (R\$ bilhões)



Fonte: Tesouro Gerencial

As despesas financeiras (RP 0), que representaram, em 2022, 62% do orçamento do órgão, são compostas pelos Fundos Constitucionais de Financiamento (Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, do Nordeste - FNE e do Norte - FNO) e pelos Fundos de Desenvolvimento Regional (Fundos de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, do Nordeste - FDNE e do Centro-Oeste - FDCO).

Os recursos a eles destinados têm como objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social das Regiões do Centro-Oeste, Nordeste e Norte, por meio das instituições financeiras federais de caráter regional, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos.

São os principais instrumentos de financiamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), além de representarem importante papel nas políticas de desenvolvimento regional e de redução das desigualdades inter-regionais do País. Para mais detalhes acesse o [link](#).

Para mais informações sobre valores contratados e operações acesse o [Painel Fundos Constitucionais](#).

Execução do Orçamento por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro 1: Execução do Orçamento por Grupo de Despesa (2021 x 2022)

Finalidade	2021			2022			Variação - Valor Empenhado 2022/2021	
	Empenhado	Liquidado	Pago	Empenhado	Liquidado	Pago		
	Em Reais (R\$)	Em Percentual						
Pessoal e Encargos Sociais	2.600,10	2.581,56	2.445,60	2.648,76	2.616,49	2.485,74	48,66	1,9%
Investimentos	12.060,45	1.527,29	1.474,28	9.483,87	1.319,98	1.219,14	- 2.576,58	-21,4%
Outras Despesas Correntes	2.244,45	1.631,15	1.597,84	2.442,35	2.004,73	1.981,16	197,90	8,8%
Inversões Financeiras	20.020,44	15.789,59	15.789,59	26.977,38	23.821,13	23.821,13	6.956,94	34,7%
Juros e Encargos da Dívida	17,45	17,45	17,45	-	-	-	17,45	-100,0%
TOTAL	36.942,90	21.547,04	21.324,76	41.552,37	29.762,33	29.507,17	4.609,47	12,48%

Fonte: Tesouro Gerencial

No quadro acima, embora se identifique redução em despesas de investimento, necessário destacar o aumento em despesas relativas e “inversões financeiras”.

Essas despesas concentram a política habitacional da Pasta e ainda se destinam à transferência a Fundos Constitucionais e de Desenvolvimento Regional que financiam diversos programas para o setor produtivo e políticas de desenvolvimento regional.

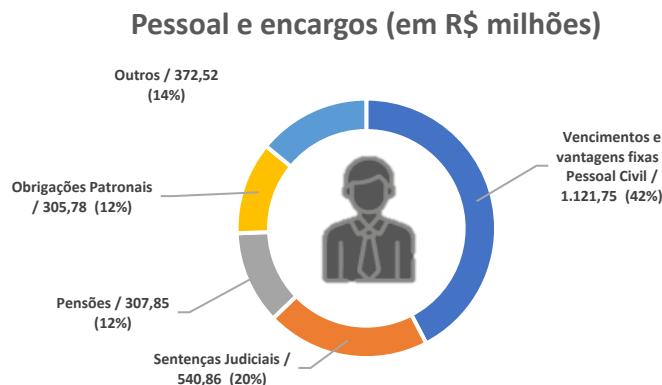
Execução do Orçamento por Elemento de Despesa

Pessoal, Encargos Sociais e Benefícios

Em 2022, os gastos com pessoal, que incluem as despesas com pessoal ativo, inativo, pensionistas e encargos sociais, benefícios a servidores (assistência médica, auxílios transporte, alimentação e pré-escolar, auxílio funeral, indenizações, ajudas de custo, entre outras despesas) somaram R\$ 2,64 bilhões.

Ao comparar esse total com o de 2021, houve um aumento global de R\$ 48,7 milhões, o que representa 1,9%. O aumento global se dilui em despesas como vencimentos e vantagens fixas, obrigações patronais e pensões. Em contrapartida identificou-se redução expressiva em despesas com sentenças judiciais.

Gráfico 7: Execução do Orçamento 2022 – Pessoal e encargos (R\$ milhões)



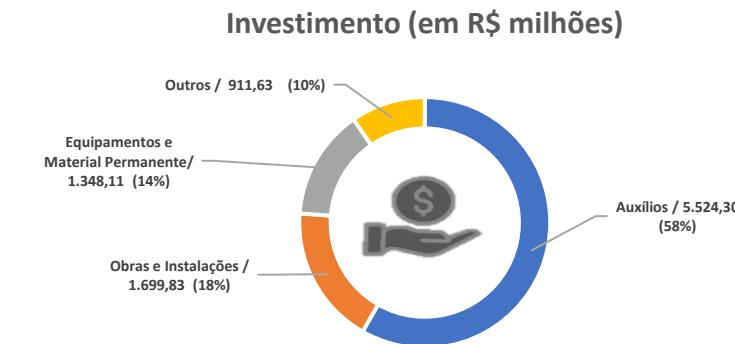
Fonte: Tesouro Gerencial

Investimentos

O MDR aplicou, em 2022, R\$ 9,5 bilhões. Os investimentos compreendem obras, projetos de engenharia, instalações, aquisição de equipamentos e material permanente, desenvolvimento de sistemas de TI, entre outras aplicações. Desse montante, 58,2% se referem ao elemento “auxílios” e

nele estão concentradas transferências a entes subnacionais para execução de políticas públicas da Pasta.

Gráfico 8: Execução do Orçamento 2022 – Investimento (R\$ milhões)

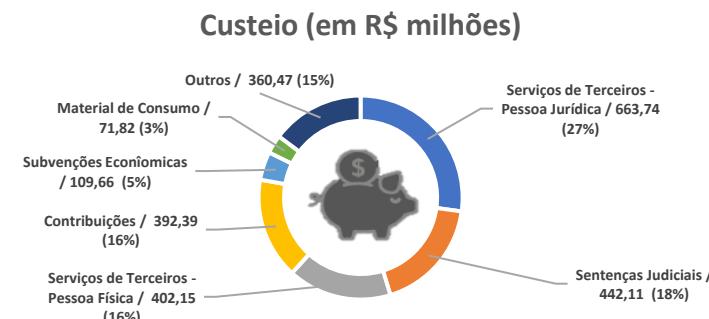


Fonte: Tesouro Gerencial

Custeio

Com relação às despesas de custeio, que abrangem os serviços de apoio às atividades finalísticas (consultorias, p.ex.) e os gastos destinados à manutenção organizacional, tais como os serviços de tecnologia da informação e comunicação, locação de imóveis, serviços de apoio administrativo e operacional, serviços de energia elétrica, de vigilância, entre outros, houve aporte de 2,44 bilhões em 2022.

Gráfico 9: Execução do Orçamento – Custeio (R\$ milhões)



Fonte: Tesouro Gerencial

Perfil do Gasto por Programa de Governo

Dos programas do PPA 2020-2023 atribuídos ao MDR, destaca-se no quadro a seguir os de maior representatividade no orçamento do órgão para o exercício de 2022, demonstrando o desempenho orçamentário de cada programa. Os resultados e desempenho da gestão de cada programa estão detalhados no Capítulo IV desse relatório de gestão.

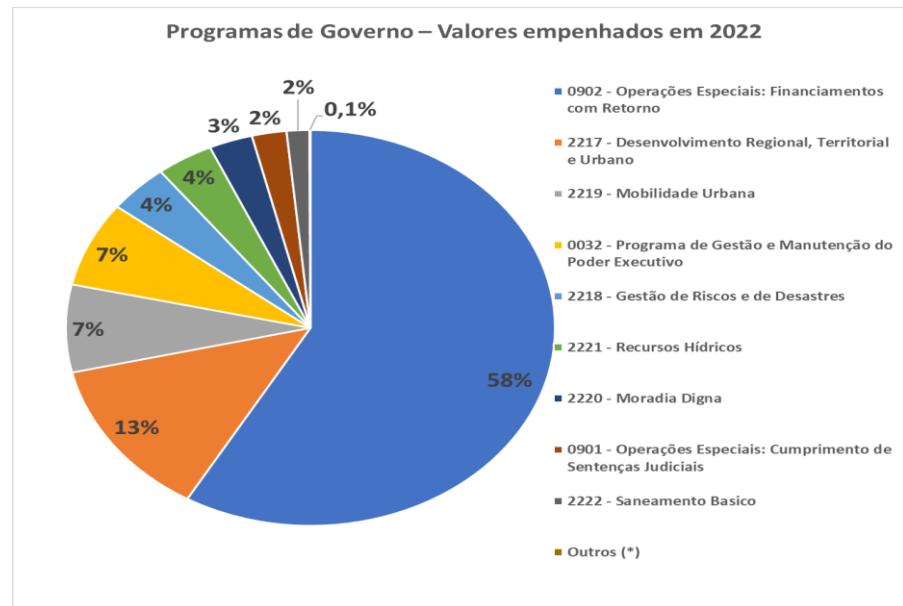
Quadro 2: Execução por programa do PPA 2020/2023

Programas do PPA 2020/2023	Dotação Final	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Desempenho Orçamentário
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (b)/(a)
0902 - Operações Especiais: Financiamentos com Retorno	24.348	24.262	23.156	23.156	99,65%
2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano	5.745	5.396	433	375	93,92%
2219 - Mobilidade Urbana	2.991	2.975	39	35	99,46%
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	2.955	2.896	2.654	2.511	98,00%
2218 - Gestão de Riscos e de Desastres	1.912	1.666	967	962	87,12%
2221 - Recursos Hídricos	1.574	1.563	547	530	99,29%
2220 - Moradia Digna	1.221	1.197	752	752	98,03%
0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	954	951	947	947	99,59%
2222 - Saneamento Basico	629	625	245	219	99,26%
Outros (*)	180	22	22	20	12,39%
TOTAL	42.511	41.552	29.762	29.507	97,74%

* 0999 - Reserva de Contingência, 0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais, 0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais.

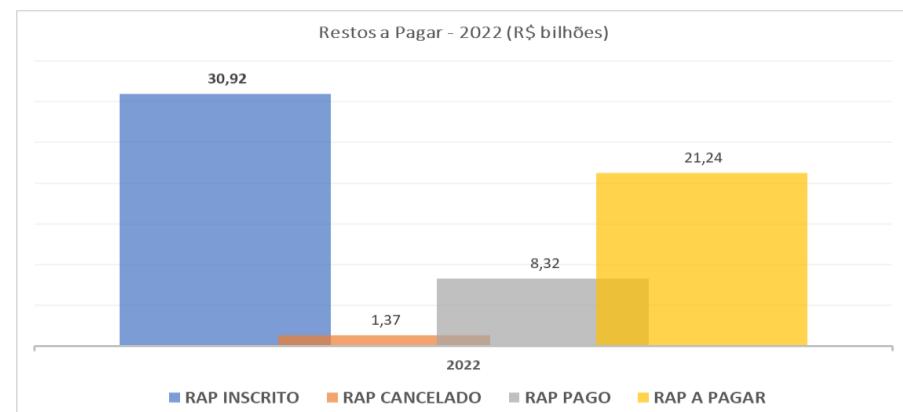
Fonte: Tesouro Gerencial

Gráfico 10: Valores empenhados 2022 por Programa de Governo



Fonte: Tesouro Gerencial

Gráfico 11: Restos a Pagar – RAP em 2022 (R\$ bilhões)



Fonte: Tesouro Gerencial

O MDR iniciou o exercício de 2022 com R\$ 30,92 bilhões inscritos em Restos a Pagar (RAP). Desse montante, R\$ 8,32 bilhões foram pagos, o que representa 26,9% do total inscrito. Ao comparar o valor pago em 2022 com o de 2021, observa-se um aumento de 3,6% em relação aos valores pagos naquele ano (R\$ 8,03 bilhões).

Ao longo do exercício foram cancelados R\$ 1,37 bilhão, representando 4,4% do total inscrito. As unidades da administração direta do MDR, com as quais houve encontro semestral para atualização de informações sobre RAP, mantém o compromisso de uma gestão mais eficiente desses montantes, o que tem impulsionado a revisão.

Ao fim do exercício foi apurado que restaram R\$ 21,24 bilhões em RAP A Pagar. A gestão desses montantes conta com iniciativa no Planejamento Estratégico Institucional do MDR, a ser tratado em capítulo específico.

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

Considerações iniciais

O Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), órgão da administração pública federal direta, teve sua estrutura regimental e quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança aprovados pelo Decreto nº 11.065, de 06 de maio de 2022.

Sob essa base normativa, a Coordenação-Geral de Contabilidade vincula-se à Diretoria de Orçamento e Finanças, que compõe a estrutura da Secretaria de Coordenação e Gestão no âmbito da Secretaria-Executiva, órgão setorial, possuindo, dentre outras competências, o planejamento, a coordenação e o desenvolvimento das atividades contábeis no âmbito do MDR.

Sob o ponto de vista normativo, as Demonstrações Contábeis (DCON) do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) são elaboradas em conformidade com a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, o Decreto-Lei nº 200/1967, o Decreto nº 93.872/1986, a Lei nº 10.180/2001, a Lei Complementar nº 101/2000, bem como com as Normas Brasileiras de

Contabilidade Técnica do Setor Público (NBCT SP) editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e com o Manual SIAFI, ambos elaborados pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Aspectos Gerais da Situação Financeira e Contábil

A situação financeira e contábil do Ministério do Desenvolvimento Regional, no contexto de Unidade Prestadora de Contas (UPC), é apresentada, a exemplo do que ocorre no ambiente privado, por meio das Demonstrações Contábeis (DCON).

Nesse sentido, vale sempre reiterar que os relatórios das DCON do MDR foram elaborados a partir das informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), tendo como escopo os dados consolidados das contas contábeis das unidades gestoras executoras, que compõem a Administração Direta do MDR e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), ambos integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As Demonstrações Contábeis, por sua vez, referentes ao exercício de 2022, são compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

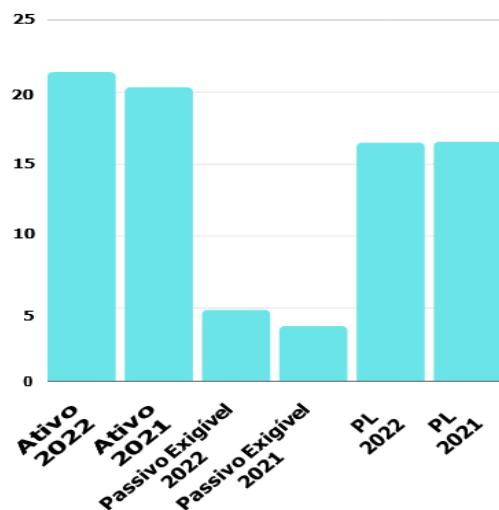
O Balanço Patrimonial evidencia o patrimônio atribuído ao MDR, de modo a apresentar qualitativa e quantitativamente sua situação em termos de ativos, passivos e patrimônio líquido, mostrando a sua evolução em relação ao exercício anterior.

Os ativos compreendem os saldos de recursos financeiros e patrimoniais controlados pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, ao passo que os passivos compreendem os saldos de suas obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e com alta probabilidade de desembolso futuro.

O Patrimônio Líquido (PL), por sua vez, representa a diferença entre o total dos ativos e o total dos passivos, sendo uma importante referência sobre a situação patrimonial do Órgão.

Conforme demonstrado no gráfico a seguir, o Ministério do Desenvolvimento Regional encerrou o exercício de 2022 com um patrimônio líquido positivo da ordem de R\$ 16,4 bilhões, contabilizando redução de R\$ 66 milhões em relação ao valor de 2021.

Balanço Patrimonial Anual (R\$ Bilhões)



Fonte: SIAFI

No que tange às obrigações, o Ministério do Desenvolvimento Regional apresentou, no ano de 2022, passivos de R\$ 4,88 bilhões, evidenciando acréscimo em comparação com o exercício de 2021, cujo saldo exigível atingiu R\$ 3,76 bilhões (acréscimo de 29,76%).

Identificou-se que o referido acréscimo no passivo se deu, dentre outras razões, pelo aumento de transferências financeiras/fiscais a realizar a entidades federais e/ou privadas, para realização de programas relacionados às políticas públicas do MDR. A variação absoluta foi na grandeza de R\$ 1 bilhão.

Os Ativos do Ministério, por sua vez, replicaram o movimento apresentado pelas contas de passivo. Com um montante registrado de R\$ 21,33 bilhões, o exercício de 2022 apresentou acréscimo de 5,20% em comparação com o ano anterior (2021), cujos ativos foram contabilizados em R\$ 20,27 bilhões.

Tal acréscimo se deve, majoritariamente, à variação de créditos a receber a curto prazo, decorrentes de adiantamento de recursos, a outros órgãos, para execução de ações de mobilidade e desenvolvimento regional e urbano, de interesse do MDR. A variação absoluta nos créditos a receber foi na ordem R\$ 535 milhões.

Vale mencionar que cerca de R\$ 11,3 bilhões, praticamente 53% do ativo total registrado, encontram-se imobilizados na forma de obras, estudos, projetos e instalações, principalmente do Projeto de Integração do São Francisco.

A seguir são apresentadas as Demonstrações Contábeis (DCON), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas de 2022, cujos valores constantes deste documento foram extraídos a partir das informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e tiveram como escopo os dados consolidados em nível de Órgão, ou seja, englobaram as contas desta Pasta no que se refere à execução de suas unidades gestoras e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social-FNHIS.

Por sua vez, na consolidação das demonstrações contábeis deste MDR não foram utilizados os critérios de exclusão e compensações, considerando que no SIAFI este mecanismo está disponibilizado apenas em nível de Balanço Geral da União (BGU). Entretanto, essas demonstrações consolidadas representam o agregado dos saldos de todas as unidades gestoras, e as Notas Explicativas (NE), parte integrante das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), são constituídas de informações relevantes, complementares ou suplementares destas, com o intuito de facilitar a compreensão das informações pelos diversos usuários.

Demonstrações Contábeis

Balanço Patrimonial

ATIVO	NE	2022	2021	PASSIVO	NE	2022	2021
Circulante		9.156.916.586,38	8.585.295.414,69	Circulante		4.886.679.334,67	3.765.805.596,53
Caixa e equivalente de caixa	1	306.894.393,92	270.414.461,95	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	5	7.474.026,42	7.399.023,14
Créditos a Curto Prazo	2	8.849.851.773,61	8.314.877.916,09	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	6	261.247.426,20	361.151.466,55
Investimentos e Aplicações Temporárias a curto prazo		8.849.851.773,61	8.314.877.916,09	Transferências Fiscais a Curto Prazo	7	4.425.793.182,54	3.194.581.812,56
Estoques		170.218,40	2.836,20	Provisões a Curto Prazo		442,43	442,43
VPDs Pagas Antecipadamente		200,45	200,45	Demais Obrigações a Curto Prazo	8	192.164.257,08	202.672.851,85
Não Circulante		12.175.938.638,95	11.693.042.498,81	Não Circulante			
Ativo Realizável a Longo Prazo		770.882.994,48	656.226.324,13	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a pagar a Longo prazo			
Créditos a Longo Prazo	3	770.882.994,48	656.226.324,13	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo			
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		5.092.402,00	5.092.402,00	Fornecedores e Contas a Pagar Longo Prazo			
Demais Créditos e Valores		785.738.941,28	671.082.270,93	Obrigações Fiscais a Longo Prazo			
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo		-19.948.348,80	-19.948.348,80	Provisões a Longo Prazo			
Imobilizado		11.320.081.833,59	10.952.869.404,81	Demais Obrigações a Longo Prazo			
Bens Móveis		79.199.584,67	193.170.399,44	Resultado Diferido			
Bens Móveis		110.704.324,10	224.675.138,87	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		4.886.679.334,67	3.765.805.596,53
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-31.504.739,43	-31.504.739,43	PATRIMONIO LÍQUIDO			
Bens Imóveis		11.240.882.248,92	10.759.699.005,37	Resultados Acumulados	9	16.446.175.890,66	16.512.532.316,97
Bens Imóveis	4	11.240.882.248,92	10.759.699.005,37	Resultado do Exercício		-66.356.426,31	-193.062.575,15
Intangível		84.973.810,88	83.946.769,87	Resultados de Exercícios Anteriores		16.512.532.316,97	16.586.623.554,17
Softwares		73.088.256,56	72.061.215,55	TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO		16.446.175.890,66	16.512.532.316,97
Softwares		73.088.256,56	72.061.215,55	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO		21.332.855.225,33	20.278.337.913,50
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		687.318,39	687.318,39				
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		687.318,39	687.318,39				
Direitos de Uso de Imóveis		11.198.235,93	11.198.235,93				
TOTAL DO ATIVO		21.332.855.225,33	20.278.337.913,50				

I) Ativo e Passivo Financeiros e Permanentes

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
Ativo Financeiro	306.905.495,48	270.425.563,51
Ativo Permanente	21.025.949.729,85	20.007.912.349,99
PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
Passivo Financeiro	18.623.529.934,00	17.522.391.684,13
Passivo Permanente	50.701.199,55	54.491.223,94
Saldo Patrimonial	2.658.624.091,78	2.701.455.005,43

II) Quadro de Compensações

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
Saldo dos Atos Potenciais Ativos	42.756.431,93	53.671.964,52
Atos Potenciais Ativos	42.756.431,93	53.671.964,52
Garantias e Contragarantias Recebidas	33.896.589,52	33.896.589,52
Direitos Conveniados e Outros	8.142.071,78	19.057.604,37
Direitos Contratuais	717.770,63	717.770,63
Total	42.756.431,93	53.671.964,52
PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
Saldo dos Atos Potenciais Passivos	28.029.525.828,20	25.427.394.542,96
Atos Potenciais Passivos	28.029.525.828,20	25.427.394.542,96
Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Obrigações Conveniadas e Outros	27.366.717.585,54	24.802.240.721,18
Obrigações Contratuais	662.808.242,66	625.153.821,78
Total	28.029.525.828,20	25.427.394.542,96

III) Demonstrativo de Superávit/Déficit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial

Destinação de Recursos	Superávit/ Déficit
Recursos Ordinários	-12.758.618.808,89
Recursos Vinculados	-5.558.005.629,63
Seguridade Social(Exceto previdencia)	-2.414.877,65
Previdencia Social(RPPS)	-
Dívida Pública	-5.437.304.348,21
Outros Recursos Vinculados a Fundos,Órgãos	-118.286.403,77
Total	-18.316.624.438,52

Balanço Orçamentário

RECEITA						
Receitas Orçamentárias	N.E	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo	
RECEITAS CORRENTES	<u>11</u>	175.921.854,00	175.921.854,00	112.531.416,06	-63.390.437,94	
Receitas Tributárias		-	-	-	-	
Receitas de Contribuições		-	-	-	-	
Receita Patrimonial		175.921.854,00	175.921.854,00	112.531.416,06	-63.390.437,94	
Receita Agropecuária		-	-	-	-	
Receita Industrial		-	-	-	-	
Receitas de Serviços		-	-	-	-	
Transferências Correntes		-	-	-	-	
Outras Receitas Correntes		-	-	-	-	
RECEITAS DE CAPITAL		-	-	-	-	
Operações de Crédito		-	-	-	-	
Alienação de Bens		-	-	-	-	
Amortização de Empréstimos		-	-	-	-	
SUBTOTAL DE RECEITAS		175.921.854,00	175.921.854,00	112.531.416,06	-63.390.437,94	
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		175.921.854,00	175.921.854,00	112.531.416,06	-63.390.437,94	
DEFÍCIT				10.016.791.701,53	10.016.791.701,53	
Total	<u>10</u>	175.921.854,00	175.921.854,00	10.129.323.117,59	9.953.401.263,59	
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS			4.289.380.796,00		-4.289.380.796,00	
DESPESA						
Despesas Orçamentárias	N.E	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
DESPESAS CORRENTES	<u>12</u>	1.039.607.687,00	3.935.447.908,00	3.189.106.506,91	3.078.577.296,45	3.069.674.359,61
Pessoal e Encargos Sociais		117.666.642,00	123.883.972,00	122.654.063,84	121.948.686,21	114.223.468,04
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		921.941.045,00	3.811.563.936,00	3.066.452.443,07	2.956.628.610,24	2.955.450.891,57
DESPESAS DE CAPITAL		6.479.313.892,00	7.872.854.467,00	6.940.216.610,68	1.422.922.337,30	1.394.035.611,29
Investimentos		5.794.177.748,00	6.908.118.323,00	5.975.480.466,68	758.186.193,30	729.299.467,29
Inversões Financeiras		685.136.144,00	964.736.144,00	964.736.144,00	664.736.144,00	664.736.144,00
RESERVA DE CONTINGENCIA		156.090.071,00	156.090.071,00			156.090.071,00
Subtotal das Despesas		7.675.011.650,00	11.964.392.446,00	10.129.323.117,59	4.501.499.633,75	4.463.709.970,90
Subtotal com Refinanciamento		7.675.011.650,00	11.964.392.446,00	10.129.323.117,59	4.501.499.633,75	4.463.709.970,90
Total	<u>10</u>	7.675.011.650,00	11.964.392.446,00	10.129.323.117,59	4.501.499.633,75	4.463.709.970,90
						1.835.069.328,41

Balanço Orçamentário

Anexo 1 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar não Processados

DESPESA						
Despesas Orçamentárias	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
DESPESAS CORRENTES	68.572.286,39	257.883.296,09	156.068.409,49	138.211.807,24	43.260.798,24	144.982.977,00
Pessoal e Encargos Sociais	243.752,23	736.820,31	687.038,56	687.038,56	140.098,56	153.435,42
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	68.328.534,16	257.146.475,78	155.381.370,93	137.524.768,68	43.120.699,68	144.829.541,58
DESPESAS DE CAPITAL	6.607.664.287,51	6.876.957.441,55	4.948.205.565,86	3.071.846.674,99	503.814.222,91	9.908.960.831,16
Investimentos	6.607.664.287,51	6.876.957.441,55	4.948.205.565,86	3.071.846.674,99	503.814.222,91	9.908.960.831,16
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
Total	6.676.236.573,90	7.134.840.737,64	5.104.273.975,35	3.210.058.482,23	547.075.021,15	10.053.943.808,16

Anexo 2 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

DESPESA					
Despesas Orçamentárias	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Pagos	Cancelados	Saldo
DESPESAS CORRENTES	200.960.783,69	9.879.674,02	38.096.125,55	3.584.351,12	169.159.981,04
Pessoal e Encargos Sociais	50.014,03	7.602.489,14	7.526.679,16	-	125.824,01
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	200.910.769,66	2.277.184,88	30.569.446,39	3.584.351,12	169.034.157,03
DESPESAS DE CAPITAL	3.094.490.844,95	403.081.097,08	634.746.563,84	146.977.698,83	2.715.847.679,36
Investimentos	3.094.490.844,95	403.081.097,08	634.746.563,84	146.977.698,83	2.715.847.679,36
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
Total	3.295.451.628,64	412.960.771,10	672.842.689,39	150.562.049,95	2.885.007.660,40

Demonstração das Variações Patrimoniais

	Variações Patrimoniais Quantitativas		
	N.E	2022	2021
Variações Patrimoniais Aumentativas	<u>14</u>	51.492.876.325,95	40.048.716.009,78
Impostos, Taxas e Contribuições		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		20.981,24	13.749,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		27.589.614,77	43.390.382,39
Transferências e Delegações Recebidas		48.790.274.237,35	37.166.992.569,16
Valorização e Ganhos c/ Ativos e desincorporação de Passivos		1.839.390.215,80	2.241.381.747,31
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		835.601.276,79	596.937.561,92
Variações Patrimoniais Diminutivas	<u>15</u>	51.559.232.752,26	40.241.778.584,93
Pessoal e Encargos		120.930.281,39	116.589.872,46
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		8.370.239,18	7.904.464,58
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital fixo		121.836.030,29	92.317.769,21
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		917,66	480,98
Transferências e Delegações Concedidas		49.324.395.481,11	36.413.103.725,28
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	<u>16</u>	1.922.616.166,11	3.301.239.017,54
Tributárias		693.618,23	388.761,07
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		60.390.018,29	310.234.493,81
Resultado Patrimonial do Período	<u>13</u>	-66.356.426,31	-193.062.575,15

Balanço Financeiro

INGRESSOS	NE	2022	2021
Receitas Orçamentárias	17	112.531.416	91.357.563
Ordinárias		-	-
Vinculadas		112.670.247,10	91.359.496,16
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-138.831,04	-1.933,59
Transferencias Financeiras Recebidas		48.785.329.932,39	37.159.246.476,55
Resultantes da Execução Orçamentária		37.175.772.371,39	25.002.377.662,03
Independentes da Execução Orçamentária		11.609.557.561,00	12.156.868.814,52
Recebimentos Extraorçamentários		6.327.581.027	7.796.407.066
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		37.789.662,85	19.352.897,79
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		5.627.823.483,84	7.134.840.737,64
Outros Recebimentos Extraorçamentários		578.771.991,24	482.187.535,87
Saldo do Exercício Anterior	18	270.414.461,95	2.102.965.603,33
TOTAL		55.495.856.837,08	47.149.976.708,76
DISPENDIOS	NE	2022	2021
Despesas Orçamentárias	17	10.129.323.117,59	10.112.003.397,85
Ordinárias		10.105.379.181,25	4.633.911.941,17
Vinculadas		23.943.936,34	5.478.091.456,68
Transferencias Financeiras Concedidas		41.108.840.121,20	33.221.002.194,69
Resultantes da Execução Orçamentária		32.617.297.842,57	22.438.067.736,24
Independentes da Execução Orçamentária		8.491.542.278,63	10.782.934.458,45
Pagamentos Extraorçamentários		3.950.799.204,37	3.546.556.654,27
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		672.842.689,39	826.315.156,31
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		3.210.058.482,23	2.549.601.101,75
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		67.155.447,86	163.759.716,10
Outros Pagamentos Extraorçamentários		742.584,89	6.880.680,11
Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		1.877,07	3.835,93
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-	6.646.085,35
Demais Pagamentos		740.707,82	230.758,83
Saldo do Exercício Seguinte	18	306.894.393,92	270.414.461,95
TOTAL		55.495.856.837,08	47.149.976.708,76

Demonstração dos Fluxos de Caixa

FLUXOS DE CAIXA	N.E	2022	2021
Das Atividades Operacionais		1.508.928.980,66	139.129.677,72
INGRESSOS		49.559.829.228,44	37.892.817.470,00
Receita Tributária		-	-
Receita Patrimonial		86.309.017,41	45.310.226,43
Receita Agropecuária		-	-
Receita Industrial		-	-
Receita de Serviços		-	-
Remuneração das Disponibilidades		26.222.398,65	46.047.336,14
Outras Receitas Derivadas e Originárias		-	-
Transferencias Recebidas		-	-
Outros Ingressos Operacionais		49.447.297.812,38	37.801.459.907,43
DESEMBOLSOS		-48.050.900.247,78	-37.753.687.792,28
Pessoal e Demais Despesas		-324.150.583,06	-526.385.437,02
Juros e Encargos da Dívida		-	-
Transferencias Concedidas		-6.550.013.387,84	-3.835.663.600,29
Outros Desembolsos Operacionais		-41.176.736.276,88	-33.391.638.754,97
Das Atividades de Investimento		-1.472.449.048,69	-1.971.680.819,10
INGRESSOS		-	-
Alienação de Bens		-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos		-	-
DESEMBOLSOS		-1.472.449.048,69	-1.971.680.819,10
Aquisição de Ativo Não Circulante		-573.482.620,14	-720.723.283,10
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-	-
Outros Desembolsos de Investimentos		-898.966.428,55	-1.250.957.536,00
Geração Líquida de CX e EQ. de Caixa	<u>19</u>	36.479.931,97	-1.832.551.141,38
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial		270.414.461,95	2.102.965.603,33
Caixa e Equivalentes de Caixa Final		306.894.393,92	270.414.461,95

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido

Especificação	N.E	Patrimonio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Aval. Patrimonial	Total
Saldo Inicial do Exercício 2021					16.586.623.554,17		16.586.623.554,17
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	118.971.337,95	-	118.971.337,95
Aumento/Redução de Capital		-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2021		-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício		-	-	-	-193.062.575,15	-	-193.062.575,15
Const./Reversão da Reservas		-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2021					16.512.532.316,97		16.512.532.316,97

Especificação	N.E	Patrimonio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Aval. Patrimonial	Total
Saldo Inicial do Exercício 2022					16.512.532.316,97		16.512.532.316,97
Ajustes de Exercícios Anteriores	<u>21</u>	-	-	-	-	-	-
Aumento/Redução de Capital		-	-	-	-	-	-
Const./Realiz.da Reserva de Reavaliação de Ativos		-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	<u>20</u>	-	-	-	-66.356.426,31	-	-66.356.426,31
Const./Reversão da Reserva		-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2022					16.446.175.890,66		16.446.175.890,66

Principais Fatos Contábeis e Notas Explicativas

III.1 - Balanço Patrimonial

Nota 01 – Caixa e Equivalente de Caixa

Tabela 01 – Caixas e Equivalentes

Caixas e Equivalentes	31/12/2022	31/12/2021	AH %	R\$ Var. Absoluta
Caixa	268.781.149,85	202.460.292,88	32,76	66.320.856,97
Recursos da Conta Única Aplicados	38.113.244,07	67.954.169,07	-43,91	-29.840.925,00
Total	306.894.393,92	270.414.461,95	13,49	36.479.931,97

Fonte: SIAFI

Ressalta-se o acréscimo na geração líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa no valor de R\$ 36.479.931,97 no exercício de 2022, evidenciando variação positiva de 13,49% em comparação com o exercício anterior. O saldo de Caixas e Equivalentes, por sua vez, corresponde a 3,35 % do total do Ativo Circulante.

O acréscimo identificado na conta Caixa refere-se ao registro dos recursos de limite de saque contabilizados no Fundo Nacional de Habitação e Interesse Social.

Esse subgrupo é composto pelo somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação e para os quais não haja restrições para uso imediato.

A baixa identificada na conta de Recursos da Conta Única Aplicados refere-se à transferência de recursos do Fundo Nacional de Habitação e Interesse Social, provenientes de superávit de aplicação, para amortização da dívida pública da União, conforme Portaria nº 759, de 22 de março de 2021, editada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN/ME).

Nota 02 – Créditos a Curto Prazo e Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Tabela 02 – Créditos a Curto Prazo

Créditos a Curto Prazo	31/12/2022	31/12/2021	AH %	R\$ Var. Absoluta
Demais Créditos e Valores	8.849.851.773,61	8.314.877.916,09	6,43	534.973.857,52
Total	8.849.851.773,61	8.314.877.916,09	6,43	534.973.857,52

Fonte: SIAFI

Os créditos a curto prazo em 31 de dezembro de 2022 equivalem a R\$ 8.849.851.773,61, correspondendo a 96,65 % do total do Ativo Circulante e apresentando ligeiro acréscimo (6,43%) em comparação com o observado em dezembro de 2021.

Os montantes registrados neste grupo são relativos a valores a receber por diversas transações realizáveis no curto prazo.

Nesse contexto, ressalta-se que os adiantamentos de recursos financeiros a outros órgãos, realizados por meio de Termo de Execução Descentralizada e ainda pendentes de comprovação pelo recebedor, possuem forte participação na composição do referido grupo contábil, constituindo-se em instrumentos relevantes de atuação das Secretarias Nacionais, que transferem os recursos orçamentários e financeiros para a execução de ações de interesses mútuos entre as Secretarias e Estados ou Municípios.

Nota 03 – Créditos – Créditos a Longo Prazo

Tabela 03 – Créditos a Longo Prazo

Créditos a Longo Prazo	31/12/2022	31/12/2021	AH %	R\$ Var. Absoluta
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	5.092.402,00	5.092.402,00	-	-
Demais Créditos e Valores	785.738.941,28	671.082.270,93	17,09	114.656.670,35
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo	-19.948.348,80	-19.948.348,80	-	-
Total	770.882.994,48	656.226.324,13	17,47	114.656.670,35

Fonte: SIAFI

Os créditos a longo prazo equivalem a R\$ 770.882.994,48, correspondendo a 6,33% do total do Ativo Não Circulante, ressaltando-se a ocorrência de movimentação apenas na conta Demais Créditos e Valores, que apresentou variação positiva de 17,09%, em comparação com o mesmo período de 2021.

O acréscimo de 17,09% pode ser explicado por créditos a receber decorrentes da instauração de tomada de contas especiais no Ministério, em virtude de pendências de prestações de contas da execução da despesa, de apresentações fora do prazo legal, bem como de inconformidades ou incompletudes verificadas na documentação de transferências voluntárias.

Nota 04 – Bens Imóveis

No âmbito do Ativo Imobilizado, que juntamente com o Realizável a Longo Prazo e o Ativo Intangível compõe o Ativo não Circulante, os Bens Imóveis representam 99,30%, com variação positiva de 4,47% em relação ao exercício anterior.

Destaca-se, nesse ponto, que a quase totalidade dos valores contabilizados relaciona-se ao Projeto de Integração do Rio São Francisco, envolvendo a obra, serviços, instalações e demais custos.

Nota 05 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar de Curto Prazo

No âmbito do Passivo Exigível do MDR, as Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais de Curto Prazo no mês de dezembro de 2022 correspondem a apenas 0,15%.

Essas obrigações são destinadas ao pagamento de compromissos de curto prazo, que são compostos por despesas de pagamento de pessoal, pagamentos de estagiários, benefícios previdenciários e encargos sociais, conforme se evidencia no quadro abaixo.

Tabela 04 – Obrigações Trabalhistas Previdenciárias e Assistenciais de Curto Prazo

Obrig. Trabalhistas Previd. e Assistenciais de CP	31/12/2022	31/12/2021	AH %	R\$ Var. Absoluta
Pessoal a Pagar	7.152.593,45	7.330.502,71	-2,43	-177.909,26
Benefícios Previdenciários a Pagar	31.227,10	27.587,19	13,19	3.639,91
Encargos Sociais a Pagar	290.205,87	40.933,24	608,97	249.272,63
Total	7.474.026,42	7.399.023,14	1,01	75.003,28

Fonte: SIAFI

No contexto mais geral, em termos de materialidade, destacam-se os montantes de Pessoal a Pagar, com decrescimento de 2,43% (tabela 05), em comparação com o exercício anterior, decorrendo, dentre outros fatores, da reestruturação de cargos e do aumento da força de trabalho consequente, em razão da aplicação da Lei nº 14.204/2021 no MDR, ambos no contexto da preservação do orçamento.

Tabela 05 – Pessoal a Pagar

Pessoal a Pagar	31/12/2022	31/12/2021	AH %	R\$ Var. Absoluta
Salários, Remunerações e Benefícios	7.152.593,45	7.330.502,71	-2,43	-177.909,26
Total	7.152.593,45	7.330.502,71	-2,43	-177.909,26

Fonte: SIAFI

Quanto aos Benefícios Previdenciários a Pagar (tabela 06), o aumento de 13,19%, em comparação a 2021, apresenta baixa materialidade em valores absolutos com variação de R\$ 3.639,91 e deve-se a valores de auxílios natalidade, assistência médica/odontológica e salário maternidade.

Tabela 06 – Benefícios Previdenciários a Pagar

Benefícios Previdenciários a Pagar	31/12/2022	31/12/2021	AH %	R\$ Var. Absoluta
Benefícios Previdenciários	31.227,10	27.587,19	13,19	3.639,91
Total	31.227,10	27.587,19	13,19	3.639,91

Fonte: SIAFI

Por fim, os Encargos Sociais a Pagar tiveram um acréscimo de 608,97%, comparados com o ano anterior.

Enfatiza-se, nesse sentido, o montante de contribuição a Entidade de Previdência Complementar, com aumento de 8,11%. O acréscimo dessas provisões para pagamento à Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público (FUNPRESP) motivou-se, principalmente, por registros de alíquotas de contribuição ou mudança de contribuição por faixa salarial.

O registro da folha de pagamento do mês de dezembro 2022 na Administração Geral do MDR contribuiu para o acréscimo identificado na conta de INSS – Contribuições sobre Salários e Remuneração.

Tabela 07 – Encargos Sociais a Pagar

Encargos Sociais a Pagar	31/12/2022	31/12/2021	AH %	R\$ Var. Absoluta
Contribuição a Entidades de Previdência Complementar	14.779,81	13.670,81	8,11	1.109,00
FGTS	25.186,60	27.262,43	-7,61	-2.075,83
INSS-Contrib.s/Salários e Remuneração	250.239,46	0,00	100,00	250.239,46
Total	290.205,87	40.933,24	608,97	249.272,63

Fonte: SIAFI

Nota 06 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo – Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais

Inicialmente, no que tange ao referido grupo contábil, ressalta-se, com base na Tabela 08 a seguir, que as obrigações com Fornecedores Nacionais se caracterizam por registros de valores a pagar aos fornecedores nacionais de bens, materiais e serviços envolvidos com as atividades operacionais do Órgão.

As obrigações com Contas a Pagar Credores Nacionais, por sua vez, referem-se ao registro de valores a pagar em serviços tomados e demais compras, quando a empresa contratada for domiciliada no Brasil, mesmo que essa contratação seja por uma Unidade Gestora do Exterior.

Representando 5,35% do total do Passivo Exigível, o grupo Fornecedores e Contas a Pagar de Curto Prazo, em comparação com o exercício anterior, apresentou um decréscimo de 27,66%, conforme demonstra a tabela a seguir:

Tabela 08 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	31/12/2022	31/12/2021	AH %	Var. Absoluta
Fornecedores Nacionais	8.349.275,38	10.944.828,02	-23,71	-2.595.552,64
Contas a Pagar Credores Nacionais	252.879.868,08	350.188.355,79	-27,79	-97.308.487,71
Fornecedores Nacionais INTRA OFSS	18.282,74	18.282,74	-	-
Total	261.247.426,20	361.151.466,55	-27,66	99.904.040,35

Fonte: SIAFI

Como pode ser observado, a variação mais expressiva ocorreu em Contas a Pagar Credores Nacionais, que apresentou um decréscimo de 27,79% em relação ao ano anterior, com variação absoluta de R\$ 97.308.487,71.

Tal decréscimo, como pode ser observado na tabela 09, concentra-se na Administração Geral do MDR, responsável pela gestão de contratos de prestação de serviços que atendem a todo o ministério, bem como na Secretaria Nacional de Segurança Hídrica.

Tabela 09 – Contas a Pagar/Credores Nacionais

Contas a Pagar Credores Nacionais - MDR	31/12/2022	31/12/2021	AH %	Var. Absoluta
530001 - MDR/SE/SAD/ADMINISTRACAO GERAL	233.440.288,86	321.612.008,09	-27,42	-88.171.719,23
530012 - SECRETARIA NACIONAL PROTEÇÃO E DEFESA	1.223.462,27	-	100,00	1.223.462,27
530013 - SECRET. NAC. DE SEGURANÇA HIDRICA SNS	356.609,22	8.928.273,13	-96,01	-8.571.663,91
530023 - SECRET. NAC. MOBIL. DESENV. REG. E URBANO	6.476.000,00	6.476.000,00	-	0,00
560005 - SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO	11.373.850,37	13.162.417,21	-13,59	-1.788.566,84
560008 - SECRETARIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO	9.657,36	9.657,36	-	0,00
Total	252.879.868,08	350.188.355,79	-27,79	-97.308.487,71

Fonte: SIAFI

Tabela 10 – Órgão MDR – UG 530001

Órgão Ministério do Desenvolvimento Regional (UG 530001)	31/12/2022	31/12/2021	AH %	Var. Absoluta
CAIXA ECONOMICA FEDERAL (F 0100 00360305000104)	108.431.099,58	153.319.764,59	-29,28	-44.888.665,01
CAIXA ECONOMICA FEDERAL (F 0144 00360305000104)	-	62.592.909,49	-100,00	-62.592.909,49
CAIXA ECONOMICA FEDERAL (F 0150 00360305000104)	90.985,08	206.098,41	-	-
CAIXA ECONOMICA FEDERAL (F 0180 00360305000104)	534.719,83	665.463,46	-19,65	-130.743,63
CAIXA ECONOMICA FEDERAL (F 0188 00360305000104)	49.590.671,83	65.748.825,19	-24,58	-16.158.153,36
CAIXA ECONOMICA FEDERAL (F 0300 00360305000104)	26.105.706,28	33.948.298,65	-23,10	-7.842.592,37
CAIXA ECONOMICA FEDERAL (F 0388 00360305000104)	556.500,52	1.206.359,98	-53,87	-649.859,46
Total	185.309.683,12	317.687.719,77	-41,67	-132.378.036,65

Fonte: SIAFI

Na Administração Geral/MDR (Tabela 10), destacam-se a diminuição das obrigações com a Caixa Econômica Federal, cujos valores referem-se à liquidação de empenhos realizados de 2006 a 2020, implicando necessidade de prestação de serviços operacionais para execução dos programas e ações geridos pelo MDR (execução dos contratos de repasses), os quais regrediram em 41,67%, em comparação com o ano anterior.

Tal aumento foi influenciado em grande medida pela aprovação tardia do orçamento em 2021, o que motivou concentração de operações no final do ano, notadamente em dezembro/21 (processo 59000.027208/2021-51).

Nota 07 – Obrigações de Repartição a Outros Entes

Tabela 11 – Obrigações de Repartição a Outros Entes

Obrigações de Repartição a Outros Entes (Transf. Fiscais a C.P.)	31/12/2022	31/12/2021	AH %	Var. Absoluta
Transf. Discricionárias a Pagar - Consolidação	4.425.793.182,54	3.194.581.812,56	38,54	1.231.211.369,98
Total	4.425.793.182,54	3.194.581.812,56	38,54	1.231.211.369,98

Fonte: SIAFI

Este grupo de contas “Obrigações de Repartição a Outros Entes” (novo no exercício de 2021) recebeu transferência de saldos que estavam registrados no grupo “Demais Obrigações a Curto Prazo”, representando cerca de 90,57% do total do Passível Exigível.

Nesse grupo estão contabilizadas as transferências discricionárias das Secretarias Nacionais do MDR para Entes da Federação e Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos (Concedente e Beneficiário), destacando-se, com maior representatividade, as atividades voltadas a programas sociais de habitação operados pela Caixa Econômica Federal, bem como ações de mobilidade, desenvolvimento regional e urbano. Para tanto, ocorre a celebração de instrumentos jurídicos entre as partes, tais como convênios, contratos de repasse, acordos de cooperação e termos de compromissos) para consecução da atividade/programa.

Tabela 12 – Transferências Discricionárias a Pagar

Transferências Discricionárias a Pagar - Consolidação	31/12/2022	31/12/2021	AH %	Var. Absoluta	R\$
53000/00001 - Ministério do Desenvolvimento Regional	4.210.412.274,75	2.945.542.111,72	42,94	1.264.870.163,03	
56902/00001 - Fundo Nacional de Hab. Interesse Social	215.380.907,79	249.039.700,84	-13,52	-33.658.793,05	
Total	4.425.793.182,54	3.194.581.812,56	38,54	1.231.211.369,98	

Fonte: SIAFI

Representado, no caso específico do MDR, por Transferências Discricionárias a Pagar (Tabela 12), o referido grupo foi consolidado em atendimento ao PCASP Federação, que ensejou também alterações na forma de registro nas situações de Transferências Constitucionais, Legais e Voluntárias (TRF) a partir de janeiro de 2021.

Nota 08 – Demais Obrigações a Curto Prazo

Em Demais Obrigações a Curto Prazo nota-se uma redução de 5,19% em relação ao período anterior. Este Grupo representou 3,93% do total do Passivo Exigível.

Tabela 13 – Demais Obrigações a Curto Prazo

Demais Obrigações a Curto Prazo	31/12/2022	31/12/2021	AH %	Var. Absoluta	R\$
Valores Restituíveis	2.142.729,83	2.080.236,66	3,00	62.493,17	
Outras Obrigações a Curto Prazo	190.021.527,25	200.592.615,19	-5,27	-10.571.087,94	
Total	192.164.257,08	202.672.851,85	-5,19	-10.508.594,77	

Fonte: SIAFI

Tabela 14 – Outras Obrigações a Curto Prazo

Outras Obrigações a Curto Prazo	31/12/2022	31/12/2021	AH %	Var. Absoluta	R\$
53000/00001 - Ministério do Desenvolvimento Regional	190.021.527,25	200.592.615,19	-5,27	-10.571.087,94	
56902/00001 - Fundo Nacional de Hab. Interesse Social	-	-	-	0,00	
Total	190.021.527,25	200.592.615,19	-5,27	-10.571.087,94	

Fonte: SIAFI

Tal movimento foi contabilizado na conta Outras Obrigações de Curto Prazo (Tabela 14), em razão de transferência de saldos da Conta Convênios e Instrumentos Congêneres a Pagar para o novo Grupo de Contas Obrigações de Repartição a Outros Entes (grupo 2150), Conta Transferências Discricionárias a Pagar – Consolidação, em virtude de mudança para atender o PCASP da Federação, conforme explicitado na Nota 07.

Nota 09 – Resultados Acumulados (Patrimônio Líquido)

O valor do Resultado do Exercício é o confronto das variações patrimoniais aumentativas com as variações patrimoniais diminutivas, apresentando, ao final, situação patrimonial superavitária ou deficitária.

Tabela 15 – Resultados Acumulados

Resultados Acumulados	31/12/2022	31/12/2021	AH %	Var. Absoluta	R\$
Resultado do Exercício	-66.356.426,31	-193.062.575,15	-65,63	126.706.148,84	
Resultado de Exercícios Anteriores	16.512.532.316,97	16.586.623.554,17	-0,45	-74.091.237,20	
Ajustes de Exercícios Anteriores		118.971.337,95	-100,00	-118.971.337,95	
Total	16.446.175.890,66	16.512.532.316,97	-0,40	-66.356.426,31	

Fonte: SIAFI

A conta Resultado de Exercícios Anteriores, conforme observado pela Tabela 15, teve um acréscimo percentual de 0,45% entre os períodos, tendo em vista a incorporação do resultado do exercício de 2020 e dos ajustes no mesmo exercício.

O Resultado do Exercício de 2022 teve um decréscimo de 65,63% em relação ao Resultado do Exercício do ano anterior. O órgão 53000 (MDR) apresentou déficit de R\$ 77.862.515,44, enquanto o órgão 56902 (FNHIS) apresentou um superávit de R\$ 11.506.089,13, contabilizando-se, portanto, um déficit total de R\$ 66.356.426,31 no período.

III.2 - Balanço Orçamentário

Nota 10 – Receitas e Despesas

As despesas empenhadas apuradas no Balanço Orçamentário refletem os valores constantes nas contas do Balancete do Ministério, em crédito empenhado e pago ou inscrito em Restos a Pagar, executados diretamente nas unidades gestoras do Ministério e da Caixa Econômica Federal.

Para o exercício de 2022 havia previsão de Receitas (Corrente e de Capital) no montante de R\$ 176 milhões e de execução de despesas (Corrente e de Capital) no valor total de R\$ 11,6 bilhões.

Quanto ao montante de despesas, cumpre explicar que se referem à Administração Direta do MDR e abrangem os indicadores de Resultado Primário 0 (Despesas Financeiras), 1 (Despesas Obrigatórias), 2 (Despesas

Discretionárias), 6 (Emendas Individuais Impositivas), 7 (Emendas de Bancada Impositivas) e 9 (Emendas de Relator).

A receita arrecadada, contudo, atingiu R\$ 112,5 milhões, enquanto as despesas empenhadas alcançaram R\$ 10,1 bilhões.

Ao analisar as receitas e despesas da Administração Direta do MDR, é imperioso registrar que o órgão praticamente não possui receitas próprias, ao passo que suas atribuições regimentais, como responsável por nove políticas nacionais, posicionam-no como demandante de recursos para grandes investimentos em infraestrutura, o que se reflete no volume de despesas executadas.

Sobre o assunto, informa-se que o déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário. Desta forma, tem-se a seguinte equação: Receitas Realizadas + Déficit = Despesas Realizadas.

Nota 11 – Receitas Correntes

Conforme o indicador de execução da receita (receita executada/receita prevista) demonstra, as receitas correntes executadas representaram 63,97% da previsão atualizada, implicando frustração de arrecadação em torno de R\$ 63,3 milhões, conforme a tabela abaixo:

Tabela 16 – Receitas Correntes e Receitas de Capital

R\$					
Receitas Correntes	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo	Realização %	AV %
Receita Patrimonial	175.921.854,00	112.531.416,06	-63.390.437,94	63,97	100,00
Total Receitas Correntes	175.921.854,00	112.531.416,06	-63.390.437,94	63,97	100,00
Receitas de Capital	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo	Realização %	AV %
Operações de Crédito	-	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-	-
Amortização Empréstimos	-	-	-	-	-
Total Receitas de Capital	-	-	-	-	-
TOTAL	175.921.854,00	112.531.416,06	-63.390.437,94	63,97	100,00

Fonte: SIAFI

Conforme a mesma Tabela 16, verifica-se que a Receita Patrimonial correspondeu a 100% do total de Receitas Correntes realizadas no ano de 2022 tendo em vista que não houve realização da receita de capital decorrente de operações de crédito.

Nesse ponto, ressalta-se que o maior índice de realização da Receita Patrimonial foi o proveniente de receitas de Valores Mobiliários (30,44%),

provenientes da remuneração de depósitos bancários de aplicações do FNHIS no mercado financeiro.

Tabela 17 – Receita Patrimonial

Receita Patrimonial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo	Realização %	AV %
Valores Mobiliários	86.133.909,00	26.222.398,65	-59.911.510,35	30,44	23,30
Exploração de Recursos Naturais	89.787.945,00	86.309.017,41	-3.478.927,59	96,13	76,70
TOTAL	175.921.854,00	112.531.416,06	-63.390.437,94	63,97	100,00

Fonte: SIAFI

As receitas da Exploração de Recursos Naturais, contabilizaram, por sua vez, realização de 96,13%, sendo provenientes de compensação financeira à União pela utilização de recursos hídricos para geração de energia elétrica por parte de empresas (Ex: Itaipu Binacional do Brasil).

Nota 12 – Despesas Correntes e Despesas de Capital

Tabela 18 – Despesas Correntes e Despesas de Capital

Despesas Correntes	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Saldo Dotação	Execução %	AV %
Pessoal e Encargos Sociais	123.883.972,00	122.654.063,84	1.229.908,16	99,01	1,21
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	3.811.563.936,00	3.066.452.443,07	745.111.492,93	80,45	30,27
Total Despesas Correntes	3.935.447.908,00	3.189.106.506,91	746.341.401,09	81,04	31,48
Despesas de Capital	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Saldo Dotação	Execução %	AV
Investimentos	6.908.118.323,00	5.975.480.466,68	932.637.856,32	86,50	58,99
Inversões Financeiras	964.736.144,00	964.736.144,00	-	100,00	9,52
Total Despesas de Capital	7.872.854.467,00	6.940.216.610,68	932.637.856,32	88,15	68,52
Reserva de Contingência	156.090.071,00	-	156.090.071,00	0,00	0,00
Total Reserva Contingencia	156.090.071,00	-	156.090.071,00	0,00	0,00
TOTAL	11.964.392.446,00	10.129.323.117,59	1.835.069.328,41	84,66	100,00

Fonte: SIAFI

Cumpre observar inicialmente que os montantes de despesas empenhadas, liquidadas e pagas, e, por consequência, o saldo de dotação do Quadro de Despesa, se referem apenas a execuções realizadas pela Administração Direta do MDR, não contemplando valores executados em unidades gestoras externas.

Dito isso, do Saldo de Dotação apresentado no Quadro, deve-se deduzir o montante de R\$ 1,2 bilhão, que foi empenhado por essas unidades gestoras externas. Essa execução se refere a descentralizações orçamentárias que, em suma, destinam-se a projetos com unidades vinculadas do MDR, como Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba –

Codevasf e Departamento Nacional de Obras Contas as Secas (Dnocs), e a Operação Carro-Pipa, executada em parceria com o Ministério da Defesa.

As Despesas Correntes foram executadas no percentual de 81,04% das Dotações Autorizadas, empenhando-se o valor de R\$ 3.189.106.506,91, de um total autorizado de R\$ 3.935.447.908,00.

A Conta Pessoal e Encargos Sociais foi a que apresentou maior percentual de execução de 99,01%, sendo empenhado nesse grupo o total de R\$ 122.654.063,84, referente aos compromissos com a folha de pagamento do órgão, inclusive os encargos patronais, benefícios previdenciários/assistenciais e pensões.

Devido à pandemia de COVID-19, bem como ao esforço de otimização de despesas, destacam-se algumas reduções de execução da conta Outras Despesas Correntes (apoio administrativo, diárias e passagens, demais serviços de terceiros, telefonia), cujo percentual de execução de 80,45% refletiu realização de empenhos na ordem de R\$ 3.066.452.443,07, de um total de dotação de R\$ 3.811.563.936,00.

Destaca-se a execução de 86,50% das Despesas de Capital com Investimentos, refletindo o valor de R\$ 5.975.480.466,68 empenhados, distribuídos pelas Secretarias do MDR, registrando-se maior representatividade na Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano.

III.3 – Demonstração das Variações Patrimoniais

Nota 13 – Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial ocorre pela confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) e é evidenciada na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP).

As VPA'S são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. As VPD'S são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos, implicando saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

Realizada apuração dos valores apresentados no demonstrativo das Variações Patrimoniais de 2022, obteve- se resultado negativo de R\$ 66,35 milhões, após confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas com as Variações Patrimoniais Diminutivas, resultado motivado basicamente pelas seguintes contas: Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras; Ganhos com Incorporação de Ativos; Ganhos com Desincorporação de Passivos; Depreciação, Amortização e Exaustão; Incorporação de Passivos e Desincorporação de Ativos e Subvenções Econômicas.

O resultado do exercício passa a compor o Balanço Patrimonial do exercício, no entanto o resultado patrimonial é um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais. A DVP permite a análise de como as políticas públicas adotadas provocaram alterações no patrimônio do Órgão, considerando-se a finalidade precípua do Órgão de atender às demandas da sociedade.

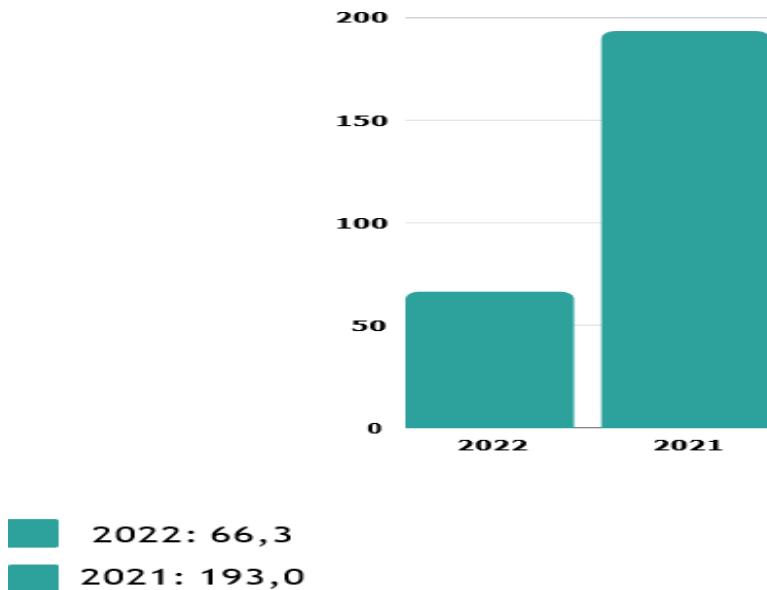
No entanto, analisado por variação horizontal absoluta e comparando os dois exercícios financeiros, 2021 e 2022, houve acréscimo nas variações patrimoniais aumentativas e diminutivas em 2022, correspondendo a 28,58% para as Variações Aumentativas e 28,12% para as Variações Diminutivas, equivalendo a R\$ 11,3 bilhões, de aumento no volume de recursos movimentados no Órgão durante o exercício de 2022, caracterizando mais entregas de produtos no período.

Tabela 19 – Apuração do Resultado do Exercício

Transferências e Delegações Recebidas	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)	Var. Absoluta
Variações Patrimoniais Aumentativas	51.492.876.325,95	40.048.716.009,78	28,58	11.444.160.316,17
Variações Patrimoniais Diminutivas	51.559.232.752,26	40.241.778.584,93	28,12	11.317.454.167,33
Total	66.356.426,31	193.062.575,15	65,63	126.706.148,84

Fonte: SIAFI

Resultado Patrimonial do exercício (R\$ Bilhões)



Fonte: SIAFI

Nota 14 – Variações Patrimoniais Aumentativas

Transferências e Delegações Recebidas

As Transferências e Delegações Recebidas deste ano totalizaram em R\$ 48,79 bilhões, demonstrando aumento de R\$ 11,62 bilhões, comparando com o exercício de 2021, que foi na ordem de R\$ 37,16 bilhões, considerando valores absolutos e análise horizontal (Tabela 14).

As Transferências Intragovernamentais foram as que tiveram maior relevância nesse grupo de contas, ocorrendo acréscimo no percentual de 31,27%, em relação ao ano anterior.

Observado maior volume de recursos movimentados no exercício para as entregas planejadas pelo Órgão, tendo em vista que essa variação positiva

ocorreu basicamente em virtude das movimentações do orçamento, destacando-se as cotas do orçamento da programação financeira de suas Unidades Gestoras e dos Órgãos vinculados, demonstrado nas contas de Cota, Repasse e Sub-repasso Recebidos decorrente de transferências financeiras entre órgãos da Adm. Direta e Indireta correspondentes ao orçamento anual.

Outra ocorrência no incremento dos valores se deu pelas Transferências Recebidas para pagamento de Restos a Pagar, com destaque nos valores de pagamentos para o MDR e em seguida na CODEVASF, CBTU, SUDAM e SUDECO.

Nota 15 – Variações Patrimoniais Diminutivas

Transferências e Delegações Concedidas

As Transferências e Delegações Concedidas deste ano totalizaram em R\$ 49,32 bilhões, demonstrando aumento de 35,46%, comparando com o exercício de 2021, que foi na ordem de R\$ 36,41 bilhões, considerando valores absolutos e análise horizontal (Tabela 15).

Destaque para o volume de recursos movimentados nas Transferências intragovernamentais, em 2022, evidenciando um aumento de 23,73%, em comparação com o ano anterior, considerando valores absolutos e análise vertical.

O incremento ocorrido refere-se às Transferências Concedidas para Execução Orçamentária, movimentação de recursos espelhado nas contas de repasse e sub-repasso concedido, decorrente de liberações de recursos para a unidades do próprio MDR e para Órgãos Vinculados a este Ministério, para execução nas atividades precípuas dessas entidades.

Movimento que impactou também nas Transferências Concedidas para Pagamento de Restos a Pagar, por atendimento das demandas das Unidades/Órgãos, no âmbito do MDR e vinculadas, em consonância com normativos específicos para pagamento de Restos a Pagar e decreto 10.961/22 o qual dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, e estabelece o cronograma de execução mensal de desembolso do Poder Executivo Federal para o exercício de 2022.

Os recursos de restos a pagar foram direcionados ao pagamento das despesas empenhadas, porém não pagas até o dia 31 de dezembro, incluindo-se despesas processadas e despesas não processadas. As processadas são as despesas inscritas em restos a pagar liquidadas e não pagas e as não processadas são as despesas empenhadas, porém não liquidadas.

As Transferências intergovernamentais tiveram variação positiva menor, porém apresentaram variação positiva no percentual de 148,16% oriunda basicamente das transferências voluntárias, de forma mais expressiva no próprio MDR, seguido pela SUDAM-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia e SUDECO-Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste.

As Transferências ao Exterior possuem valores menos expressivos, no entanto apresentaram incremento de 11,78%, comparando os dois exercícios. Esta conta demonstra os pagamentos para compromissos com projetos externos tais como: serviços de terceiros no projeto – BRA-IICA-18-001; projeto PRODOC BRA/22/00 – Programa das Nações Unidas; PROJETO PCT BRA/IICA/18/001-Instituto Interamericano de Cooperação; Participação de servidores no 9º Fórum Mundial da Água, promovido pelo Conselho Mundial da Água; anuidade do MDR para participação, na qualidade de membro, do Conselho Mundial de Água (World Water Council - WWC), relativo ao ano de 2022. Compromissos executados pela ANA – Agência Nacional de Águas e Saneamento.

A conta Outras Transferências e Delegações Concedidas demonstrou acréscimo motivado pela doação de bens face aquisição de diversos novos equipamentos, máquinas e utensílios. Ocorrências encontradas basicamente nas Unidades do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (Dnocs) e da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf).

Tabela 20 – Transferências e Delegações Concedidas

Transferências e Delegações Concedidas	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)	AV (%)	R\$ Var. Absoluta
Transferências Intragovernamentais	41.108.840.121,20	33.225.200.681,84	23,73	83,34	7.883.639.439,36
Transferências Intergovernamentais	7.910.258.565,27	3.187.627.831,06	148,16	16,04	4.722.630.734,21
Transferências ao Exterior	44.387,92	39.693,45	11,78	0,00	4.674,47
Outras Transferências e Delegações Concedidas	305.252.426,72	235.518,93	129.508,45	0,62	305.016.907,79
Total	49.324.395.481,11	36.413.103.725,28	35,46	100,00	12.911.291.755,83

Fonte: SIAFI

Nota 16 – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

Houve redução na incorporação de passivos no percentual de 34,70%, considerando a análise vertical dos itens, o que representa resultado positivo tendo em vista redução das contas de Reavaliações e ajustes para perdas, Perdas com Alienações e Desincorporações de Ativos (Tabela 16).

Houve redução também dos registros referentes a eventos de bônus de adimplência incidentes sobre operações de créditos, despesa de provisão sobre créditos de liquidação duvidosa, dispensa de valores de operações de crédito com risco fundo renegociadas e constituição de provisão para bônus de adimplência. Atividades precípuas dos Fundos Constitucionais, portanto ocorrências encontradas basicamente nesses Fundos, a saber: Fundo Constitucional de Financiamento do Norte; Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste e Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste.

Tabela 21 – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

Desv. e Perda de Ativos e Incorp. De Passivos	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)	AV (%)	R\$ Var. Absoluta
Incorporação de Passivos	667.185.039,54	1.074.882.611,02	-37,93	34,70	-407.697.571,48
Desincorporação de Ativos	1.255.431.126,57	2.226.356.406,52	-43,61	65,30	-970.925.279,95
Total	1.922.616.166,11	3.301.239.017,54	-41,76	100,00	-1.378.622.851,43

Fonte: SIAFI

III.4 – Balanço Financeiro

Nota 17 – Resultado Financeiro do Exercício

O Balanço Orçamentário e o Balanço Financeiro apresentam o mesmo resultado, déficit de 10 bilhões. Porém, a forma de evidenciação é diferente. No Balanço Orçamentário, o resultado é calculado pelas receitas e despesas segregadas por categoria econômica. No Balanço Financeiro, o resultado é representado pela diferença entre receitas e despesas, por fonte/destinação dos recursos, de modo a apresentar o impacto de cada fonte no resultado orçamentário. As Receitas e Despesas estão bem explicadas na Nota 10 - Receitas e Despesas do Balanço Orçamentário.

Nota 18 – Caixa e Equivalente de Caixa

Os valores apurados de Caixa e Equivalente de Caixa são os mesmos apresentados na Demonstração do Fluxo de Caixa e são melhores detalhados por meio da Nota 19 – Geração Líquida de Caixa e Equivalente.

III.5 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Nota 19 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

Tabela 22 – Fluxos de Caixa

	2022	2021	AH (%)	R\$ Var. Absoluta
I) Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais	1.508.928.980,66	139.129.677,72	984,55	1.369.799.302,94
II) Fluxo de Caixa Líquido das Avidades de Investimento	-1.472.449.048,69	-1.971.680.819,10	-25,32	499.231.770,41
III) Fluxo de Caixa Líquido das Atividade de Financiamento	-	-	-	-
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa (I+II+III)	36.479.931,97	-1.832.551.141,38	-101,99	1.869.031.073,35

Fonte: SIAFI

As informações dos fluxos de caixa permitem avaliar como uma entidade pública obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como estes foram usados. Representam uma base para avaliar a responsabilidade na gestão do patrimônio e para a tomada de decisões.

A DFC apresenta os fluxos de caixa do exercício financeiro classificados por atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

Analizando a relação entre os Fluxos de Atividades, em 2022, observa-se que os recursos gerados pelas atividades operacionais foram suficientes para suportar os investimentos, o que gerou saldo positivo (R\$36 milhões) de caixa e equivalente, superior a 2021, em que houve caixa e equivalente negativo de R\$ 1,8 bilhões.

As Atividades Operacionais são as principais atividades geradoras de receita da entidade e apresenta-se > 0, o que indica que o esforço da entidade é suficiente para manutenção de suas atividades e que a sobra poderá ser aplicada em despesas relacionadas com o fluxo das atividades de investimento.

III.6 – Demonstrações da Mutação do Patrimônio Líquido

Nota 20 – Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido

Tabela 23 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Especificação - Contas	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)	AV (%)	R\$ Var. Absoluta
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	118.971.337,95	-100,00	0,00	-118.971.337,95
Resultado do Exercício	-66.356.426,31	-193.062.575,15	-65,63	100,00	-126.706.148,84
Total	-66.356.426,31	-74.091.237,20	-10,44	100,00	7.734.810,89

Fonte: SIAFI

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) evidencia todas as movimentações (aumentos ou reduções) realizadas durante o exercício social nas contas que compõem o patrimônio líquido: reservas de capital, reservas de lucros, reservas de reavaliação, capital social e lucros ou prejuízos acumulados.

Vale destacar que o demonstrativo apresentado pelo sistema na data de 19/01/2022, ainda está aberto para lançamento de ajuste de exercícios anteriores pelo Tesouro Nacional. Sendo assim poderá sofrer alterações até o final do período de fechamento geral do BGU-Balanço Geral da União.

A apuração da DMPL apresentou resultado negativo de R\$ 66,35 milhões, o qual também ficou espelhado no Demonstrativo das Variações Patrimoniais, que evidenciou a redução apresentada, basicamente, nas movimentações das seguintes contas: Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras; Ganhos com Incorporação de Ativos; Ganhos com Desincorporação de Passivos; Depreciação, Amortização e Exaustão; Incorporação de Passivos e Desincorporação de Ativos e Subvenções Econômicas.

Nota 21 – Ajustes de Exercícios Anteriores

A conta de Ajustes de Exercícios Anteriores não apresentou movimento para o exercício de 2022, pois o demonstrativo ainda está aberto para ajustes de fechamento.

**Conclusões de auditorias independentes e/ou órgãos de controle público
e medidas adotadas**

Não houve auditorias de Órgãos de Controle, bem como solicitação de medidas a serem adotadas ou apontamentos relacionados a assuntos contábeis.

Brasília-DF, 20 de Janeiro de 2023.

Rômulo de Sousa Monteiro – Contador Responsável CRC nº 016582/O

Lista de Siglas e Abreviações

ABC – Associação Brasileira de Cohabs e Agentes Públícos de Habitação
ABIN – Agência Brasileira de Inteligência
ACT - Acordo de Cooperação Técnica
AECI - Assessoria Especial de Controle Interno
Aescom – Assessoria Especial de Comunicação Social
Aespar – Assessoria Especial de Relações Institucionais
AGU - Advocacia-Geral da União
AIO – Autorização de Início de Objeto
ANA - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico
ASG - Ambiental, Social e Governança
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
BGU - Balanço Geral da União
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAC – Cinturão das Águas do Ceará
CAIXA - Caixa Econômica Federal
CAPEX – Capital Expenditure
CBTU - Companhia Brasileira de Trens Urbanos
CCE – Cargos Comissionados Executivos
CCFGTS - Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
CEI - Certificado de Empreendimento Implantado
CENAD - Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres
CENSIPAM – Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
CFC – Conselho Federal de Contabilidade
CFURH - Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos
CGCON - Coordenação-Geral de Contabilidade do MDR
CGD - Comitê de Governança Digital
CGEOF – Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira
CGGP - Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas
CGOR – Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças
CGPC - Coordenação-Geral de Prestação de Contas
CGPGE - Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica
CGSL - Coordenação-Geral de Suporte Logístico
CGU - Controladoria-Geral da União
CIG - Comitê Interministerial de Governança

Cigov - Comitê Interno de Governança
CLAD – Centro Latino Americano de Administração para o Desenvolvimento
CMN - Conselho Monetário Nacional
CNDU – Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano
CNRH - Conselho Nacional de Recursos Hídricos
Coaride - Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal
Coaride da Grande Teresina – Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina
Coaride Petrolina e Juazeiro – Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Polo Petrolina e Juazeiro
Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
CONJUR - Consultoria Jurídica
Conpdec – Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil
CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CSI – Comitê de Segurança da Informação
CTECT – Câmara Técnica de Educação, Informação, Ciência e Tecnologia
CTOC – Câmara Técnica de Outorga e Cobrança
DCASP - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público
DCON - Demonstrações Contábeis
Digec - Diretoria de Gestão Estratégica
DIORF - Diretoria de Orçamento e Finanças
Dnocs - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
DUS - Desenvolvimento Urbano Sustentável
DVP - Demonstração das Variações Patrimoniais
Enap - Escola Nacional de Administração Pública
ETIR - Equipe de Tratamento de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos
EV.G – Escola Virtual de Governo
FCE – Função Comissionada Executiva
FCF - Fundos Constitucionais de Financiamento

FCO - Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste	iGG - Índice Integrado de Governança e Gestão Pública
FDA - Fundo de Desenvolvimento da Amazônia	IN - Instrução Normativa
FDCO - Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste	IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
FDIRS - Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Regional Sustentável	ISH - Índice de Segurança Hídrica
FDNE - Fundo de Desenvolvimento do Nordeste	Isin - Indicador de Custos de Suporte Institucional
FDS - Fundo de Desenvolvimento Social	LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
FEP - Fundo de Apoio à Estruturação de Projetos de Concessão e Parceria Público-Privada	LOA - Lei Orçamentária Anual
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	MBA - Master in Business Administration
FINAM - Fundo de Investimentos da Amazônia	MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
FINOR - Fundo de Investimentos do Nordeste	MDR - Ministério do Desenvolvimento Regional
FJP - Fundação João Pinheiro	ME - Ministério da Economia
FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste	NBCTSP - Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica do Setor Público
FNHIS - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social	NE - Notas Explicativas
FNO - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte	NUI - Núcleos Urbanos Informais
FUNPRESP - Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público	OCP - Operação Carro-Pipa
GADE - Grupo de Apoio a Desastres	ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
GIZ - Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit	ODUS - Objetivos de Desenvolvimento Urbano Sustentável
HIS – Habitação de Interesse Sustentável	OFSS - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	OGU – Orçamento-Geral da União
ICM - Indicador de Capacidade Municipal	PAD - Processo Administrativo Disciplinar
IDAP - Interface de Divulgação de Alertas Públicos	PAR - Processo Administrativo de Responsabilização de Empresa
	PBA - Plano Básico Ambiental
	PBQP-H - Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat
	PCASP - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
	PCVA - Programa Casa Verde e Amarela
	PDP - Plano de Desenvolvimento de Pessoas
	PDTIC - Plano Diretor de Tecnologia da Informação
	PEI - Planejamento Estratégico Institucional

PFCG - Programa de Fortalecimento de Capacidades Governativas dos Entes
PFG – Programa de Fortalecimento da Governança
PGFN – Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
PISF - Projeto de Integração do São Francisco
PL - Patrimônio Líquido
Plansab - Plano Nacional de Saneamento Básico
PLOA - Projeto de Lei Orçamentária Anual
Pnad Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNDR - Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNDU - Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
PNOT - Política Nacional de Ordenamento Territorial
PNPC – Programa Nacional de Proteção do Conhecimento Sensível
PNRBH - Programa Nacional de Revitalização de Bacias Hidrográficas
PNRH - Plano Nacional de Recursos Hídricos
PPA - Plano Plurianual
PPI - Projetos Públicos de Irrigação
PPP - Parceria Público-Privada
PROGRIDE - Programa de Integridade do Desenvolvimento Regional
PSQ - Programas Setoriais de Qualidade
RAP – Restos a Pagar
RC – Recomendações Correcionais
RDC – Regime Diferenciado de Contratação
REDUS - Rede para o Desenvolvimento Urbano Sustentável
REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura
Renor - Representação na Região Nordeste
Renort - Representação na Região Norte
RP - Resultado Primário

RPPS – Regime Próprio de Previdência Social
S2iD - Sistema Integrado de Informações sobre Desastres
SE – Secretaria-Executiva
SECOG - Secretaria de Coordenação e Gestão
SEGES - Secretaria de Gestão
SEI – Sistema Eletrônico de Informações
SFPP - Secretaria de Fomento e Parcerias com o Setor Privado
SGD - Sistema de Gestão de Demanda
SiAC - Sistema de Avaliação da Conformidade de Serviços e Obras
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira
SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática
SiMaC - Sistema de Qualificação de Empresas de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos
SIMU - Sistema Nacional de Informações em Mobilidade Urbana
SiNAT- Sistema Nacional de Avaliações Técnicas de Produtos Inovadores e Sistemas Convencionais
SINISA - Sistema de Informações em Saneamento Básico
SINPDEC - Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil
SIPEC - Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal
SISGP - Sistema de Programa de Gestão
SISHAB - Sistema de Gerenciamento da Habitação
Sisplan - Sistema de Gerenciamento do Planejamento Estratégico
SMDRU - Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano
SNH - Secretaria Nacional de Habitação
SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento
SNS - Secretaria Nacional de Saneamento
SPO – Síntese de Projeto Aprovado
SRP – Sistema de Registro de Preços

STN – Secretaria do Tesouro Nacional
Sudam - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Sudeco - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste
Sudene - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SWOT - Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threat
TAC – Termo de Ajustamento de Conduta
TAPH – Taxa de atendimento à necessidade de produção habitacional
TCE – Tomada de Contas Especial
TCU - Tribunal de Contas da União
TED - Termo de Execução Descentralizada
TI - Tecnologia da Informação
TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação
Trensurb - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre
TRF - Transferências Constitucionais, Legais e Voluntárias
UAP - Urbanização de Assentamentos Precários
UFERSA - Universidade Federal Rural da Região do Semi-Árido
UFOB – Universidade Federal do Oeste da Bahia
UG - Unidade Gestora
UGI – Unidade de Gestão da Integridade
UPC - Unidade Prestadora de Contas
VPA - Variações Patrimoniais Aumentativas
VPD - Variações Patrimoniais Diminutivas

